

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**CAUDILHISMO, TERRITÓRIO E RELAÇÕES
SOCIAIS DE PODER: O CASO DE APARÍCIO
SARAIVA NA REGIÃO FRONTEIRIÇA ENTRE
BRASIL E URUGUAI (1896-1904)**

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Pablo Rodrigues Dobke

**Santa Maria, RS, Brasil
2015**

CAUDILHISMO, TERRITÓRIO E RELAÇÕES SOCIAIS DE PODER: O CASO DE APARÍCIO SARAIVA NA REGIÃO FRONTEIRIÇA ENTRE BRASIL E URUGUAI (1896-1904)

Pablo Rodrigues Dobke

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História, Área de Concentração História, Poder e Cultura, Linha de Pesquisa Integração, Política e Fronteira, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS) como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História.**

Orientadora: Profa. Dra. Maria Medianeira Padoin
Coorientadora: Profa. Dra. Valentina Ayrolo

Santa Maria, RS, Brasil
2015

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação de
Mestrado**

**CAUDILHISMO, TERRITÓRIO E RELAÇÕES SOCIAIS DE PODER: O
CASO DE APARÍCIO SARAIVA NA REGIÃO FRONTEIRIÇA ENTRE
BRASIL E URUGUAI (1896-1904)**

Elaborado por
Pablo Rodrigues Dobke

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Mestre em História

COMISSÃO EXAMINADORA:

Maria Medianeira Padoin, Dra.
(Presidente/Orientadora)

Valentina Ayrolo, Dra. (UNMDP)
(Coorientadora)

Ana Luiza Setti Reckziegel, Dra. (UPF)
(Membro)

Júlio Ricardo Quevedo dos Santos, Dr. (UFSM)
(Membro)

Santa Maria, 10 de fevereiro de 2015.

AGRADECIMENTOS

Agradecer é algo importante, porém, muito difícil de se fazer, pois sempre esquecemos de algo ou de alguém que mereça nossa consideração. Mesmo assim, farei aqui alguns agradecimentos, singelos, mas que, no entanto são de extrema importância.

Primeiramente agradeço ao meu núcleo familiar, pois a família é a base de tudo e é nela que busco inspiração e vontade para reverter os momentos difíceis, sejam eles quais forem. Sendo assim, agradeço a Armando, meu pai, pois graças a suas mãos calejadas de mecânico, as minhas mãos não possuem uma marca sequer; a minha mãe, Clarice, por sua dedicação incontestável e os “choques” de motivação que me fazem seguir em frente; por fim e não menos importante, a minha irmã Amanda por seus inúmeros préstimos e atenção despendida a mim, nem sei como agradecer a ti maninha... Espero um dia poder retribuir a tudo isso, como vocês devidamente merecem.

Agradeço a Fabi, minha namorada e companheira. Obrigado pela paciência e por entender minhas angústias neste momento, que sem dúvida foi cheio de nervosismo. Espero que possamos passar por estes momentos sempre desejosos de dias melhores.

À Universidade Federal de Santa Maria pela incomparável estrutura que disponibiliza aos seus alunos.

Ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH), nas pessoas de sua coordenadora, a Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin e do secretário Tiago Trindade, especialmente nestes momentos finais. Muito obrigado pelo suporte.

A minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria Medianeira Padoin por acreditar no meu trabalho aceitando orientá-lo; a minha coorientadora, Prof.^a Dr.^a Valentina Ayrolo pelas leituras atentas e dicas sempre importantes para a composição desta Dissertação.

Aos professores do PPGH, que sem dúvida me ensinaram muito. Agradeço em especial ao Prof. Dr. Carlos Henrique Armani, que além de professor tornou-se um amigo.

Agradeço aos colegas que ao longo destes dois anos foram tornando-se amigos, companheiros de jornada e que em muitos momentos ouviram minhas reclamações por estar longe da metade sul... Em especial devo citar alguns nomes que por diferentes motivos merecem um reconhecimento à parte: Alessandro, Matheus, Neandro, Renata e Michele. Obrigado por tudo, meus caros.

Também agradeço a Prof.^a Dr.^a Ana Frega da “Universidad de la República” (UDELAR) no Uruguai, por facilitar minhas pesquisas nos arquivos de Montevideu.

Igualmente agradeço pela atenção aos funcionários e funcionárias do “Archivo General de la Nación” e do “Museo Historico Nacional”, ambos da capital uruguaia.

Gostaria de agradecer também a professora Dr.^a Ana Luiza Reckziegel e aos professores Dr. Júlio Quevedo e Dr. André Fertig pelas valiosas considerações que deram a esta Dissertação durante as bancas avaliadoras.

Por fim, agradeço a FAPERGS/CAPES pela concessão da bolsa de estudos, pois sem ela, a conclusão deste Mestrado seria bem mais difícil.

RESUMO

Dissertação de Mestrado
Programa de Pós-Graduação em História
Universidade Federal de Santa Maria

CAUDILHISMO, TERRITÓRIO E RELAÇÕES SOCIAIS DE PODER: O CASO DE APARÍCIO SARAIVA NA REGIÃO FRONTEIRIÇA ENTRE BRASIL E URUGUAI (1896-1904)

AUTOR: PABLO RODRIGUES DOBKE
ORIENTADORA: MARIA MEDIANEIRA PADOIN, DRA.
COORIENTADORA: VALENTINA AYROLO, DRA.
Data e Local da Defesa: 10 de fevereiro de 2015, Santa Maria.

A dissertação de Mestrado, desenvolvida na Linha de Pesquisa “Integração, Política e Fronteira” do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, tem como objetivo a investigação acerca da atuação do caudilho fronteiriço uruguaio Aparício Saraiva a fins do século XIX e início do XX, considerando suas relações sociais na materialização de um território de poder e na territorialização deste mesmo poder. Neste sentido, a fronteira, o indivíduo, o partido e a sociedade, imprimem um capital simbólico que caracteriza o caudilhismo do final do século XIX e início do XX. A partir de uma pesquisa bibliográfica e documental procuramos na perspectiva da história política trabalhar com as relações sociais e de poder tendo nas obras historiográficas do período como em posteriores, na análise da documentação (constituída de diários, correspondências e periódicos) a fundamentação desta pesquisa. Registra-se que esta pesquisa contou com auxílio de bolsa FAPERGS/CAPES.

Palavras-chave: Aparício Saraiva. Caudilhismo. Território. Fronteira.

ABSTRACT

Dissertation Defence
History Postgraduation Program
Federal University of Santa Maria

“CAUDILHISMO”, TERRITORY AND SOCIAL POWER RELATIONS: THE CASE OF APARÍCIO SARAIVA IN THE BORDER REGION BETWEEN BRAZIL AND URUGUAY (1896-1904)

AUTHOR: PABLO RODRIGUES DOBKE
ADVISOR: MARIA MEDIANEIRA PADOIN, DRA.
CO-ADVISOR: VALENTINA AYROLO, DRA.
Date and Location of Defense: february 10, 2015, Santa Maria.

The Master's thesis, developed in the Research Line "Integration, Politic and Border" of the Post Graduate program in History at the Federal University of Santa Maria, aims at investigating the role of the uruguayan border “caudilho” Aparicio Saraiva the century purposes nineteenth and early twentieth considering its social relations in the materialization of a territorial power and territorial of that power. In this sense, the border, the individual, the party and society, print a symbolic capital that characterizes the “caudilhismo” of the late nineteenth and early twentieth centuries. From a bibliographical and documentary research seek the perspective of political history working with the social and power relations taking in the historical works of the period as in later, in the analysis of documentation (consisting of diaries, letters and journals) the arguments of this research. This research was help FAPERGS/CAPEs.

Keywords: Aparício Saraiva. “Caudilhismo”. Territory. Border.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa da disposição departamental da República Oriental do Uruguai quanto à divisão das chefaturas políticas a partir do pacto de La Cruz (1897).....	28
Figura 2: Coronel Manuel Macedo (Fulião).....	101
Figura 3: Coronel Manuel Macedo (Fulião) e seus filhos.	101

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1 - APARÍCIO SARAIVA NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA	22
1.1 Obras produzidas no século XIX e primeira metade do século XX.....	22
1.2 Obras contemporâneas (a partir dos anos 1970 do século XX).....	34
CAPÍTULO 2 - CAUDILHISMO E CORONELISMO: APONTAMENTOS E REFLEXÕES	44
2.1 O caudilhismo na historiografia.....	45
2.2 O coronelismo na historiografia.....	56
CAPÍTULO 3 - APARÍCIO SARAIVA E O CONTEXTO POLÍTICO URUGUAIO E SUL-RIOGRANDENSE NO PERÍODO DE 1896 A 1904 ..	70
3.1 O contexto político-social no Uruguai.....	71
3.2 O contexto político-social no Rio Grande do Sul.....	85
3.3 Aparício Saraiva no contexto das relações.....	89
CAPÍTULO 4 - A “FRONTEIRA-INDIVÍDUO”: A TERRITORIALIZAÇÃO DO PODER A PARTIR/ATRAVÉS DO SUJEITO	94
4.1 Família, comunidade e partido.....	98
4.2 Das relações sujeito, sociedade, paisagem: território e relações sociais de poder	105
CONCLUSÃO	116
REFERÊNCIAS	120

INTRODUÇÃO

Este trabalho, focado em uma perspectiva de repensar o fenômeno político-social conhecido como caudilhismo a partir de uma óptica onde as relações sociais de poder auxiliam a conformar um território, uma região onde à influência de determinado caudilho é sustentada, principalmente, pelo reconhecimento desta região e sua representatividade na mesma.

Neste sentido, tomamos como ponto de estudo, a figura de Aparício Saraiva, importante caudilho uruguaio que a fins do século XIX e início do XX monopolizou as atenções no cenário político da região fronteira entre Uruguai e o estado brasileiro do Rio Grande do Sul, fazendo com que sua pessoa gozasse de enorme prestígio na referida região, concebendo assim um território de poder entre os dois Estados Nacionais.

Aparício Saraiva era o quarto filho do casal Francisco Saraiva e Propícia da Rosa, sul-riograndenses da cidade de Lavras que migraram para o Uruguai em uma data que segundo o historiador uruguaio Enrique Mena Segarra (1998, p. 11) oscila entre 1847 e 1854.

O lugar em que Francisco Saraiva fixou suas posses foi à extensão que compreende hoje os Departamentos fronteiriços de *Cerro Largo* e *Treinta y Tres*, este último, até o ano de 1884 ainda não havia se desmembrado do primeiro, levando a crer que Francisco era dono de uma grande extensão de terras dentro do até então Departamento de *Cerro Largo*. Foi então, que na Estância *La Chilca*, a quarta adquirida, próxima a *Cuchilla Grande* no atual Departamento de *Treinta y Tres*, que em 16 de agosto de 1856 nasceu Aparício Saraiva (MENA SEGARRA, 1998, p. 13).

Aparício, juntamente com seus irmãos, passou a maior parte de sua infância entre os trabalhos rurais nas propriedades de seu pai. Estudou os primeiros anos em uma das sete escolas existentes no Departamento de *Cerro Largo* durante a década de 1860. No ano de 1869, foi encaminhado ao Colégio do educador Baltasar Montero Vidaurreta em Montevideu, do qual acaba fugindo alguns meses depois com o objetivo de voltar a *Cerro Largo* (GÁLVEZ, 1942, p. 27).

A fuga do Colégio tornou-se celebre entre as biografias de Aparício, pois, segundo a maioria delas, ao escapar da escola montevidéana o jovem Aparício (contando com quatorze anos na época) acaba por incorporar-se a um contingente revolucionário do Partido Blanco,

que neste momento, sob a liderança do caudilho Timoteo Aparicio convulsionava-se na chamada *Revolución de las Lanzas*¹ (GÁLVEZ, 1942, p. 27).

Finalizada esta sublevação, Aparício retorna a sua vida ordinária de trabalhador rural nas estâncias do pai, onde passa a tropear, comprar e vender bovinos, levando-os principalmente para Montevidéu. No entanto, durante o ano de 1875 estoura outro movimento armado, conhecido por *Revolución Tricolor*². Além de Aparício, tomam parte desta outros dois de seus irmãos, Gumercindo e Antônio Floricio, todos sob o comando do caudilho *cerrolarguense* Angel Muniz. Contudo, esta revolta foi facilmente deliberada pelo Ministro de Guerra, o coronel Lorenzo Latorre (NAHUM, 2013, p. 56).

No ano de 1877, contando com seus 21 anos, contrai matrimônio com Cândida Díaz que era vizinha de sua família nas paragens da *Cuchilla Grande*. O casal teve seis filhos: Aparício, Nepomuceno, Ramón, Mauro, Exaltación e Villanueva (MENA SEGARRA, 1998, p. 15).

No ano de 1886, os irmãos Saraiva – Aparício, Gumercindo e Antônio Floricio – ainda teriam outra oportunidade de agirem contra o “Militarismo”. A *Revolución del Quebracho*³ resumiu-se a uma só batalha, onde os rebeldes derrotados dispersaram-se rapidamente, impossibilitando a participação dos irmãos que estavam a caminho da mobilização quando receberam a notícia da derrocada insurgente (GÁLVEZ, 1942, p. 46).

Antes de completar seus 37 anos, Aparício engajou-se na Revolução Federalista (1893-95) em solo brasileiro ao lado de seu irmão, o comandante federalista Gumercindo Saraiva. Com a morte deste último em 1894, Aparício é elevado ao posto de novo comandante da Revolução, colocação que exerceu até o fim da revolta em 1895.

Esta expedição revolucionária que se estendeu pelos três estados do sul do Brasil viabilizou a experiência necessária a Aparício para que mais tarde empreendesse uma série de

¹Movimento armado ocorrido entre os anos de 1870 e 1872. Tinha por objetivo a reivindicação de uma maior participação do então Partido Blanco no governo do Colorado Lorenzo Batlle. Após esta sublevação foi onde acordaram-se pela primeira vez as bases para a chamada “política de coparticipação”, onde, em tese, haveria uma divisão dos direitos entre as duas principais facções políticas, os *blancos* e os *colorados*. Para mais, ver: CASTELLANOS, Alfredo. *Timoteo Aparicio, el ocaso de las lanzas*. Montevidéu: Ediciones de la Banda Oriental, 1998.

²Este movimento teve como característica a união dos partidos políticos contra o incipiente “Militarismo”, como uma forma de reestabelecer a legalidade constitucional que já vinha combalida graças aos insucessos econômicos e a impopularidade do Presidente José Ellauri, eleito em 1873 que aos poucos abria brechas para a intervenção dos militares comandados pelo coronel Lorenzo Latorre. Para mais, ver: NAHUM, Benjamín. *Breve historia del Uruguay independiente*. 9ª edição. Montevidéu: Ediciones de la Banda Oriental, 2013.

³Esta contenda reuniu mais uma vez os membros das distintas coletividades políticas com o objetivo de darem um fim aos governos militares. Por consequência, o então Presidente, o coronel Máximo Tajes iniciou o processo de transição conhecido como “Civilismo”, dando assim abertura aos partidos para atuarem em suas representatividades políticas. Para mais, ver: NAHUM, Benjamín. *Manual de historia del Uruguay: 1830-1903*. 20ª edição. Montevidéu: Ediciones de la Banda Oriental, 2013.

revoltas no Uruguai (1896, 1897, 1903 e 1904), elevando-se a um posto de destaque dentro do Partido Nacional, figurando como um de seus principais líderes durante o período.

Como fora mencionado, a partir do ano de 1896, Aparício passa a atuar efetivamente na política uruguaia empenhando-se em conturbar o cenário hegemônico protagonizado pelo Partido Colorado. Passadas as insurgências de 1896 e 1897, Saraiva estabelece-se como o grande chefe do Partido Nacional. Operando em consonância com o Presidente Lindolfo Cuestas acerca dos problemas do País, preocupava constantemente seus aqui-rivais *colorados*, principalmente o futuro Presidente José Batlle y Ordóñez, que mesmo antes de vencer as eleições já prometia acabar com o governo bicéfalo que se encontrava o Uruguai (NAHUM, 2013, p. 259).

O ano de 1904 marca a última atuação rebelde do chefe *blanco*. Em setembro deste ano, Aparício foi gravemente ferido na chamada Batalha de *Masoller*, localidade esta situada na região fronteira entre Uruguai e Brasil, a poucos quilômetros do Município de Santana do Livramento. Levado para o lado brasileiro, o Comandante em Chefe da revolução veio a falecer no dia 10 do mencionado mês de setembro, na estância de Dona Luiza Pereira, mãe de seu colaborador João Francisco Pereira de Souza (UMPIÉRREZ, 2007, p. 127).

Após esta breve biografia, onde apresentamos nosso objeto de estudo, daremos continuidade expondo o objetivo que norteia este trabalho, analisar a liderança de Aparício Saraiva sob o viés do território nos pareceu muito pertinente, visto as relações sociais que se deram na região fronteira entre Uruguai e Brasil no fim do século XIX e início do XX, relações estas que direcionaram e alavancaram o prestígio deste caudilho.

Nosso objetivo, então, reside na perspectiva de demonstrar o caudilhismo exercido por Aparício Saraiva na conformação de um território a partir das relações sociais de poder mantidas primeiramente na região fronteira entre o Brasil e o Uruguai, expandido posteriormente sua malha de influência a outros pontos mesmo sem estar fisicamente presente, ocasionando assim o que resolvemos chamar aqui de “fronteira-indivíduo”, aspecto este onde o próprio sujeito caracteriza seus pontos de atuação, sem limitar-se a territorialidade imposta pelo Estado-nação, fazendo de seu prestígio por meio das relações sociais, o seu principal trunfo na rede de influências.

Para balizar nossas interpretações, nos valem de algumas fontes documentais, sobretudo, correspondências trocadas entre Aparício e alguns agentes que faziam parte de sua trama nas relações sociais de poder. Estas nos demonstram como se deu a convergência de poderes em relação a Aparício e de como este se valeu desta trama para estruturar suas estratégias de atuação, principalmente nos momentos das insurreições de 1897 e 1904.

Ainda referente à documentação utilizada, cabe mencionar que as mesmas foram recolhidas, principalmente em três arquivos uruguaiois: no *Centro de Documentacion Histórica del Río de la Plata y Brasil “Dr. Walter Rela”*, localizado na cidade de Rivera, onde tivemos acesso a documentos variados acerca da história do Partido Nacional, assim como a algumas obras raras, exemplo, o Manifesto de José Núñez (1897). No *Archivo General de la Nación* (AGN), em Montevideu, foi possível recolher algumas correspondências, especialmente de ordem familiar. Já no *Museo Historico Nacional* (MHN), também em Montevideu, foi onde alcançamos maior variedade de documentos “inéditos”, sobretudo na “Coleção Diego Lamas”, onde nos deparamos com uma relevante relação de correspondências, datadas principalmente nos anos de 1896 e 1897.

Para expressar nosso objetivo levantado acima, dividimos nosso trabalho em quatro capítulos. No primeiro, procuramos elencar obras que representassem Aparício Saraiva na produção historiográfica, dividindo assim o capítulo em duas partes: uma com obras produzidas ainda no século XIX e na primeira metade do século XX; e outra com obras mais contemporâneas, produzidas a partir da década de 1970 do século XX.

No segundo capítulo, propusemos algumas reflexões acerca dos fenômenos político-sociais conhecidos como caudilhismo e coronelismo, a fim de elucidar, sobretudo os diversificados olhares que vêm sendo abordados, assim como suas perspectivas, demonstrando desta maneira características relevantes que nos ajudaram a compreender as estratégias empreendidas por Aparício na região fronteira entre Brasil e Uruguai.

O terceiro capítulo tem por objetivo uma contextualização do momento vivido por Aparício no período de 1896 a 1904, tanto no Uruguai, como no estado brasileiro do Rio Grande do Sul, objetivando assim, compreender a política uruguaia e sul-riograndense, como também o meio em que Aparício Saraiva conformou sua rede de relações, a região fronteira entre os dois Estados-nacionais.

O mote do quarto e último capítulo se faz de suma importância, pois este visa analisar a configuração das relações sociais de poder em que Aparício Saraiva estava inserido, considerando características como as familiares, comunitárias e partidárias, assim como as relações entre o sujeito, a sociedade e a paisagem. Estes aspectos nos auxiliaram a compreender como Aparício territorializou seu espaço e ampliou sua malha de influência, conformando assim a chamada por nós de “fronteira-indivíduo”, onde o próprio sujeito através de suas relações expande ou retrai seu “domínio”, mesmo que este não esteja presente em determinado local.

Em síntese, esta Dissertação de Mestrado se propõe a analisar parte das relações sociais que se desenvolveram na região de fronteira uruguaio-brasileira durante a virada do século XIX para o XX, tendo como base a atuação e as estratégias do caudilho fronteiriço Aparício Saraiva. Desta maneira, visamos contribuir com as últimas pesquisas que vem tratando de ressignificar o emprego do caudilhismo, aprofundando mais a temática e agregando novas situações de análise, pretendendo assim a ampliação de debate e produção acerca do tema.

CAPÍTULO 1

APARÍCIO SARAIVA NA PRODUÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Vários autores, desde Javier de Viana (1904) passando por José Virginio Díaz (1920) e chegando até Enrique Mena Segarra (1998), registraram suas percepções ao tentar caracterizar Aparício Saraiva como um caudilho. Tais visões, apesar de serem de fundamental importância, guardam em seu interior uma conotação tradicional do caudilhismo, onde apenas a equação “sujeito + comandância militar + carisma = caudilho” parece ser a fórmula perfeita para explicar o todo.

O emaranhado de situações desenvolvidas na segunda metade do século XIX, chegando até os primórdios do século XX, diferentemente dos tempos da pós-independência, onde o caudilhismo era tratado de uma outra maneira, nosso período apresenta um panorama onde os Estados nacionais já aparecem melhor consolidados e as disputas políticas internas mais acirradas.

Neste sentido, propomos uma revisão de algumas obras que registram a atuação de Aparício Saraiva com o propósito de fazermos uma diferenciação destes trabalhos à medida de suas aspirações e inspirações, para que a partir destes possamos situar e discutir nosso objeto em seu tempo e assim, adiante, efetuar nossa proposta de releitura do “caudilhismo saraivista”.

Assim, procuramos dividir o capítulo em duas partes, sendo a primeira focada em analisar a bibliografia produzida a fins do século XIX e primeira metade do século XX, onde esta nos apresentou aspectos mais contemporâneos ao nosso objeto, para logo em seguida, passarmos a análise de uma bibliografia mais atualizada, onde os autores, de certa maneira, procuraram buscar outras evidências para registrarem a atuação de Aparício Saraiva.

1.1 Obras produzidas no século XIX e primeira metade do século XX

Neste primeiro momento, nos detemos em apresentar obras, de certa forma, contemporâneas a Aparício, produzidas entre o final do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX. Deste modo, além do ponto de vista em estado presente dos autores,

nos será permitido perceber os aspectos fundadores acerca da historiografia referente ao caudilhismo saraivista.

Iniciando nossas considerações, trouxe o “*Manifiesto*” de José Nuñez (1897), escrito e publicado em forma de livro ainda em 1897. O manifesto produzido pelo chefe da 2ª Divisão Revolucionária, José Núñez, traça a trajetória daquele comandante durante a contenda revolucionária do mesmo ano, desde sua mobilização com outros chefes até o desfecho da dita contenda.

Contudo, além de relatar trechos importantes de suas ações bélicas, o que mais nos chama a atenção é de como o autor tratou dos assuntos relacionados à organização deste movimento, assim como as críticas feitas a outros chefes quanto ao fracasso da dita contenda, que por muitas vezes é apontada no texto tendo como culpados o coronel Diego Lamas (Chefe do Estado-Maior da Revolução) e o general Aparício Saraiva (Comandante em Chefe do Exército Nacionalista), que segundo o autor agiam mais em busca do poder pessoal do que uma regeneração para o Uruguai.

No que toca a Aparício Saraiva, Nuñez (1897) desfere contra o Comandante em Chefe revolucionário sua insatisfação referente à liderança daquele frente ao Exército Nacionalista, dizendo que Saraiva não possuía nenhum prestígio militar e muito menos títulos que justificassem sua nomeação como chefe da revolução, e ainda queixava-se da forma de como Saraiva agia frente às tropas, dizendo que não as passava em revista e que muitos soldados e oficiais nem conheciam seu general (NÚÑEZ, 1897, p. 230-231).

A situação de descontentamento reproduzida no Manifesto tem um efeito de desabafo por parte do autor que por fim, depois de todas suas observações, diz respeitar “o general Saraiva acreditando em seu patriotismo e abnegação voluntária frente às agruras da guerra” (NÚÑEZ, 1897, p. 242), contudo, aponta que os erros de Saraiva são motivados por suas paixões e razões pessoais, características que não deveriam aparecer em um chefe; no que toca ao coronel Diego Lamas, Núñez (1897) reafirma a opinião dada ao jornal *La Nación* de 7 de abril do mesmo ano, dizendo que “o coronel era mais teórico do que prático” (p. 243).

Javier de Viana (1904), em seu diário de campanha publicado sob o título de “*Con divisa blanca*”, semelhante ao manifesto de José Nuñez (1897), o autor descreve acerca de sua participação na campanha de 1904 nas fileiras saraivistas. No entanto, em contraponto a Nuñez que prioriza os acontecimentos belicosos, Viana (1904) procura descrever suas relações cotidianas na guerra, dotando sua obra com uma riqueza de detalhes surpreendentes valendo-se por muitas passagens textuais de sua sensibilidade como poeta e escritor.

Viana (1904) organizou seu livro de acordo com os fatos ou ordens diárias da divisão de *Treinta y Tres*, proveniente do Departamento homônimo e que tinha como comandantes os coroneis Francisco Saraiva, Bernardo Berro e Juan José Muñoz. Sendo assim, a primeira menção mais contundente a figura de Aparício surge no capítulo denominado “*Illescas*” (p. 32), onde o autor, sem conhecer o chefe da revolução aponta características descritas por outros membros do batalhão que haviam estado com Aparício na sublevação anterior de 1897.

Nesta, o autor aponta sua impressão acerca dos comentários sobre Saraiva:

los que lo conocían, los que habían sido sus soldados en el 97 y habían sido testigos de sus proezas, pronunciaban su nombre con una solemnidad casi religiosa; [...]. Aparício Saravia! Su nombre tenía un mágico prestigio, pero un prestigio extraño que no lo lograrán comprender jamás los hombres de ciudad, los que no han vivido en el ambiente cálido del campo, los que no conocen el alma del morador de las soledades gauchas⁴ (VIANA, 1904, p. 33).

Levando em conta seu fator literário, nota-se já a presença de um teor legendário acerca da imagem de Aparício, onde é destacado seu aspecto terrunho e que tanto chamava atenção de seus comandados. Na continuação, o autor procura sistematizar de forma simples o magnetismo que impunha a figura de Saraiva, ressaltando sua postura de homem simples do campo e que por meio desta, somente seus pares poderiam o compreender (VIANA, 1904, p. 33).

Chegando ao capítulo XV (p. 147), Viana (1904) já havia conhecido e estado com Aparício e tendo-o observado, o autor detém-se em caracterizar o caudilho. De início o autor escreve que “*hacer el retrato del caudillo es empresa temeraria*⁵” (VIANA, 1904, p. 147). Viana continua sua observação julgando ser conveniente uma análise futura de Aparício, pois “*para juzgarle es necesario estar lejos de él; de cerca, o intimida o deslumbra... no se lo puede contemplar indiferente: es preciso amarlo u odiarlo*⁶” (VIANA, 1904, p. 148). Neste sentido, seus contemporâneos o amavam ou odiavam, fazendo assim das paixões a cegueira intransponível para uma reflexão acerca de sua personalidade e por consequência, de sua atuação de liderança.

⁴“Os que o conheciam, os que haviam sido seus soldados em 97 e haviam sido testemunhos de suas proezas, pronunciavam seu nome com uma solenidade quase religiosa; [...]. Aparício Saraiva! Seu nome tinha um mágico prestígio, porém um prestígio diferente que não poderiam compreender jamais os homens da cidade, os que não tenham vivido no ambiente quente do campo, os que não conhecem a alma do morador das inospitadas *gauchas*”. [Tradução nossa].

⁵“Fazer um retrato do caudilho é empresa temerária”. [Tradução nossa].

⁶“Para julgar-lhe é necessário estar distante dele; de perto, o intimida, o deslumbra... não se pode o contemplar indiferente: é preciso amá-lo ou odiá-lo”. [Tradução nossa].

No entanto, não deixa de tecer algumas considerações, principalmente sobre o modo de como Aparício trata as pessoas ao seu redor, tentando assim desvendar de certa maneira, as estratégias empregadas pelo chefe *blanco*. E dentro destas considerações, Viana descreve uma série de situações ocorridas durante seus encontros e ao findar do capítulo chega à conclusão de que Aparício pode ser concebido como caudilho porque compreende e se faz compreender perante os seus “comandados”, que é um fruto de seu meio e que longe de ser um general, é somente um irmão maior guiando os irmãos menores (VIANA, 1904, p. 160-161).

Nestes dois primeiros exemplos que demonstramos, os autores Nuñez (1897) e Viana (1904), procuram evidenciar em seus escritos pontos de vista distintos, o primeiro, que por motivo de desentendimentos internos apontou Aparício como um agente personalista em busca de poder, sem talento para a estratégia militar e muito menos para comandar a dita revolução, devendo isso as suas paixões pessoais, no entanto, valoriza a abnegação de Saraiva e o comprometimento com a causa.

Viana (1904) traça o perfil mais divulgado e/ou aceito de Aparício, aquele que de certa forma solidificou-se frente à historiografia, o de líder incontestado que agia em prol não só de seus interesses, mas também dos que a ele se uniam, isto é, fazendo referência à população rural que formou o exército insurgente em ambas as revoluções. Onde Saraiva aparece como o irmão mais velho, o guia, que por estar em contato com determinadas situações sabia agir de maneira compreensível para com seus pares.

A obra de Luis Alberto de Herrera (1898), *“Por la Pátria: la Revolución de 1897 y sus antecedentes”* não foge muito das características apresentadas até o momento. No entanto, proporciona ao leitor algumas informações relevantes para quem procura saber acerca das hostes revolucionárias em 1897, pois ao longo do trabalho, Herrera (1898) vai dissertando sobre estas hostes, apontando as divisões militares, seus chefes e respectivamente os soldados que compunham estes batalhões.

No que toca a figura de Aparício Saraiva, Luis Alberto de Herrera (1898) dedica em seu livro um capítulo para tal chefe, onde na forma de um diário procura descrever a personalidade de Aparício durante a campanha de 1897. Contudo, diferente dos outros autores, Herrera (1898) desde o primeiro capítulo procura acentuar os motivos que fizeram de Saraiva o líder político e revolucionário do Partido Nacional.

No primeiro capítulo, intitulado *“Aparício Saravia en Rio Grande”*, o autor aponta sua interpretação para o fato de Aparício ter sido escolhido o General em Chefe da Revolução Federalista (1893-95) após a morte de Gumercindo. Distante de sua importância na dita revolução, a escolha jazia justamente em seu prestígio junto ao território fronteiriço que

permeia o estado brasileiro do Rio Grande do Sul e a República Oriental do Uruguai, território este que Aparício tratou de mobilizar em prol de sua causa, contatando com os agentes necessários para mover-se sem maiores empecilhos.

Assim, Herrera (1898) revela que mesmo antes de Aparício se por em armas em 1896 em seu primeiro levante, um emissário da Junta de Guerra sediada em Buenos Aires já perambulava pela fronteira em busca do notório personagem rebelde (p. 5).

Mais adiante, o autor retoma a questão dos contatos que Aparício mantinha no território fronteiriço, demonstrando como o caudilho, aparentemente, se desvincilhou de seus antigos aliados, os federalistas, para passar a tratar com os novos “donos” do Rio Grande do Sul, os republicanos. Desta maneira, Saraiva passou a contar com um respaldo ainda maior, fortalecendo sua liderança e estabelecendo-se como o líder que buscavam os nacionalistas, sobretudo àqueles que baseados em Buenos Aires compunham a Junta de Guerra, agindo à margem das decisões do Diretório do Partido Nacional sediado em Montevidéu, que era contrário ao embate armado.

No que tange o nosso trabalho, a obra de Luis Alberto Herrera (1898) é a que nos parece mais coerente frente aos nossos objetivos, pois procura demonstrar os meios, mesmo que de forma sucinta, que fizeram de Aparício o chefe *blanco* na virada do século XIX para o XX, posicionando Saraiva em um lugar de prestígio e o reconhecendo como caudilho de seu partido.

No entanto, a preocupação com a narrativa heroica e a consolidação do nascente “mito saraivista” fazem do livro de Herrera (1898) mais um que tenta estabelecer Aparício Saraiva em uma construção histórica acerca do Partido Nacional, tentando demonstrar que o lado dirigido por Aparício trazia os verdadeiros valores do “*ser blanco*”, onde a reputação demonstrada por este chefe se tornava mais representativa frente os demais (HERRERA, 1898, p. 11).

Outra obra basilar para que possamos tratar do fenômeno caudilhistas vinculado a Saraiva é o livro “*Historia de Saravia*” do capitão *colorado* José Virginio Díaz (1920), que além de militar, trabalhou como correspondente nos jornais uruguaios *La Razón* e *El Siglo*, entre os anos de 1898 e 1904 onde se destinou exclusivamente a visitar os “Saraivas” (*blancos* e *colorados*), com especial dedicação a Aparício.

Para Díaz, Aparício Saraiva “*fué la expresión de una fuerza, representó un momento de la conciencia nacional y significa un valor digno de seria consideración*”⁷ (DÍAZ, 1920,

⁷“Foi a expressão de uma força, representou um momento da consciência nacional e significa um valor digno de séria consideração”. [Tradução nossa].

p. 8). Calçado nesta afirmação, o autor divide sua obra em cinco partes onde faz referência a aspectos interessantes da vida de Aparício, procurando balizar sua narrativa nestas características, desenvolvendo assim um meio de chegar até a “resposta” para a liderança de Saraiva.

Nota-se que o autor é um grande admirador da figura de Saraiva apesar de ter sido antagonista a ele durante os levantes armados de 1897 e 1904 e por isso frisa que, “embora seja ligado ao Partido Colorado por convicções, a justiça de escrever algo sobre o caudilhismo saraivista deve ser feita” (DÍAZ, 1920, p. 10).

Assim, a parte que nos toca ao levantar dados acerca das características caudilhescas de Aparício se acentua no capítulo “*Cesarismo Saravista*” (DÍAZ, 1920, p. 177); neste o autor se detém ao período posterior a Revolução de 1897, demonstrando como o poder de Aparício foi elevado após o *Pacto de La Cruz*, onde, além de uma reforma eleitoral, os *blancos* abarcaram seis chefaturas departamentais (*Rivera, Cerro Largo, Treinta y Tres, Lavalleja, Flores e San José*) das dezenove que haviam, promovendo desta maneira uma divisão de poderes, ou seja, um Uruguai *colorado* a mando do presidente Lindolfo Cuestas e outro *blanco*, a mando de Saraiva.

O autor ainda cita algumas passagens que reforçam este poder de Aparício sobre uma porção do Uruguai. Fazendo referência a certa vez que indo visitar Saraiva em sua estância, ouviu do peão que o guiava a seguinte exclamação ao cruzar o arroio *El Cordobés*⁸: “Estamos en tierra de general!”⁹ (DÍAZ, 1920, p. 178), lógica alusão ao domínio territorial de Saraiva.

Outro interessante testemunho de José Virginio Díaz em referência ao que já foi dito transcorre em uma conversa entre o próprio Díaz, Luis Ponce de León¹⁰ e Saraiva acerca das eleições presidenciais de 1º de março de 1903, onde questionado sobre o possível eleito, Saraiva diz: “Venga, quien venga de presidente no entrego las jefaturas!”¹¹ (DÍAZ, 1920, p. 179).

Estes dois exemplos acima citados denotam tanto a postura de Saraiva como chefe disposto a romper com uma estrutura, capaz de imprimir a guerra e impor sua vontade a qualquer momento, bem qual a de seus “protegidos”, que confiantes no poder do caudilho acabaram por criar uma dicotomia territorial, fazendo principalmente dos três Departamentos

⁸O arroio *El Cordobés* situa-se ao sudeste do Departamento de *Cerro Largo*, dividindo este do Departamento de *Durazno*. NAVARRETE, Maria S.; VIÑOLES, Ramón A. *Cerro Largo. Los Departamentos*, n. 18. Montevideu: Nuestra Tierra, 1970. p. 13.

⁹“Estamos na terra do general!” [Tradução nossa].

¹⁰Secretário de Aparício Saraiva durante 1903 e 1904.

¹¹“Venha, quem venha de presidente não entrego as chefaturas!” [Tradução nossa].

fronteiriços de *Cerro Largo*, *Treinta y Tres* e *Rivera* o reduto saraivista, algo impenetrável capaz de conter o que fosse contrário a Saraiva.



Figura 1: Mapa da disposição departamental da República Oriental do Uruguai quanto à divisão das chefaturas políticas a partir do pacto de La Cruz (1897).

Onde, a cor vermelha indica o Partido Colorado e a azul o Partido Nacional. Fonte: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Uruguay_location_map.svg>. Acesso em 1º set. 2014. Mapa modificado pelo autor.

Rico em detalhes, o trabalho de Díaz (1920) ilustra o perfil da liderança de Saraiva, procurando explicar o período, assim como suas impressões contemporâneas acerca do mesmo. Sabe distinguir seu lado jornalista do lado militar filiado ao Partido Colorado, caráter este que contribui para a pesquisa histórica devido ao grande número de informações contidas no decorrer dos capítulos, no entanto, a parte anedótica e a passionalidade frente à figura de Saraiva também se fazem presentes, o que não tira os méritos de sua narrativa, pois nos permite o anseio de uma maior reflexão acerca do “carisma hipnótico” produzido por Aparício, que tanto é mencionado em diversos outros relatos.

Um destes relatos pode ser concebido na obra de Manuel Gálvez (1942), “*Vida de Aparício Saravia*”. Nesta, ainda na primeira metade do século XX, o autor procura traçar de

forma biográfica os acontecimentos que de certa maneira acarretaram para a formação caudilhesca de Aparício, pontuando desde a chegada da família Saraiva ao Uruguai até a última revolução encabeçada pelo caudilho *blanco* em 1904.

Para isso, o autor contou com uma série de documentos disponibilizados pelo próprio diretório do Partido Nacional, assim como outros trabalhos que trataram de traduzir o fenômeno que foi a liderança de Saraiva. Contudo, o autor se deteve mais a relatos de contemporâneos de Aparício, tendo como fonte de informação nomes como o de Luis Alberto de Herrera¹² e Juan Gualberto Urtiaga¹³.

No entanto, a parte que mais nos chama a atenção e que nos toca neste momento situa-se no capítulo “*El caudillo y sus huestes*” (p. 164), onde Gálvez (1942) busca uma explicação para o fenômeno caudilhistas e o porquê de sua aparição, relacionando aspectos da vida cotidiana a outros fatores que remetem a uma “psicologia”¹⁴ que era empregada pelo caudilho a qual era compreendida e interpretada por suas hostes.

Sendo assim, Gálvez (1942) busca tratar no capítulo os aspectos comportamentais de Aparício frente as suas hostes e de como as mobilizava principalmente no momento dos combates. O autor acentua estas características ao abordar a proficiência de Aparício naquilo que tange o seu conhecimento como tropeiro e que por ter plena ciência da região onde desenvolvia suas batalhas gerava nos demais um sentimento de confiança.

No entanto, a questão que mais nos chama atenção vai de encontro ao tratamento que desprende aos seus correligionários. Gálvez (1942) descreve que Aparício não se expressa de igual maneira a todos, “*con los cultos habla bien, y con los paisanos habla a lo paisano, deformando voluntariamente las palabras*”¹⁵ (p. 173). Talvez nesta afirmação do autor resida o segredo de tamanha empatia a causa de Saraiva por parte de distintos setores da sociedade e por consequência a “psicologia” mencionada anteriormente.

Até aqui, expusemos algumas impressões acerca de Aparício Saraiva como caudilho e de como este agia e se relacionava como tal. Percebemos ao longo de nossa leitura que muitas das características abordadas pelos autores se repetem, não importando qual seja a motivação

¹²Participou das contendas de 1897 e 1904. Em 1904, ao findar da revolução, foi um dos redatores do tratado de paz. Tornou-se uma das figuras mais importantes do Partido Nacional durante o século XX, fundando a linha ideológica conhecida como “*Herrerismo*”.

¹³Ajudante de ordens de Aparício Saraiva durante 1897 e 1904.

¹⁴Entendemos por “psicologia” o aspecto levantado por Pierre Bourdieu (2008), onde uma característica comportamental se traduz para uma forma de dominação, neste caso, a dominação branda. E que aparece calcada principalmente em uma essência “*criolla*” contida na figura de Saraiva, aspecto este desenvolvido no trabalho de John C. Chasteen (2003), tendo por principais características “uma identidade e uma cultura de cunho rural” (CHASTEEN, 2003, p. 185).

¹⁵“Com os cultos fala bem, e com os paisanos fala para os paisanos, deformando voluntariamente as palavras”. [Tradução nossa].

da que resolveu compor sua obra. Neste sentido, parece significativo tentarmos identificar os motivos que fizeram estes autores atribuírem certas características a Aparício para que possamos futuramente aplicar nossa interpretação ainda neste trabalho.

O coronel *blanco* José Núñez (1897) reproduz em seu “*Manifiesto*” todo o descontentamento em relação aos condutores da Revolução de 1897, apontando os motivos que o fizeram afirmar-se no grupo de oposição a Aparício Saraiva após a mencionada contenda, atuando ao lado do líder deste grupo dissidente, Eduardo Acevedo Díaz.

Além da latente insatisfação acerca do modo de como foi conduzida à revolução, o texto de Núñez (1897) traz uma questão relevante acerca da historiografia que vem sendo difundida ao longo dos anos em contraponto ao testemunho de Núñez, que formalizado de forma impressa em seu manifesto produz outro viés, pois, mesmo que de forma intencional e muito próxima do momento abordado, a memória do autor age de forma a controlar a situação, talvez, visando que seu manifesto servisse de contraprova aos eventos da Revolução de 1897, fazendo com que esta memória/relato exista e se faça refletir na reconstrução de novos olhares acerca da história (SEIXAS, 2001, p. 42).

Podemos compreender através de outras leituras acerca das chamadas “Revoluções Saraivistas¹⁶” que os relatos destas destacam em sua maioria, os feitos de Saraiva, sem questionar ou mesmo tecer um olhar mais aprofundado sobre suas relações ou de como estas se deram; os apontamentos feitos por José Núñez (1897) em seu Manifesto foram de certa forma relegados ao ostracismo dentro da historiografia tida como “oficial”, como uma forma de derrota frente à aura mítica de Saraiva criada ao longo dos anos, assim, aplicando o que diz Hartog (2011), a história dos vencidos – neste caso, um vencido pela história “oficial” – deve levar em conta os dois lados para compreender o que se passou (HARTOG, 2011, p. 228), por isso a relevância desta análise acerca do manifesto de José Núñez (1897).

Diferente da obra de José Núñez (1897), os outros trabalhos apresentados acima parecem ter um fator de promoção sobre a imagem de Saraiva e de suas mobilizações, onde valorizam a parte da situação, ou seja, os que junto a Saraiva compõem o estrato, digamos que “oficial” das “Revoluções Saraivistas”. Neste caso, estas obras são categorizadas como “obras clássicas” sendo analisadas e citadas pelos demais autores de forma profícua, o que acaba gerando um sintoma de repetição fazendo com que esta conformação seja difundida e aceita.

Ao analisarmos os demais autores, percebemos a existência de certos vínculos que por diferentes modos influenciaram em suas escritas. Por serem contemporâneos a Saraiva e aos

¹⁶Para mais, ver: MÉNDEZ VIVES, Enrique. El Uruguay de la modernización. *História Uruguaya*, tomo 5, Montevideo: Ediciones de La Banda Oriental, 2007.

ditos acontecimentos, estes autores pareciam permeados por um sentimento de “criação” de um novo chefe, um “heroi” que restauraria o velho Uruguai em contraponto ao Uruguai progressista e modernizador que se avizinhava com o final do século XIX e culminaria com a eleição de José Batlle y Ordóñez a presidência em 1903.

Javier de Viana (1904) nos parece o mais afetado por esta construção de um “heroi *gaucho*”, sua paixão como partidário nacionalista aliado a sua linha poética¹⁷ é refletida em sua obra. Nela, Saraiva aparece sempre postado em volta do fogo, cuidando dos cavalos ou na linha de frente em momentos de combate, situações estas que apresentam em sua essência as características *gauchescas*¹⁸ do caudilho, fazendo então com que se criasse o mito deste “heroi *gaucho*” que reunia em si os predicados necessários para que os *paisanos* lhe acolhessem e o reconhecessem como seu chefe.

Para modo de uma melhor exemplificação acerca desta construção mitificada do heroi, podemos relacionar para meios de comparação, a criação da imagem de Artigas como o mito fundador da Nação uruguaia.

Para a historiadora Ana Frega (1998), o conhecimento do passado sobre Artigas foi manejado por diversas vezes, até chegar aos novos cidadãos como um elemento aglutinador da unidade estatal recentemente constituída. A autora segue mencionando o papel da “História tradicional” como complementadora na recriação deste personagem, transformando-o em um “heroi cívico e militar” dotado de aspectos que remontavam tanto a noção hispânica de líder, o guia e condutor de homens em momentos de guerra, como a imagem bíblica de Moises, o patriarca e heroi civilizador de seu povo (FREGA, 1998, p. 105).

Neste contexto, a concepção das imagens tanto de Artigas como a de Aparício Saraiva aparecem com um papel voltado à unidade, uma espécie de “caudilho popular” que agrega e guia os demais a partir de determinados aspectos, que construídos em momentos de necessidade acabaram materializando-se em meio a um grupo que por sua vez aceita e difunde esta construção.

O trabalho de José Virginio Díaz (1920) se mostra um tanto quanto curioso, pois, apesar do autor pertencer ao partido antagonista ao de Saraiva e de até mesmo ter lutado contra o caudilho *blanco* em suas contendas ostentando o posto de capitão de cavalaria, ao

¹⁷Javier de Viana escreveu ao longo de sua vida diversos romances de cunho *gauchesco*, onde destacam-se: *Campo* (1896), *Gaucha* (1899) e sendo o mais famoso deles *La Biblia Gaucha* (1925). FREIRE, Tabaré. Javier de Viana: del gaucho al paisano. *La historia de la literatura uruguaya*, n. 18. Montevideo: Centro Editor Latino Americano, 1968.

¹⁸Consideramos como características *gauchescas* as levantadas por Chasteen (2003), onde se destacam as habilidades nas lides campeiras como a destreza no manejo do laço, os hábitos rurais, os trajes típicos e o modo de falar, refletindo assim uma identificação destes aspectos. (p. 194).

nosso entender, a obra de Díaz (1920) contribuiu para uma consolidação da imagem de Saraiva como o grande líder, onde tudo e todos orbitavam a sua volta.

No entanto, as situações apresentadas por Díaz (1920) em seu livro corroboram para a criação de um mito mais amplo, onde o autor apresenta Aparício não pertencendo apenas ao Partido Nacional, como também à nação uruguaia; um homem patriótico carregado de valores que seriam capazes de atrair qualquer pessoa.

Neste contexto, Díaz (1920) em suas passagens pelo Departamento de Melo fazia o papel de jornalista ao entrevistar-se com Saraiva, como já fora explicitado anteriormente, no entanto uma vinculação especial com Aparício consiga traduzir as intensões do autor ao reunir seus escritos para a publicação de seu livro 16 anos após a morte do caudilho.

Díaz (1920), por sua vez, era aparentado¹⁹ da esposa de Saraiva, Candida Díaz e talvez aí esteja à explicação para tamanho acesso à vida particular de Aparício, desfrutando de tamanha liberdade, chegou até mesmo a participar de reuniões entre Aparício e seus correligionários, como podemos observar anteriormente.

Segundo Gálvez (1942, p. 10), Díaz já havia manifestado a intensão de produzir um livro sobre o caudilho, tratando assim de inserir-se na vida cotidiana de Saraiva e entrevistá-lo sempre que possível. Neste sentido, o trabalho jornalístico e biográfico de Díaz (1920) colabora para a construção de uma história patriótica, elevando Aparício a outro patamar, distante das lutas partidárias e o colocando como um símbolo nacional que, a sua maneira, contrapôs-se a política vigente na época.

O diário produzido por Luis Alberto de Herrera (1898) referente à campanha revolucionária de 1897, como já fora dito anteriormente, possui um fator distinto em relação aos outros autores, pois procura elencar questões pontuais naquilo que se refere à ascensão de Saraiva, procurando explicá-las a medida do possível.

Herrera (1898), talvez já preocupado com seu futuro, propõe uma série de opiniões pessoais ao longo do livro as intercalando com as narrativas que dão corpo ao seu diário. Percebe-se que estas opiniões levantadas por Herrera balizariam sua duradoura carreira política frente ao Partido Nacional, atuação esta levada praticamente até o ano de sua morte em 1959.

Exemplo disto pode ser encontrado no capítulo denominado “*Juicios políticos*” (HERRERA, 1898, p. 120), onde o autor relata a preocupação de um estancieiro pertencente à

¹⁹Segundo Manuel Galvéz (1942), na introdução de sua obra “*Vida de Aparicio Saravia*”, ao apresentar autores que de certa maneira serviram de base para seu trabalho, cita a José Virginio Díaz (1920), dizendo que este havia escrito um dos trabalhos mais completos sobre a vida de Aparício porque contava com o fato de ser parente da esposa de Saraiva, tendo assim maior contato com a família. (GALVÉZ, 1942, p. 10).

elite rural da campanha uruguaia em relação à guerra, onde este se dizia indiferente, desde que nada acontecesse aos seus rebanhos e família. Adiante, Herrera (1898) reflete sobre esta questão que chama de “apatia cívica”, dizendo não entender como um cidadão se conserva alheio a tal situação mantendo uma postura egoísta enquanto a pátria convulsionada anseia por mudanças. Terminando sua reflexão, Herrera (1898) comenta que a cidadania era um mito, pois todos repudiavam seus direitos e muito menos lutavam por eles (pp. 124-125)²⁰.

Sendo assim, o diário de Luis Alberto de Herrera (1898), além do testemunho e de ser um instrumento avalizador da liderança caudilhesca de Aparício, acaba também agindo como um formador de opinião, o que acabaria futuramente direcionando o autor em sua via política, assim como os demais partidários nacionalistas que “órfãos” de um líder com a morte de Saraiva em 1904, acabaram concentrando-se ao redor de Herrera ao longo da primeira metade do século XX.

Por fim, a obra do argentino Manuel Gálvez (1942), publicada já nos anos 40 do século XX, apresenta em sua introdução aspectos interessantes quanto à motivação do autor em escrever “*Vida de Aparicio Saravia*”. Logo no início, Gálvez escreve que Aparício faz parte de suas memórias de adolescente, que ouvia falar muito do caudilho e que a maioria dos adolescentes argentinos idolatrava “*el gaucho de la libertad*” (p. 7).

No entanto, a ligação do autor a Aparício começou um pouco antes. Galvéz (1942) coloca no Prólogo de sua obra que enquanto morava com a família em um hotel de Buenos Aires por motivo de seu pai ser deputado nacional pela Província de Santa Fé, “acabou conhecendo três figuras que de certo modo estariam conectadas a Aparício”. Gaspar Silveira Martins e os almirantes Saldanha da Gama e Custódio de Mello também hospedavam-se no mesmo hotel da família de Manuel Gálvez, onde, de lá coordenavam a Junta de Guerra responsável pela Revolução Federalista (GALVÉZ, 1942, p. 7-8).

Desta maneira, Gálvez (1942) finaliza seu relato revelando que somente alguns anos depois soube da ligação destes três personagens com Aparício ao pesquisar a participação do caudilho na campanha pelo Brasil, resolvendo então dedicar-se ao estudo da vida de Aparício e posteriormente a composição do livro (p. 8).

Não por acaso, a obra de Gálvez foi muito influenciada pelos acontecimentos que permearam sua infância, sendo assim, carregada de uma comoção idílica muito parecida com a de Viana (1904), sendo sustentada pelo fato de Gálvez também ser poeta e um expoente do

²⁰Para concluir sua reflexão, Herrera ainda coloca: “O furacão revolucionário, imposto pela letargia pública castigou em carne viva as classes conservadoras habituadas a não preocuparem-se com os destinos nacionais e a aplaudir despotismos e degradações sempre que os preços da tablada foram bons, bons os estados dos campos e bons o semblante dos piores líderes locais”. (1898, p. 125). [Tradução nossa].

movimento nomeado de “*reacción nacionalista*”, onde se reivindicava um passado europeu em comum (no caso argentino este seria hispânico), o vinculando a sociedade *criolla*²¹.

Além destes fatores, podemos perceber que a obra de Gálvez (1942) possui um respaldo por conter “fontes confiáveis”²² que lhe permitiram aprofundar alguns aspectos e concluir a biografia de Saraiva a tornando um tomo importante não só para a história nacional uruguaia, a ampliando para a Argentina, Brasil e até mesmo para outros países da América Latina na conformação de que toda nação necessita de heróis e que eles são homens genuinamente americanos, aprofundando assim sua corrente de pensamento calcada na já mencionada “*reacción nacionalista*”.

Finalizando esta parte em que elencamos as principais características das obras e de seus autores, nos parece pertinente mencionar que em sua maioria a questão atribuída a Aparício Saraiva seria a de um agente empenhado em uma regeneração da pátria e que tomado por esta motivação, comprometeu-se em fazer dela sua bandeira. Por expressar-se de acordo com os costumes fronteiriços e interioranos, e por reviver o mito da *patriada*, Saraiva foi alçado por estes autores a um rol legendário, sendo interpretado de um modo conveniente e adaptado às distintas modalidades, seja ela política, cultural e até mesmo intelectual.

No que se refere aos aspectos relacionados à liderança de Saraiva, percebemos que os autores citados o reconhecem como caudilho, visto o papel que assumiu e a influência que exerceu tanto na sociedade em que vivia como no partido político que representava.

Estes primeiros autores que trataram de biografar Saraiva em seu próprio tempo serviram de base para que posteriormente outros autores o revisitassem, seja replicando as informações ou atribuindo novas discussões. Cabe-nos agora uma leitura destas, para que da mesma maneira, sirvam de parâmetro para compormos nossa interpretação acerca da liderança de Saraiva.

1.2 Obras contemporâneas (a partir dos anos 1970 do século XX)

Inicialmente, cabe-nos salientar que a revisão bibliográfica se faz importante devido aos nossos fins, e que longe de ser o ponto final da discussão, esta só tem a complementar as

²¹Ver mais em: GOLDCHLUK, Graciela. Manuel Gálvez en el campo intelectual argentino. *Trabalho de Conclusão de Curso*. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 1996. Disponível em: <<http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.158/te.158.pdf>>. Acesso em 21 Set. 2014.

²²Como já fora dito anteriormente, Gálvez (1942) contou com uma vasta documentação para compor a biografia de Aparício Saraiva, além de entrevistas com importantes membros do Partido Nacional e contemporâneos das revoluções encabeçadas por Saraiva.

demaís análises, fazendo com que o caudilhismo designado a Saraiva na virada do século XIX para o XX continue sendo motivo de estudo e reflexão.

Neste momento, trazemos algumas obras com um caráter mais historiográfico acerca de Saraiva. Apontamos alguns autores, que de certa forma, ampliaram o objeto, inserindo Aparício dentro de uma conjuntura de fatores para explicar assim suas ações durante o período. Não permanecendo apenas com os fatores descritivos e/ou biográficos, mesmo que estes estejam presentes na maioria destas obras.

Começamos por Enrique Mena Segarra (1998), que diante da vasta informação contida, por assim dizer, na “literatura saraivista”, apresentou-nos em sua obra “*Aparício Saravia, las ultimas patriadas*”²³ uma síntese daquilo que de certa maneira já havia sido escrito pelos autores apresentados anteriormente. O autor procura reforçar em suas conclusões questões já conhecidas que por sua vez acabam por alentar o ufanismo sobre a figura de Saraiva e de seus feitos em nome da regeneração da Pátria.

O que de certa maneira ajuda a compreender a contribuição mais importante de Mena Segarra (1998) ao nosso estudo, que é a produção de um fenômeno de reconhecimento acerca da liderança de Aparício em 1896. O autor escreve que somente a participação de Aparício durante a Revolução Federalista (1893-95) no Brasil não seria suficiente para explicar tamanha adesão a sua causa e que o fato desta estantianidade está justamente na disseminação de seu nome como caudilho do Partido Nacional, visto que este partido necessitava de uma liderança que lhe permitira a confiança para tal momento.

Digamos então que Aparício surgiu como um “herói” para o Partido Nacional, e o que busca Mena Segarra (1998) é justamente consolidar esta posição, mas não só, tenta transferir a reivindicação de Saraiva a um patamar patriótico, onde a luta revolucionária não seria apenas em nome do Partido e sim de uma recuperação da pátria e que o caudilho teria colaborado para tal.

Assim Mena Segarra (1998) conclui acerca de Aparício Saraiva,

el transcurrir de la historia que nos separa cada vez más de su breve y decisiva actuación, al brindar la perspectiva necesaria para situarla y la serenidade de juicio para conferirle su valor, ha elevado al último caudillo criollo de la categoria de héroe partidario a la de una de las figuras representativas de la nacionalidad²⁴ (MENA SEGARRA, 1998, p. 203).

²³Primeira edição publicada pela Ediciones de la Banda Oriental, 1977.

²⁴“O transcorrer da história que nos separa cada vez mais de sua breve e decisiva atuação, ao brindar a perspectiva necessária para situá-la e serenidade de juízo para conferir-lhe seu valor, tem elevado ao último caudilho *criollo* da categoria de herói partidário a de uma das figuras representativas da nacionalidade”. [Tradução nossa].

Dentro deste aspecto, vale lembrar que o historiador Enrique Mena Segarra, por toda sua vida pertenceu ao Partido Nacional, sendo também neto do coronel Antonio Mena, figura destacada nas revoluções de 1897 e 1904.

Contudo, o trabalho de Mena Segarra (1998) se apresenta como obra fundamental para o conhecimento da atuação de Saraiva, permitindo em seu conteúdo uma notável síntese de informações que para o trabalho do historiador se faz necessária, ainda mais no nosso caso, já que muitos dos episódios descritos pelo autor são fundamentais ao nosso objetivo de compreender o caudilhismo no entre séculos XIX e XX.

Dando sequência, trouxemos o trabalho de Alejo Umpiérrez (2007), *“La forja de la libertad”*. Neste, o autor que também é partidário nacionalista, descreve acerca da última guerra civil de Saraiva partindo do Departamento de Rocha em uma tentativa de contribuição a História Nacional a partir do âmbito regional, que segundo o próprio autor, tem o objetivo de descentralizar o discurso histórico (p. 9).

Desta maneira, Umpiérrez (2007) propõe uma busca por personagens *“rochenses”* que vincularam-se a Revolução de 1904, dando destaque ao coronel Enrique Yarza, figura de quem traça uma breve biografia. Ao longo de seu livro, o autor repassa os antecedentes desta última contenda até chegar a sua organização militar, repassando a organização das tropas e seus movimentos táticos nos campos de batalha, culminando em seu final com a morte de Aparício nos campos de Masoller.

O interessante fica por conta do segundo capítulo (p. 29) – *“La vida cotidiana en la revolución”* – neste, o autor além de descrever o que o título menciona [A vida cotidiana na revolução], apresenta situações em que podemos perceber a atuação de Saraiva frente ao corpo revolucionário e principalmente, frente aos seus soldados, que longe de serem militares regulares, não passavam de trabalhadores rurais que encontravam-se envolvidos na contenda por diferentes motivações.

Umpiérrez (2007) destaca esta relação de Saraiva com seus *paisanos*²⁵ a partir dos escritos publicados na obra *“Aparicio Saravia en la Revolución de 1904”* do cronista Ramón González (1949) que acompanhou parte da marcha em 1904. Nas crônicas de González (1949) utilizadas então pelo autor, são frequentes as menções referentes ao sentimento de Aparício pelos soldados, onde por diversas vezes o cronista relata ter visto “o caudilho chegar às lágrimas ao ver as necessidades pela qual passava a tropa” (p. 31).

²⁵Segundo o Dicionário da Real Academia Espanhola (RAE), o significado de *paisano* oscila entre: Pessoa que é de um mesmo país, província ou lugar de outra; camponês que vive e trabalha no campo e para o homem que não é militar. *Diccionario de la lengua española (DRAE)*, 22ª edição, versão digital. Disponível em: <<http://www.rae.es>>. Acesso em 03 Nov. 2014.

Esta informação vai de encontro ao que já fora anteriormente mencionado, a carismática ligação de Aparício com os soldados da revolução. Para Umpiérrez (2007), esta forte ligação que tanto é mencionada por outros autores é “o segredo da liderança de Saraiva”, “o caudilho agia como um fio condutor que magnetizava a todos seja por sua conduta respeitável ou por suas ações cotidianas que acabaram por tornarem-se símbolos de seus feitos” (p. 39).

O autor ainda cita uma dessas ações a modo de exemplo; esta se passa quando Saraiva ao recorrer às guardas de um acampamento em uma noite de frio extremo, avista um soldado tremer pela baixa temperatura e ao dar seu próprio poncho lhe disse que “não podia ver tremendo de frio a quem nunca havia visto tremer no campo de batalha” (p. 41). Anedota²⁶ ou não, jamais saberemos, porém, o que fica são estas características carismáticas transmitidas de Saraiva e que acabaram por conformar um perfil do caudilho fazendo com que esta visão seja aceita amplamente sem maiores questionamentos.

O trabalho de Umpiérrez (2007) se faz interessante e diferenciado dos demais justamente por direcionar seu estudo a um outro ponto de vista, onde as hostes saraivistas atuam em papel principal, o que desta maneira nos possibilitam também uma outra visão a partir da estrutura interna destes corpos armados, realocando assim nossa análise e possibilitando uma possível ampliação do tema em uma linha que vai no sentido das hostes em direção ao caudilho.

Nos últimos anos, um trabalho que vem chamando bastante atenção justamente por tratar o tema do caudilhismo em um sentido mais amplo é o do historiador estadunidense John Charles Chasteen (2003). Na obra intitulada “Fronteira Rebelde”, Chasteen (2003) esforça-se em fazer um levantamento minucioso acerca da formação da região fronteira entre Brasil e Uruguai culminando com as atuações dos irmãos Gumercindo e Aparício Saraiva neste território.

Acerca da liderança caudilhesca empregada pelos irmãos Saraiva, Chasteen (2003) propõe que, tanto Gumercindo como Aparício “reproduziam símbolos de uma identidade coletiva que apropriados por seus seguidores facilitavam o reconhecimento de seus chefes” (p.18). Ainda segundo o autor, esta conceitualização do carisma caudilhesco pode ser definida “quando um líder adquire a lealdade do grupo justamente por personificar este mesmo grupo, seja a partir de sua experiência ou da reunião de fragmentos diversos de identificação” (p. 18).

²⁶Relativo à história anedótica. Característica muito usual dentre os historiadores gregos da antiguidade onde a anedota não prejudica a parte histórica, apenas a torna um modo de captar pormenores, com maior capacidade ilustrativa, num processo de encontro narrativo entre conto e história (PINHEIRO, 2009, p. 216).

Assim, Chasteen (2003) confere que,

O carisma resultava de uma visão intensamente pessoal, mas que também dependia de uma avaliação coletiva e, portanto, era sujeito a reavaliações. Os líderes que exercem uma atração incomum devem encarnar algo de grande significado transcendental para aqueles que respondem a seu carisma (CHASTEEN, 2003, p. 18).

O autor ainda segue sua reflexão colocando que,

O líder ganha a lealdade do grupo por personificá-lo e por facilitar (para alguns de seus membros) a poderosa experiência da autotranscendência. Os seguidores dos Saraivas eram uma grande e difusa “comunidade imaginada” de pessoas que se reconheciam mutuamente por meio de símbolos de uma herança e de um destino comuns. Para estudar os caudilhos como heróis culturais e símbolos de identidade coletiva, é preciso reunir os fragmentos dos diversos pontos de vista de seus seguidores, procurando recuperar a textura relevante de suas vidas diárias e procurando a origem da constelação de significados embutida na sua experiência histórica específica. (CHASTEEN, 2003, p. 18).

Estas últimas colocações do autor são de fato importantes para entendermos o efeito das relações empreendidas Aparício. Analisar este carisma a partir da perspectiva de seus seguidores pode nos trazer relevantes contribuições ao nosso tema, principalmente se dispormos nossa lente sob a população rural, já que esta compôs majoritariamente o caudal de seguidores de Saraiva durante as contendas encabeçadas pelo caudilho.

Posicionando nosso foco mais precisamente sobre a imagem de Aparício como caudilho do Partido Nacional, dirigimos nossa atenção a partir do capítulo 12 (p. 153) – “Outubro de 1895” – onde, a partir deste, Chasteen (2003) começa a priorizar as ações do caudilho *blanco* já em território uruguaio. No entanto, o efeito simbólico de Aparício como caudilho e sua efetiva atuação nas convulsões que liderou aparecem efetivamente no capítulo 13, intitulado de “O mito da patriada” (p. 162).

Neste sentido, para explicar o efeito simbólico que Aparício exerceu, Chasteen (2003) coloca que,

Aparício conseguiu criar na imaginação de seus seguidores uma atraente imagem de suas identidades compartilhadas, formando um conjunto bem claro de crenças e imagens que eu chamo de “mito da *patriada*”. A carreira de Aparício Saraiva sugere que, durante o período em de sua vida em que foi herói, o “mito da *patriada*” lhe conferiu o que às vezes é chamado de “carisma” (p. 162).

Assim, o ponto de partida de Chasteen (2003) se desenvolve a partir da definição da palavra *patriada*, algo que é usado estritamente pelos *blancos* em um sentido de “regeneração

moral para o próprio partido”, algo que fizesse recordar das lutas pela independência onde a palavra de ordem era “*hacer la patria*”²⁷.

Neste momento, ao fim do século XIX, refazer a pátria era algo caro aos nacionalistas que fustigados pela supremacia *colorada* necessitavam recompor-se moralmente, para em seguida aplicarem a pátria o seu conceito de regeneração justamente “por se sentirem excluídos da comunidade política durante as décadas de tirania *colorada*, os *blancos* acreditavam que a verdadeira nação uruguaia ainda não tinha sido formada” e neste sentido ela precisaria passar por um processo de reformulação com maior inserção nacionalista na vida política (pp. 163-164).

Partindo desta prerrogativa de *patriada* e de todo simbolismo que ela reproduz é que Chasteen (2003) desenvolve sua reflexão para a liderança exercida por Aparício. O autor coloca que devido às tensões sociais e políticas pelas quais passava a nação uruguaia, o impacto psicológico que um novo líder rebelde traz ao ser alavancado ao posto mais alto dentro de uma rebelião da qual o objetivo seria “refazer a pátria”, produzem sensações estimulantes.

Assim, segundo Chasteen (2003) Aparício conseguiu reunificar o Partido Nacional (1896-97), onde,

seu êxito inicial foi devido ao fato de que, como seu irmão Gumercindo, ele tinha a fama de combatente eficaz e de general experiente, o que fazia dele um líder militar adequado para os *blancos* frustrados com a hegemonia *colorada*. Iniciada a revolução, porém, o papel de Saraiva como líder parecia menos importante que sua função de aglutinador simbólico, capaz de reunir caudilhos do campo e doutores da cidade numa perfeita representação do mito da *patriada* (p. 175).

Neste sentido, Chasteen (2003) destaca a figura de Aparício dentro do círculo interno partidário, onde o caudilho era referenciado muito mais a partir de um poder simbólico do que as tradicionais atribuições caudilhescas. Assim, o autor nos revela outros aspectos a serem analisados, pois, além da comandância militar e do “carisma” que agia em consonância com seus comandados, Aparício figura como um elemento aglutinador, capaz de mobilizar não só os elementos mais ligados a si, como também os que de fora aspiravam por alguém que lhe servisse de um meio catalisador para assim reformar o partido e em seguida a nação.

É bem sabido que após a Revolução de 1897 o Partido Nacional voltou a fragmentar-se, no entanto, a liderança de Aparício permaneceu de certo modo como algo intacto para

²⁷“Fazer a pátria”. [Tradução nossa].

aqueles que ainda persistiam no mito da *patriada*, acreditando que somente um caudilho salvador pudesse de fato recompor e porque não, refazer os moldes da nação.

Os trabalhos demonstrados nesta parte, apesar de tocarem relativamente no mesmo assunto, nos trazem perspectivas distintas acerca das maneiras de como “visualizar” historicamente Aparício Saraiva.

O historiador Enrique Mena Segarra (1998), mesmo que sua obra aponte outros fatores, procura repercutir a ideia de um Aparício Saraiva patriótico, como uma peça fundamental para a continuidade da formação e consolidação da Nação uruguaia. Algo que busca reforçar ao longo de seu texto é a luta empenhada pelo caudilho no que toca a liberdade política e liberdade de direitos constitucionais para todos uruguaios, opiniões estas bastante difundidas em meio à “literatura Saraivista”.

No entanto, o que mais chama a atenção na análise de Mena Segarra (1998) quanto a Saraiva ser um expoente do patriotismo uruguaio independente de partido político, fica por conta da defesa dos “*fueros*”²⁸. Pois, segundo o autor, Aparício posicionou-se por diversas vezes a favor da autonomia local frente ao centralismo da capital, apoiando assim um fortalecimento dos Departamentos e Municípios, algo que já havia sido proposto na “Manifestação de Princípios” do *Club Nacional* em 1872²⁹ e nas “Leis Orgânicas” do Partido Nacional em 1891³⁰, ou seja, à defesa de um território com o apoio da constituição partidária (MENA SEGARRA, 1998, p. 204).

O trabalho de Alejo Umpiérrez (2007), como já ressaltado, proporciona um interessante viés para analisarmos a liderança de Aparício Saraiva, pois, além de tratar da parte dos contingentes revolucionários, o autor busca debater as situações levantadas através de uma postura regional, isto é, lançando seu olhar a partir de movimentos isolados pelo interior do Uruguai (com destaque para o Departamento de *Rocha*) que unificadamente

²⁸O Dicionário da Real Academia Espanhola (RAE) traz vários significados para o termo *fueros*. Contudo, o que nos parece mais pertinente é o de “norma ou código dado a um determinado território no sentido de uma jurisdição local, seja uma Província, Município ou concedido a uma pessoa”. *Diccionario de la lengua española (DRAE)*, 22ª edição, versão digital. Disponível em: <<http://www.rae.es>>. Acesso em 15 Dez. 2014.

²⁹Na “Manifestação de Princípios” do *Club Nacional* escrita em 7 de julho de 1872 e publicada originalmente no jornal *La Democracia* de 9 de julho de 1872, um dos parágrafos contém a seguinte proposta: “Estabelecimento de um governo Municipal, confiando aos povoados e distritos rurais o manejo de seus próprios interesses, que abandonados até hoje são absorvidos por uma centralização administrativa que não responde a suas exigências” (RELA, 2004, p. 66). [Tradução nossa].

³⁰Já nas “Leis Orgânicas” do Partido Nacional publicadas em 3 de março de 1891, temos o seguinte conteúdo na parte denominada de “Manifestação de Princípios”: “O Partido Nacional, como já declarou em 1872, aspira uma reforma acerca da Lei de Eleições com um arranjo voltado a uma maior subdivisão dos distritos ou subscrições eleitorais e ao sistema que melhor se ajuste a representação das minorias, adotando o Partido Nacional como regra de conduta para o futuro o respeito a autonomia departamental” (RELA, 2004, p. 92). [Tradução nossa].

lançaram-se em auxílio a Saraiva nas distintas revoluções, realçando, no entanto, a Revolução de 1904.

Outro ponto importante demonstrado por Umpiérrez (2007) seria o princípio básico de manter o controle da região fronteira entre Uruguai e o estado brasileiro do Rio Grande do Sul mesmo que em tempos de paz. O contrabando, livre das altas taxas aduaneiras facilitava, sobretudo o trânsito dos rebanhos bovinos, principal atividade de Aparício e de muito outros habitantes da região.

O controle da zona de fronteira significava para o líder *blanco* muito mais do que a simples tomada política, significava uma manutenção na ordem das coisas, principalmente no aspecto socioeconômico. A fronteira exercia desta maneira uma função importante, o entendimento social de seus habitantes e, sobretudo, um modo de vida (UMPIÉRREZ, 2007, p. 44).

Já em período de guerra, controlar a zona de fronteira servia como uma espécie de ponto de fuga, pois, a mobilidade era o maior trunfo dos insurretos. Isso muito se deve a característica de ser uma guerra sem quartel, baseada em táticas de guerrilha, onde o ataque revolucionário era quase sempre acompanhado de uma rápida retirada, aproveitando-se assim da linha divisória entre os dois países. Além do mais, “a fronteira servia como um lugar de municiamento que poderia ser bem como uma parada de encontro, um lugar onde os insurgentes poderiam recompor suas forças e organizar novos rumos” (UMPIÉRREZ, 2007, p. 43).

O historiador norte-americano John Charles Chasteen (2003), similar aos outros citados, procurou objetivar novas reflexões a questão do caudilhismo ao tratar dos irmãos Gumercindo e Aparício Saraiva. Ao abordar especialmente o segundo irmão, o autor sistematizou uma série de acontecimentos que levaram Aparício a um lugar de prestígio dentro do Partido Nacional, como também frente à sociedade camponesa que ansiava por um novo líder (CHASTEEN, 2003, p. 176).

No entanto, a nosso ver, a principal contribuição de Chasteen (2003) fica por conta da análise referente ao simbolismo atribuído à liderança de Aparício logo após seu retorno da Revolução Federalista (1893-95). O autor demonstra o efeito magnético que a figura de Saraiva produziu como líder revolucionário, sendo procurado tanto por membros do partido vindos da capital Montevideú, como também e especialmente por outros líderes regionais, que juntamente com seus séquitos formados principalmente pela grande massa de trabalhadores rurais engrossaram as fileiras das revoluções (CHASTEEN, 2003, p. 179).

O autor reflete, sobretudo acerca da sociedade fronteiriça que se desenvolveu a partir das guerras entre as Coroas portuguesa e espanhola, evidenciando um modo de vida em comum entre seus habitantes (CHASTEEN, 2003, p. 35). O aspecto de homem fronteiriço representada na postura de Saraiva ressonava principalmente nos habitantes menos favorecidos da região que reconheciam em seu líder uma identidade e uma cultura de cunho rural. Ainda segundo Chasteen (2003), esta identificação relacionada principalmente aos habitantes da região fronteiriça para com Aparício se justificava especialmente a partir de uma série de costumes e símbolos que vão deste a atitude de vestir-se ao estilo gaúcho, bem como a maneira de falar típica dos habitantes desta região, onde à mistura dos idiomas português e espanhol é característica (CHASTEEN, 2003, pp. 194-195).

As questões apontadas pelos distintos autores demonstram um fator comum em todas elas e que se mostra interessante para a nossa análise, a defesa e reivindicação de um território, neste caso, a região fronteiriça entre o Uruguai e Brasil. Consolidar uma área de atuação a partir de fatores culturais, econômicos e, sobretudo, autonômicos, ratificam o nível da estratégia adotada por Saraiva no manutenção de sua influência nesta região de fronteira, evidenciando o quão importante foram suas articulações para a concretização de um território de poder.

Sendo assim, a partir desta análise é fundamental trabalharmos com alguns conceitos acerca do caudilhismo com o objetivo de aprofundarmos melhor nossa reflexão, trazendo outras características que ampliem o conceito. Desta maneira, passamos ao próximo capítulo onde serão expostas diferentes visões acerca deste fenômeno político-social, bem como alguns apontamentos acerca do coronelismo brasileiro para que possamos confrontá-los e expressar suas distinções e similaridades.

CAPÍTULO 2

CAUDILHISMO E CORONELISMO: APONTAMENTOS E REFLEXÕES

Os trabalhos apresentados no capítulo anterior demonstram o quanto à imagem de Aparício Saraiva está vinculada ao fenômeno do caudilhismo. Tanto os apontamentos contemporâneos a Saraiva, como os mais atuais, indicam com frequência uma série de características que conformaram a liderança do chefe *blanco*, de tal maneira que estas particularidades acabaram por naturalizarem-se na “bibliografia saraivista” sem uma crítica mais aguçada, algo que em certa medida, não contribui para uma conceitualização do caudilhismo, especificamente o tratado por nós que tem como período de análise o final do século XIX e princípio do XX.

Neste sentido, como um fomento a reflexão acerca do tema, propomos alguns apontamentos considerando, sobretudo uma atualizada bibliografia sobre o tema. Ainda, neste mesmo capítulo trouxemos algumas ponderações, mesmo que de forma mais simplificada, acerca de outro fenômeno similar ao caudilhismo, o coronelismo brasileiro. Desta maneira, como uma forma de ampliar ambos os conceitos, apresentamos alguns trabalhos pontuais, apenas para dar o contexto desta revisão procurando desenvolver assim uma análise acerca das influências adotadas por Aparício em sua atuação, sejam caudilhescas ou coronelistas.

Sendo assim, na historiografia há em seu processo histórico de produção do conhecimento diferenciadas visões acerca destes dois fenômenos. Mesmo sendo este trabalho sem a pretensão de aprofundar estas diferentes perspectivas sobre os temas, registramos que o caudilhismo, assim como o coronelismo foram imbuídos em distintas discussões de características generalistas no sentido de “civilização e barbárie” e da individualização do personagem.

No entanto, trabalhos mais contemporâneos vinculam estes à política ibero-americana e as especificidades da época, como os aspectos regionais, as relações sociais, ou seja, analisam os mecanismos que acederam caudilhos e coroneis, bem como o estrato social no qual estavam inseridos. Valorizando estas abordagens mais atuais de análise é que daremos profundidade a nossa reflexão, nos valendo justamente destes renovados pontos de vista.

Desta maneira, repensar as características do caudilhismo e do coronelismo se faz essencial a este trabalho, visto a ampliação que tem tomado ambos os temas e a sua possível análise a partir de outros ângulos.

2.1 O caudilhismo na historiografia

Nos últimos 20 anos, as pesquisas historiográficas que tratam sobre o conceito de caudilhismo vêm discutindo o termo a partir de uma maneira mais ampla naquilo que toca sua abordagem. Historiadores como Juan Carlos Garavaglia (1996), José Carlos Chiaramonte (2009), Raul Fradkin (2008), Noemí Goldman (1998) entre outros, propuseram renovados olhares acerca da temática, desvinculando-a dos conceitos de individualismo, “anarquismo” e clientelismo que tanto permeavam o assunto.

Neste sentido, procuramos organizar alguns trabalhos que orientem nossa análise e, sobretudo, para que se amplie nossa reflexão acerca do tema, buscando assim elucidar algumas questões que o circundam. No entanto, não deixaremos de mencionar aqui algumas obras “clássicas” acerca da questão, para que estas sirvam de baliza e indiquem os pontos mais sensíveis que necessitam ser revisitados e discutidos.

Sendo assim, a clássica obra de Domingo Faustino Sarmiento (2010), *Facundo*, publicada originalmente em 1845 é ainda o pilar mestre quando há referência ao assunto. No entanto, a generalização dos conceitos abordados por Sarmiento (2010) em sua obra assim como sua aplicação em diferentes contextos, tornam sua utilização muitas vezes um tanto quanto equivocada, provocando interpretações uníssonas e sem uma análise específica de acordo com a variação do caso analisado.

Outro exemplo semelhante é a obra *El caudillismo y la revolución americana*, organizada por Juan Pivel Devoto (1966). Nesta, Pivel Devoto (1966) publica a discussão desenvolvida por Manuel Herrera y Obes e Bernardo Prudencio Berro nas páginas do periódico uruguaio *El Conservador* durante o ano de 1847. Neste, os autores prestam uma revisão ao já concorrido tema de discutir o fenômeno caudilhistas na América Platina pós-independência tomando como exemplos outras obras, contudo, procuram vincular-se a estas ideias de acordo com o grupo político do qual são seguidores; Herrera y Obes ligado ao partido *Colorado* e Berro ao *Blanco*.

No entanto, escrevem de acordo com suas realidades, não adotando ao “pé da letra” os conceitos de individualismo, “anarquismo” e clientelismo, tão celebrados na obra de

Sarmiento ([1845] 2010), “Facundo ou Civilização e Barbárie”. Desta maneira, Herrera y Obes e Berro, preocupam-se em ampliar e problematizar certos aspectos, porém, as paixões políticas de ambos promovem muito mais acusações do que respostas, aguçando assim as lutas políticas, que movidas pela violência sobrepujavam as reflexões sobre o assunto.

Nos últimos anos, o livro organizado por Noemí Goldman e Ricardo Salvatore (1998), *Caudillismos Rioplatenses: nuevas miradas a un viejo problema*, trouxe em sua parte de introdução, uma interessante revisão bibliográfica acerca do tema, separando os estudos por gerações e contextos, apontando suas principais características. A obra se destaca por abordar os novos olhares sobre o caudilhismo e sob esta prerrogativa é que continuaremos a trabalhar aqui nesta revisão, trazendo alguns autores que de certa forma vem a contribuir com o nosso trabalho.

A complexidade de uma caracterização ou conceitualização de suas variações faz do caudilhismo um desafio ante os renovados estudos históricos acerca do tema, onde estes acabam propondo uma série de outras perspectivas e meios de análise. A questão da contribuição dos caudilhos para a formação do Estado-Nação e sua relação com a organização constitucional, mostrando que estes chefes também lutavam por princípios e projetos políticos de uma região é um dos pontos levantados atualmente no que toca a revisão historiográfica, procurando um distanciamento entre o “caudilhismo e barbárie” da construção de Sarmiento.

Segundo Pablo Buchbinder (1998), pensadores como Emilio Ravignani trataram de desarmar este tema, incorporando os caudilhos a uma história constitucional da nação, sendo assim, umas das mais duráveis contribuições ao tema.

Dentro desta temática de caudilho como “construtor da nação”, o trabalho de José Carlos Chiaramonte (2009), traz este agente dotado de um “Espírito Regional³¹”, representante de um determinado espaço frente às propostas de Estado em processo de construção.

Segundo Chiaramonte (2009), o “Espírito Regional” fez parte de um processo de reflexão anterior, pois o conceito já aparecia como forma de crítica, sobretudo nas correspondências³² trocadas entre Esteban Echeverría e Pedro de Angelis. Estes pensadores

³¹Na versão brasileira da obra de José Carlos Chiaramonte “Cidades, Províncias, Estados: Origens da Nação Argentina (1800-1846)”, editada pela editora HUCITEC (2009), a tradutora Magda Lopes opta pelo termo “Espírito Localista” que em seguida é comentado em nota por Paulo Garrido Pimenta, onde este traz o termo em sua versão original em espanhol que é “*Espíritu de Localidad*” (p. 168). Optamos por “Espírito Regional”, por acharmos que este exemplifica com melhor exatidão a influência de um caudilho em determinadas zonas, principalmente ao tratar-se do processo de independência na Argentina.

³²As correspondências trocadas entre Esteban Echeverría e Pedro de Angelis durante os anos de 1837 a 1847 citadas por Chiaramonte (2009) podem ser visualizadas na via digital a partir da Biblioteca Virtual Miguel de

contemporâneos ao rosismo (pois, ambos escrevem a fins da década de 1840), tinham no conceito de “Espírito Regional” como algo pertencente ao “antigo regime”, ou seja, um conjunto de práticas sociais que continuaria regendo a vida política *rio-platense* (CHIARAMONTE, 2009, p. 167-168).

Este aspecto desenvolveu-se a princípio na participação dos caudilhos *criollos*³³, primeiramente durante os processos de independência e posteriormente nas guerras civis, onde as Províncias lutavam contra o centralismo de Buenos Aires, demonstrando que não são apenas ações de interesse pessoal ou “local”, mas regional.

A presença destes líderes “locais” e a expansão de sua influência a um estrato conformador de uma *patria*³⁴ foi motivo de inúmeros trabalhos. O personagem de José Artigas, por exemplo, foi objeto de uma grande quantia deles. A demanda de Artigas como “pai” da nação uruguaia e prócer das independências sul-americanas passou a ser difundida com mais eloquência a partir do início do século XX, principalmente em tomos históricos organizados para uma história institucionalizada da pátria³⁵.

Diferentes abordagens foram discutidas ao longo dos anos acerca do caudilho Oriental. Em inúmeros trabalhos a questão das *montoneras*³⁶ artiguistas aparece com frequência como um modo de explicar e exemplificar o que foi a liderança de Artigas durante o processo de independência hispano-americano, em uma relação de “caudilho e *montonera*”³⁷.

Seguindo esta linha, a historiadora Ana Frega (2002) propõe uma análise onde as *montoneras* atuam em um papel protagonista na “revolução radical artiguista”, participando de um processo de construção política e social calcada nas diferenças conceituais daquilo que os próprios revolucionários tomavam como preceitos.

Cervantes. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/obra/obras-completas-de-d-esteban-echeverria-tomo-4-escritos-en-prosa-1873/>>. Acesso em 14 Dez. 2014.

³³De acordo com o Dicionário da Real Academia Espanhola (RAE), as designações para *criollo* pertinentes neste caso são: Dito de um filho e em geral, de um descendente de pais europeus nascido nos antigos territórios espanhóis da América e/ou em alguma colônia europeia do dito continente. Dito de uma pessoa nascida em um país hispano-americano para ressaltar que possui as qualidades estimadas como características daquele país. *Diccionario de la lengua española (DRAE)*, 22ª edição, versão digital. Disponível em: <<http://www.rae.es>>. Acesso em 13 Dez. 2014.

³⁴Para esta distinção usaremos o termo em idioma espanhol, por entendermos que se adequa melhor ao nosso propósito. Desta maneira, seguimos o indicado pelo Dicionário da Real Academia Espanhola (RAE) em sua referência para *patria*: Lugar, povoado, cidade ou região em que se nasceu. *Diccionario de la lengua española (DRAE)*, 22ª edição, versão digital. Disponível em: <<http://www.rae.es>>. Acesso em 13 Dez. 2014.

³⁵Para mais, ver: *Ensayo de Historia Patria* de Hermano Damasceno, publicado originalmente em 1901 e disponível em: <<http://www.artigas.org.uy/ensayo.html>>. Acesso em 21 Set. 2014.

³⁶Segundo o Dicionário da Real Academia Espanhola (RAE), o significado de *montonera* oscila entre: Grande quantidade de alguma coisa e grupo ou pelotão de pessoas a cavalo que intervinha como força irregular nas guerras civis de alguns países sul-americanos. *Diccionario de la lengua española (DRAE)*, 22ª edição, versão digital. Disponível em: <<http://www.rae.es>>. Acesso em 03 Nov. 2014.

³⁷Para mais, ver: RODRÍGUEZ, Julio C. Las montoneras y sus caudillos. *Enciclopedia Uruguay* n. 13. Montevideo: Editorial Arca, 1968.

Para a autora, os conceitos chave seriam o de “soberania popular” e dos “direitos do homem” que adotados pelos diferentes agentes contribuíam para a construção do perfil revolucionário e por consequência da própria trajetória e dos laços políticos que iam se estabelecendo. Assim a autora coloca o seguinte referente às diferenças e àquilo que os agentes revolucionários tomavam como conceitos:

Esto no supone considerar de modo homogéneo el accionar de las montoneras sino, por el contrario, buscar en sus diferencias aquellas que mostraban una peculiar incorporación de los conceptos de “*derechos del hombre*” y “*soberanía popular*”³⁸ (FREGA, 2002, p. 2).

Neste sentido, cabe destacar a perspicácia que diferentes caudilhos tinham ao manejar suas ações políticas, pois necessitavam mediar entre diferentes grupos sociais o que demonstra a complexidade de expectativas na qual agiam estes chefes em momentos de instabilidade (FREGA, 1998; 2002).

Em analogia à necessidade de mediação entre diferentes grupos sociais, Frega (1998) coloca com relação ao caudilho oriental que, “*José Artigas oficiava de “puente” entre los “paisanos sueltos” y los “vecinos establecidos” debido a su trayectoria anterior a la revolución*”³⁹ (p. 116).

Neste aspecto, as concepções até aqui abordadas apresentam o caudilho como um agente importante na constituição de uma organização política, atuando em um determinado espaço e operando como um mediador frente a diferentes atores, contribuindo assim para a formação de um ambiente político, que diferente de outrora, toma proporções consideráveis acerca da construção do poder social e político do Estado em contextos históricos distintos.

Tomando como ponto de partida uma base social e política, o caudilho que atuava principalmente calcado em uma hierarquia militar devido a sua forma de reivindicar determinadas situações políticas através da guerra⁴⁰, produziu a partir dessa estrutura uma rede territorial que foi ao mesmo tempo urbana e rural à medida que ambas zonas iam se incorporando na vida política, principalmente a partir das aspirações autonômicas regionais e suas assembleias representativas no decorrer do século XIX.

³⁸“Isto não supõe considerar de modo homogêneo as ações das montoneras, se não o contrário, buscar em suas diferenças aquelas que mostravam uma peculiar incorporação dos conceitos de “direitos do homem” e “soberania popular”. [Tradução nossa].

³⁹“José Artigas oficiava de “ponte” entre os *paisanos* soltos e os vizinhos estabelecidos devido a sua trajetória anterior a revolução”. [Tradução nossa].

⁴⁰Para uma leitura política da guerra, ver: AZÉMA, Jean-Pierre. A guerra. In: RÉMOND, Réne. (Org.). *Por uma história política*, 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. P. 401-439. Tradução: Dora Rocha.

Desta maneira, o trabalho de Noemí Goldman e Sonia Tedeschi (1998) nos fazem refletir acerca desta interface do caudilhismo, estando este em um caráter de relação estabelecido entre campanha e cidade, representado por um modo de inclusão do meio rural a vida política.

Estas reinterpretações do caudilhismo, principalmente as ligadas a sua característica militar, que já fora dito, era ligada a “selvageria” em um primeiro momento, nos aparece desta vez como uma hipótese de organização social e política, fazendo com que os espaços circulados pelo caudilho na função de mediador interagissem ao modo de entrelaçar-se em uma trama, onde as relações aparecem hierarquizadas, mas de uma forma diferente, pois o caudilho, para manter-se no poder é obrigado a negociar com distintos agentes seja para consolidar os anseios de seus pares políticos ou da população que era representante.

Na relação caudilho e o aspecto militar, a questão das *montoneras* sempre aparece como um corpo irregular sujeito as aspirações de um caudilho, no entanto, como já fora visto anteriormente, as *montoneras* contribuíram para a construção de um movimento político-social que independente de seu entendimento conceitual acerca do pensamento político do momento, fez das questões sociais locais seu mote político.

Questão importante acerca do aspecto militar recai sob a organização do nascente Estado, pois se determinado caudilho assumisse um posto de controle significativo dentro desta nova ordem, sua antiga *montonera* estaria sujeita a ser o “Exército Nacional” (Provincial ou Departamental dependendo do caso). Exemplo disto seria a *Mazorca* de Juan Manuel de Rosas que de efetiva organização para-policial controladora da cidade de Buenos Aires, passa, posteriormente a ter um papel institucional vinculada a *Sociedad Popular Restauradora*⁴¹ atuando como principal corpo militar durante o governo rosista (1833 – 1846) (DI MEGLIO, 2008).

Aprofundando este tópico, a relação entre caudilhos e *montoneras*, mais do que uma forma militarizada de demonstração de poder, a identidade que unia ambos se mostra como um equalizador na hora da conformação ideológica, estendido a um conjunto diversificado de experiências culturais que de certa forma expressava o localismo destes agentes. Para Valentina Ayrolo e Eduardo Míguez (2012), esta representação ia além do localismo, pois a afinidade entre estes chefes e seus seguidores se apresentava em diversos setores que

⁴¹Organização política vinculada ao Partido Federal, atuando na coesão dos partidários e na promoção de aderências a causa rosista. Ver mais em: DI MEGLIO, Gabriel. La Mazorca y el orden rosista. *Prohistoria*, N°. 12, 2008, p. 69-90.

variavam do político ao religioso, sendo capaz de mobilizar as massas combinando uma teia de laços pessoais de lealdade.

Os recentes estudos sobre a composição dos exércitos, das hostes que acompanhavam os caudilhos e dos homens que habitavam o meio rural e as cidades completam o panorama, pois, estas investigações têm contribuído para uma reversão da imagem tradicional do caudilhismo que o mostrava como um resultado do personalismo dos caudilhos. Hoje sabemos que o tema carece de maiores investigações e que longe da “anarquia” personificada em *Facundo*, os caudilhos na maioria das vezes atuavam como chefes políticos vinculados a instituições defendendo projetos políticos-administrativos, como exemplo, o federalismo (AYROLO, 2008).

Em face ao apoio dado aos caudilhos, se faz importante à análise de como esse aporte era concebido em relação à questão política levantada por estes chefes. Apesar das distintas formas de expressão, os caudilhos sempre preocuparam-se em mobilizar sua “clientela” e que de alguma forma estes se vinculavam a um processo de politização. Para Marcela Ternavasio (1998), se torna importante considerar a forma em que as interpelações ideológicas dos caudilhos foram recepcionadas por seus seguidores.

Outra questão importante, imbricada a anterior, faz referência as diferentes formas de interpretação que estes seguidores faziam da postura política do caudilho; Ricardo Salvatore (1998) aponta as diferentes formas de interpretação e as desigualdades dessa diversidade. Tal análise permite compreender melhor o apoio popular ao projeto político do caudilho em uma perspectiva diferente da tradicional onde o autor aponta o conceito de “mentalidade popular” onde estão imbricadas práticas cotidianas para que o caudilho se fizesse entender perante suas hostes e para que estas bancassem sua causa.

Estes aspectos nos fazem pensar acerca do discurso político do caudilho e de como este se posicionava frente a uma estrutura política perante ao seu grupo. Pois, este chefe, mesmo que possuidor de uma característica local tinha por consequência um plano maior, um fio condutor que regia suas ações. No nosso caso, Aparício Saraiva possuía algo comum aos caudilhos trabalhados nos estudos que até agora apresentamos, um *ethos* que o colocava como um “igual” frente aos seus seguidores, pois, apesar de pertencer a uma esfera política e econômica superior, Saraiva fazia valer as práticas cotidianas da campanha para colocar seus planos políticos compreensíveis frente aos *paisanos*.

Esta mesma característica construtiva se fez acerca do papel de Juan Manuel de Rosas como líder da campanha, pois o poder de Rosas estava concentrado, sobretudo no “ser” como seus *gauchos*, pois, além da capacidade de negociação com os diversos setores, o caudilho

possuía a necessidade de acercar-se daqueles que potencialmente reproduziriam seu poder em uma outra instância de mobilização, sendo assim, a linguagem do caudilho devia ser a mesma de seus seguidores para que nesta perspectiva houvesse além do entendimento, a empatia e por consequência a adesão à causa. Dentro desta sociedade conformada por *gauchos* e caudilhos, o trabalho de Jorge Gelman (1998) demonstra bem o exercício desta relação acima citada e de como o caudilho (no caso, Rosas) movia-se em meio às hostes rurais agindo e negociando conforme os ditames da sociedade rural.

No sentido referente às adesões, Ariel de la Fuente (1998) investigou as razões que levaram os *gauchos* a mobilizarem-se em torno de um caudilho e participarem ativamente de suas empreitadas. Para o autor uma série de motivações levava estes homens a engajarem-se nas *montoneras* encabeçadas pelos caudilhos o que pode nos auxiliar na ampliação de análise referente ao perfil social tanto do caudilho quanto dos *paisanos* que o acompanhavam, que em determinados casos – como aponta o autor em sua investigação – estavam longe de ser meros desocupados ou criminosos como apontava a historiografia tradicional sobre o tema, mas sim trabalhadores rurais que em busca de soluções imediatas mobilizavam-se por motivações distintas, operando, por certa vez, de uma maneira pactual com o caudilho, o que lhes dava capacidade de contestação caso algum compromisso não viesse a ser cumprido.

As ampliações do conceito de caudilhismo vistas até aqui nos fazem considerar o quão dinâmicas estão sendo às perspectivas do olhar da historiografia atual sobre o tema, sobretudo àquele caudilhismo referente ao início do século XIX, onde se destacam o modo de como a diversidade das relações sociais construídas no espaço de atuação dos caudilhos ao longo de sua trajetória serviram como estratégias representativas a um modo de operação frente aos seus correligionários.

Em trabalho recente, Raúl Fradkin (2010) nos apresenta as características dessa estratégia alusiva à mobilização adotada pelos caudilhos no que se refere principalmente as zonas rurais e que a persuasão política adotada por estes chefes definiam uma série de fatores que adotados por seus acaudilhados determinavam as bases de seu discurso político. Outra investigação do mesmo autor em co-autoria com Silvia Ratto (2008) demonstra o quanto à adesão regional é importante na estruturação do embasamento político e militar do caudilho; Fradkin e Ratto (2008) realizaram seu trabalho com o propósito de identificar as marcas desta liderança territorial assim como suas bases de sustentação, as estratégias que construíram e as alianças que buscaram implantar.

Em outro trabalho, Raúl Fradkin (2012) busca discutir a relação existente entre os corpos milicianos a serviço de um caudilho e a sociedade a qual estavam inseridos, pois como

fora visto anteriormente em trabalhos do mesmo autor, a ligação entre estes, o caudilho e o território a qual pertenciam estava intimamente ligada ao fato da busca soluções, sejam elas imediatas baseadas no anseio das populações ou em prol de um projeto político maior que atrelado a uma instituição permitiam uma mobilização de laços sociais locais atrelando vontades em via de um acordo e/ou um bem em comum em antagonismo a forças alheias que de certo modo poderiam representar a desestruturação de uma política administrativa ou de um modo de vida, visto a inserção de diferentes setores da sociedade nestas disputas.

A partir das colocações pautadas acima, considerando que o caudilhismo é pautado em uma série de estratégias e dinâmicas sociais atreladas entre si e com distintas finalidades, nos parece evidente que esta prática só é possível devido às relações estabelecidas entre caudilho e seus seguidores. Muito mais que a ordem de uma instituição política, seja ela um partido, um clube ou uma facção, as relações de poder mantidas neste fenômeno se mostram como uma das chaves para a ampliação e debate acerca do tema, assim como para entender e definir o caudilho.

Neste sentido, as discussões levantadas por Juan Carlos Garavaglia (1996, 1999, 2004, 2007 e 2012) que ao longo de mais de quinze anos foram dedicadas à investigação das relações de poder e suas nuances dentro de um espaço que vai deste o período colonial até a formação dos Estados americanos. Estes nos possibilitaram uma incursão no tema que tem por sua vez, possuem características em comum ao até agora referenciado; o autor aponta uma série de situações tidas como ritualísticas, que vão desde as festas e reuniões sociais onde os agentes até agora citados tinham a oportunidade de interagir e operar de acordo com suas demandas, até a própria representação política recaída sobre a efígie do caudilho.

Para Garavaglia (1996), estas representações mantidas a partir de novos conceitos adotados com a valorização política, principalmente do espaço rural frente ao urbano produzem atos ritualizados de poder, conformando uma estrutura de coesão social, especialmente ao se tratar dos atores que dentro do “teatro do poder” concordam em suas expectativas, visto que a parte urbana não dependia só economicamente da rural, passando a conformarem um plano político dentro de um mesmo território, visto um mesmo Departamento ou uma mesma Província.

A obra de José Pedro Barrán (2011) *“Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco (1839-1875)”*⁴² retrata muitíssimo bem este “teatro do poder” caracterizado por Garavaglia (1996). Barrán (2011) traça um panorama a partir do assentamento dos caudilhos

⁴²Primeira edição lançada em 1974 pela editora *Ediciones de la Banda Oriental*.

na política uruguaia e o modo de como estes se articulavam para manterem-se no poder, dividindo o território uruguaio em pequenos feudos, mantendo assim o poder regional e certa autonomia frente à presidência. Pois, o autor ainda aponta a importância destes caudilhos regionais para a manutenção do poder central, uma vez que, “o presidente constitucional uruguaio convertia-se em apenas um coordenador dos poderes locais” (p. 121).

Barrán (2011) assinala que a estrutura do caudilhismo tradicional manteve-se, especialmente, devido à denominada “política de partido”, onde os próprios partidos – *Blanco* e *Colorado* – impulsionavam seus líderes locais com o intuito de arrecadarem votantes. Foi por meio desta “política” que o Partido Colorado conseguiu conservar-se anos no poder, onde o domínio do partido por meio de seus caudilhos era evidente, assim como a necessidade da manutenção destes para que um governo constitucional pudesse ser estabelecido. Segundo o autor, esta situação mostra o jogo de barganhas entre caudilhos regionais e presidentes constitucionais em uma constante busca pelo poder de ambos os lados, evidenciando assim a fragilidade da política uruguaia (p. 121).

A historiadora venezuelana Inés Guardia Rolando (2003; 2009), tem trazido importantes contribuições ao estudo do caudilhismo, especialmente, por tratar-se de um período similar ao nosso, fins do século XIX e início do XX. A autora, assim como nós, procura discutir o caudilhismo a partir de um personagem, o caudilho Nicolás Rolando, que defensor do federalismo se opôs ao processo de centralização presidencialista durante os anos de 1899 a 1903.

Guardia Rolando (2003; 2009) traz em ambos os trabalhos referências acerca da necessidade do caudilho em inserir-se dentre uma rede de relações, para que esta possibilite sua atuação, assim como o controle de uma determinada região por meio destas mesmas relações. A autora menciona a utilização de uma “rede caudilhista”, onde um determinado caudilho pode se relacionar com líderes de outras localidades conformando assim uma trama que estendida sobre um espaço tem o objetivo de coalizar indivíduos, territorializar e estruturar o poder (GUARDIA ROLANDO, 2009, pp. 108-109).

Ainda na Venezuela, temos o trabalho de Francisco Castillo Linares (2005) que propõe uma análise acerca das peculiaridades político-caudilhistas nos Estados venezuelanos de Tachira, Mérida e Trujillo. Pautando seu estudo a partir da análise de jornais de cunho político, o autor avalia as rebeliões ocorridas nos últimos anos do século XIX como situações isoladas encabeçadas por líderes locais que tinham nestes periódicos a ferramenta para vociferar contra a autoridade do governo centralizador venezuelano.

Outro ponto importante trazido por Castillo Linares (2005) são as relações sociais que se produziam devido à circulação dos jornais. Estes serviram como verdadeiros portavozes dos caudilhos sendo portadores de suas proclamações e provocações, que eram debatidas em lugares públicos entre seus correligionários promovendo desta maneira a coesão necessária para com a causa (p. 9).

Estes jornais de cunho político trabalhados por Castillo Linares (2005) circulavam pelos três Estados antes citados e sendo estes lindeiros e pertencentes a uma mesma região (região conhecida como *Los Andes*) acabavam por fortalecerem o prestígio dos caudilhos, sendo que estes que já formavam uma rede com vinculações econômicas e sociais, além das de cunho político partidário.

As relações que se produziram a partir das estruturas sociais nas quais estavam associados os caudilhos conformam um parâmetro abrangente de análise que, no entanto carece ainda de maiores estudos. Contudo, a conjuntura social da qual o caudilho fazia parte já foi obra de estudo do historiador Rubén Héctor Zorrilla (1994); *Extracción social de los caudillos*, publicado originalmente em 1978 trouxe valiosas contribuições à investigação do fenômeno caudilhista, especialmente naquilo que toca a composição social da trama na qual o caudilho estava inserido.

Entretanto, após diversas indagações, Zorrilla (1994) reflexiona acerca do círculo familiar do caudilho. Interessado fundamentalmente em diagnosticar os níveis sociais em que se localizavam determinados familiares, o autor propôs uma orientação de pesquisa acerca da posição alcançada pelo caudilho e se este resultado era subsidiado justamente por estes familiares que poderiam ter um posto de destaque, exercendo certas ocupações que permitissem a ascensão ou estabelecimento deste. Para o autor, a semelhança dos casos gera uma hipótese neste sentido, pois a grande maioria dos caudilhos – obviamente que houveram exceções – era oriundo de uma base social específica que lhes permitia tal papel e atividade, assim,

la hipótesis es que las regularidades que pudieran descubrirse en las diferentes pistas (niveles de estratificación, y, por lo tanto, relaciones de congruencia o incongruencia de status, formas de movilidad y roles ocupacionales) denunciarían fenómenos estructurales sociológicamente significativos. Es decir, no podría ser por azar que casi todos los caudillos pertenecieran a un determinado estrato social, hubieran pasado por determinadas vías de movilidad y tuvieran roles ocupacionales semejantes. Una hipótesis adicional, tampoco sujeta a comprobación en este trabajo, aunque sí utilizada, es que la significación específicamente política del caudillismo

sólo puede explicarse por esas inserciones estructurales. (ZORRILLA, 1994, p. 11)⁴³.

De modo óbvio, a associação a outros pontos ainda a serem abordados neste trabalho nos dará um panorama maior a respeito do assunto, no entanto, a questão que é colocada se faz pertinente visto a trajetória familiar de Aparício e a importância desta frente a sua ascensão como líder político e militar.

No nosso caso, as situações então abordadas nos fazem compreender como Aparício Saraiva chegou à liderança do Partido Nacional e servem de norteadores para a ampliação do tema em um tempo de longa duração, pois como podemos observar em nossas leituras, a conceitualização do fenômeno caudilhista ainda se mantém muito presa aos processos de emancipação e no período de pós-independências, onde uma elite *criolla* disputava o poder partindo de incipientes reclames políticos que somados a outros fatores se faziam pertinentes ao momento. Assim, o alargamento do tempo a ser estudado, pode nos trazer novas considerações a respeito do tema, pois o caudilhismo tardio a fins do século XIX apresenta uma série de outras características que até então foram pouco tocadas sendo merecedoras, assim, de nossa atenção.

Os estudos até aqui apresentados, devido a sua contribuição para o alargamento da temática que gira em torno da conceitualização do fenômeno caudilhista associado às relações de poder, especialmente aquelas reproduzidas no espaço platino durante o século XIX, são considerados relevantes ao nosso trabalho, pois nos auxiliam a analisar de forma mais ampla o assunto.

No entanto, como já havíamos dito, a perspectiva obtida a partir da análise do fenômeno caudilhista, especificamente direcionada ao nosso caso, só tem sentido se agregarmos o fator correspondente ao coronelismo brasileiro, visto que a região e o personagem estudados fazem parte de uma área de intensa mobilidade, seja de pessoas, mercadorias e principalmente, de ideias.

Desta maneira, daremos continuidade a nossa proposta, elencando alguns trabalhos acerca do coronelismo, para que estes nos permitam por em prática uma confrontação ante o caudilhismo, uma vez que, a partir destes dois elementos se torna possível uma melhor

⁴³“A hipótese é que as regularidades que puderam ser descobertas nas diferentes pistas (níveis de estratificação e, por tanto, relações de congruência ou incongruência de status, formas de mobilidade e ocupações) denunciariam fenômenos estruturais sociologicamente significativos. Quer dizer, que não poderia ser por azar que quase todos os caudilhos pertenceram a um determinado estrato social, passando por determinadas vias de mobilidade e ocupando papéis semelhantes. Uma hipótese adicional sujeita ainda a comprovação, ainda que utilizada, é que a significação especificamente política do caudilhismo só pode explicar-se por estas inserções estruturais”. [Tradução nossa].

compreensão do que ocorreu entre os anos de 1896 e 1904 na região fronteira entre Brasil e Uruguai e assim entender a liderança de Aparício Saraiva.

2.2 O coronelismo na historiografia

A retomada do fenômeno político-social do coronelismo nos auxilia na reflexão e caracterização das relações sociais e de poder do final do século XIX e início do XX na região fronteira entre Brasil e Uruguai. Visto que as relações sociais de poder vislumbravam um semelhante sistema de atuação onde determinado chefe “local” possuía o papel da representação partidária, assim como o da representação social notada a conjectura do período onde os Estados-nacionais, ainda em sua fase de consolidação, buscavam formas de estabilização seja no poder central e principalmente, no poder regional.

A partir desta demonstração, pretendemos então, destacar os pontos convergentes em relação ao caudilhismo. É importante salientar que não é nosso objetivo um aprofundamento acerca do tema, o fizemos apenas para uma melhor elucidação das táticas usadas por Aparício Saraiva na região fronteira entre Brasil e Uruguai no mencionado período.

Neste sentido, a primeira obra a ser estudada é a clássica “Coronelismo, enxada e voto” de Victor Nunes Leal (2012). Publicada originalmente em 1948, esta acabou por formatar as bases para o estudo do coronelismo⁴⁴ como método político no Brasil. Para o nosso caso, o primeiro capítulo intitulado “Indicações sobre a estrutura e o processo do coronelismo” (p. 23) possui uma fundamental necessidade para compreendermos este processo.

Para Leal (2012), os principais fatores para o estabelecimento desta prática política foram às complexas características da política municipal, onde a política pública mesclava-se com a privada a partir de uma espécie de pacto, fortalecido, sobretudo nas bases rurais onde o

⁴⁴Na seção de notas da obra de Victor Nunes Leal (2012, p. 128) encontra-se um verbete para a palavra “coronelismo” escrito por Basílio de Magalhães. O primeiro parágrafo deste diz: “O vocábulo “coronelismo”, introduzido desde muito em nossa língua com acepção particular, de que resultou ser registrado como “brasileirismo” nos léxicos aparecidos do lado de cá do Atlântico, deve incontestavelmente a remota origem do seu sentido translativo aos autênticos ou falsos “coronéis” da extinta Guarda Nacional. Com efeito, além dos que realmente ocupavam nela tal posto, o tratamento de “coronel” começou desde logo a ser dado pelos sertanejos a todo e qualquer chefe político, a todo e qualquer potentado. Até a hora presente, no interior do nosso país, quem não for diplomado por alguma escola superior (donde o “doutor”, que legalmente não cabe sequer aos médicos apenas licenciados) gozará fatalmente, na boca do povo, das honras de “coronel”. Nos fins do século XVIII, aconteceu, até, com uma das mais indelévels figuras da nossa história e das nossas letras o fato singular de tornar-se mais conhecido pelo posto miliciano, que aceitara, do que pelo tratamento oriundo do seu grau acadêmico, a que devera a nomeação de ouvidor da comarca do Rio das Mortes: o doutor Inácio José de Alvarenga Peixoto passara a ser, simplesmente, “o coronel Alvarenga”.

“coronel” na maioria das vezes era possuidor de grandes extensões de terras convertendo assim sua gleba em passíveis eleitores. Assim o autor coloca que,

devemos notar, desde logo, que concebemos o “coronelismo” como resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Não é, pois, mera sobrevivência do poder privado, cuja hipertrofia constituiu fenômeno típico de nossa história colonial. É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa. Por isso mesmo, o “coronelismo” é, sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil (Leal, 2012, p. 23).

Dando sequencia, Leal (2012) aponta algumas características primordiais para o fortalecimento do sistema coronelista. Dentre eles estão o da propriedade e a concentração da posse da terra, o que o autor chama de “fatores da liderança política local” (LEAL, 2012, pp. 23-25). E para o autor, destes aspectos emanaram às garantias da “autonomia municipal” celebrada pelos coroneis, que se valeram do atrelamento ao poder estadual para imprimir suas vontades mesmo que de um modo “extralegal” (p. 37).

Assim Leal (2012) conclui sua reflexão acerca deste ponto:

os chefes municipais governistas sempre gozaram de uma ampla autonomia extralegal. Em regra, a sua opinião prevalece nos conselhos do governo em tudo quanto respeite ao município, mesmo em assuntos que são da competência privativa do Estado ou da União, como seja a nomeação de certos funcionários, entre os quais o delegado e os coletores. É justamente nessa autonomia extralegal que consiste a carta branca que o governo estadual outorga aos correligionários locais, em cumprimento da sua prestação no compromisso típico do “coronelismo”. É ainda em virtude dessa carta branca que as autoridades estaduais dão o seu concurso ou fecham os olhos a quase todos os atos do chefe local governista, inclusive a violências e outras arbitrariedades (p. 37).

Outro estudo elevado à categoria de obra clássica quando o tema perpassa pelo coronelismo, patrimonialismo⁴⁵ e as estruturas locais de poder é o trabalho “Os donos do poder”⁴⁶ de Raymundo Faoro (2001). Neste, o autor traz uma série de aspectos fundamentais

⁴⁵Segundo o Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa, Patrimonialismo tem o seguinte significado: “Tipo de organização política em que as relações subordinativas são determinadas por dependência econômica e por sentimentos tradicionais de lealdade e respeito dos governados pelos governantes”. Versão digital. *Michaelis: Moderno Dicionário da língua Portuguesa*, 5ª edição, 2009. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/>>. Acesso em: 16 Dez. 2014.

⁴⁶Sua primeira edição foi lançada no ano de 1958, circulando apenas entre o meio acadêmico de Porto Alegre. Posteriormente, em 1975 a partir de um convênio com a Editora da Universidade de São Paulo obteve uma segunda edição, ampliada e em dois volumes (SOUZA, 1999, p. 337).

para a compreensão de um processo histórico voltado a concentração do poder, tendo início no patrimonialismo português e encontrando seu incremento no Brasil a partir de uma cadeia de práticas desenvolvidas desde o período colonial.

Entretanto, procuramos enfatizar nosso olhar para os capítulos que tratam especificamente do período por nós estudado. Isto é, os capítulos XII – “O renascimento liberal e a República” (p. 523), XIII – “As tendências internas da República Velha” (p. 591) e XIV – “República Velha: os fundamentos políticos” (p. 682). No primeiro capítulo indicado, destacamos como Faoro (2001) apresenta a transição dos antigos burocratas urbanos e dos fazendeiros oligarcas da época do Império para a República.

E por estas vias que Faoro (2001) demonstra as características dos respectivos entusiastas,

de um lado, a corrente urbana, composta dos políticos, dos idealistas e de todas as utopias desprezadas pela ordem imperial; de outro, tenaz, ascendente, progressiva, a hoste dos fazendeiros. Dentro da primeira, viriam os positivistas doutrinários a se acotovelarem com os liberais, perturbando a sociedade hierárquica com as ideias de igualdade, misturada com o "nivelamento" e dela afastada com evasivas cautelosas. Os fazendeiros, por sua vez, se alistam na nova bandeira, mas com caracteres socialmente conservadores, para o pasmo e a perplexidade dos observadores (p. 536).

Faoro (2001) ainda segue analisando os meios de como uma grande parte destes antigos seguidores do Império mantiveram seus prestígio e poder local frente à nova ordem política que se instalara. O autor revela que esta estabilidade do poder só foi possível graças à posse de terras por uns e o desmembramento que esta consequência ocasionou na República, neste sentido o autor explica que,

o pressuposto da tese será o englobamento dos interesses agrários numa só camada, onde se confundiriam o complexo exportador, o comissário e o banqueiro, com o produtor, o senhor de engenho, o fazendeiro de café e o criador de gado. No contexto polar senhor e escravo, sob a base do trabalho servil, se resumiria o conteúdo da sociedade. Em cima, reflexo da organização vertical, dominando os postos políticos, a elite agrária, diretamente ou por seus instrumentos, os bacharéis (FAORO, 2001, p. 538).

No segundo capítulo preconizado por nós, o autor continua sendo enfático quanto ao proprietário rural e suas posses na consolidação do poder. Estas características se acentuam logo no início do assunto quando Faoro (2001) menciona a relação entre o liberalismo político⁴⁷ e a propriedade rural em uma simbiose capaz de angariar certa soberania por parte dos proprietários. Assim, Faoro (2001) coloca que o

⁴⁷Segundo o “Dicionário de Política” organizado por Norberto Bobbio, Nicola Matteucci e Gianfranco Pasquino (1998), o termo Liberalismo Político é mais uma das vertentes do próprio Liberalismo, que em conjunto com o

liberalismo político casa-se harmoniosamente com a propriedade rural, a ideologia a serviço da emancipação de uma classe da túnica centralizadora que a entorpece. Da imunidade do núcleo agrícola expande-se a reivindicação federalista, empenhada em libertá-lo dos controles estatais (p. 592).

O autor continua mencionando este aspecto de emancipação por parte da esfera proprietária rural, porém, a alocando em um contexto econômico, pois a organização de núcleos produtores acaba por provocar “pequenos mercados, com interesses bloqueados regionalmente, gerando, no plano político, uma organização de alianças regionais, com a hegemonia da unidade mais forte ou das duas mais fortes” (FAORO, 2001, p. 634).

Com esta orientação, a propriedade rural assume outro baluarte dentro do jogo do poder, uma vez que ao mesmo tempo em que seu proprietário reproduz alianças políticas por meio de negociações econômicas envolvendo um determinado nicho de mercado, estas negociações por sua vez abrem uma vantagem para grupo rural naquilo que diz respeito à autonomia frente ao governo centralizador, de maneira que esta economia regionalizada, a nosso ver, oportunizava tanto o poder econômico como o territorial.

Na última parte da obra de Faoro (2001) destacada por nós, o autor aborda os fundamentos políticos da Primeira República, adentrando então no sistema coronelista. O autor afirma que a política local de autoridade dos coroneis se deu muito pelo fato das barganhas adquiridas ante o poder central e que sua influência se fazia a partir do domínio econômico imposto em determinada região e principalmente através das relações pessoais (FAORO, 2001, p. 736).

Neste “regime de bens e relações” como determina o autor é que jaz sua principal característica, assim Faoro (2001) coloca que,

o coronel, antes de ser um líder político, é um líder econômico, não necessariamente, como se diz sempre, o fazendeiro que manda nos seus agregados, empregados ou dependentes. O vínculo não obedece a linhas tão simples, que se traduziriam no mero prolongamento do poder privado na ordem pública. Segundo esse esquema, o homem rico — o rico por excelência, na sociedade agrária, o

Liberalismo Econômico e o Liberalismo Jurídico compuseram os moldes transicionais da Monarquia Constitucional para a Monarquia Parlamentar. Neste sentido, cabe a citação completa do termo: “Liberalismo político, onde se manifesta com mais força o sentido da luta política parlamentar: resume-se no princípio do “justo meio” como autêntica expressão de uma arte de governar capaz de promover a inovação, nunca porém a revolução. Apesar disso, na sua atuação concreta, esta arte de governar oscilou constantemente entre o simples comprometimento parlamentar, objetivando manter inalterados os equilíbrios existentes, e a capacidade de uma síntese criadora entre conservação e inovação, capaz de libertar e mobilizar novas energias. Foi esta política que causou a passagem da monarquia constitucional para a parlamentar, embora o liberal não tenha sido por princípio um republicano; ou o encontro entre Liberalismo e democracia, embora as resistências tenham sido notáveis, devido às lembranças da experiência jacobina ou ao medo dos clericais e dos socialistas. Para mais, ver: BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, P. (Org.). *Dicionário de Política*. Vol. 1, 11ª ed. Brasília: UNB, 1998, pp. 688-689.

fazendeiro, dono da terra — exerce poder político, num mecanismo onde o governo será o reflexo do patrimônio pessoal (p. 737).

Faoro (2001) acaba concluindo seu raciocínio acerca do coronel empregando suas funções na organização política estatal. Desta maneira,

o coronel, economicamente autônomo, formará o primeiro degrau da estrutura política, projetada de baixo para cima. Se a riqueza é substancial à construção da pirâmide, não é fator necessário, o que significa que pode haver coronéis remediados, não senhores de terras, embora seja impossível a corporificação no pobre ou no dependente, destituível de sua posição a arbítrio alheio. Ocorre que o coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito. Ele recebe — recebe ou conquista — uma fluida delegação, de origem central no Império, de fonte estadual na República, graças à qual sua autoridade ficará sobranceira ao vizinho, guloso de suas dragonas simbólicas, e das armas mais poderosas que o governador lhe confia. O vínculo que lhe outorga poderes públicos virá, essencialmente, do aliciamento e do preparo das eleições, notando-se que o coronel se avigora com o sistema da ampla eletividade dos cargos, por semântica e vazia que seja essa operação (p. 737).

Isto posto, Raymundo Faoro (2001) promove uma das mais ricas discussões acerca das estruturas de poder no Brasil, contextualizando e aproximando costumes assentados no distante, porém presente paternalismo português até chegar a burocratização imposta pela República.

Sem nos aprofundarmos mais, o autor coloca uma questão especialmente importante para o nosso trabalho, o elemento de uma configuração territorial pautada pelas relações políticas e econômicas advindas de um comércio regional. Tanto este ponto, como os esboçados anteriormente por Leal (2012) possuem uma profunda demanda no sentido de nossa análise, pois a propriedade da terra atrelada a um regime econômico próprio em conjunto com uma série de relações sociais são características marcantes ao nosso objeto, em tal grau que podem ser encontrados no próprio coronelismo como no caudilhismo.

José Murilo de Carvalho, em artigo publicado em 1997, faz uma importante contribuição para o entendimento dos conceitos de coronelismo, mandonismo e clientelismo. Neste, o autor promove uma ampla revisão destes conceitos a partir de diversos trabalhos que ao longo do tempo foram tomando parte na historiografia, apontando suas distinções e relações que parecem entrelaçarem-se em vários momentos.

Começando pelo conceito de coronelismo, Carvalho (1997) utiliza-se da obra de Victor Nunes Leal, já antes citada aqui neste trabalho. O autor reflete acerca da complexa “rede de relações que alinhavada desde o coronel pode ir até o Presidente da República em uma confluência de compromissos recíprocos por parte dos envolvidos” (p. 1).

Neste aspecto, Carvalho (1997), comenta acerca do fato político que permitiu esta “autonomia” dos “coroneis” durante a Primeira República em detrimento ao centralismo do Império. Este fato seria o federalismo implementado a partir da República. Desta maneira, o autor coloca o seguinte raciocínio:

o federalismo criou um novo ator político com amplos poderes, o governador de estado. O antigo presidente de Província, durante o Império, era um homem de confiança do Ministério, não tinha poder próprio, podia a qualquer momento ser removido, não tinha condições de construir suas bases de poder na Província à qual era, muitas vezes, alheio. No máximo, podia preparar sua própria eleição para deputado ou para senador (CARVALHO, 1997, p. 1).

Carvalho (1997) ainda segue complementando sua reflexão dizendo que “o governador republicano, ao contrário, era eleito pelas máquinas dos partidos únicos estaduais, era o chefe da política estadual. Em torno dele se arregimentavam as oligarquias locais, das quais os coronéis eram os principais representantes” (p. 1).

Sendo assim, para o autor, o grande aporte do coronelismo foi o advento da República, onde esta com sua estrutura política possibilitou um mecanismo de “oligarquias locais” a mando do “coronel”, estando este, arregimentado a um governo estadual que por sua vez reproduzia um mecanismo unipartidário, consolidando assim o poder em todas suas esferas.

Dando sequencia, Carvalho (1997) distingue a visão de coronelismo da noção de mandonismo. O autor faz referencia a este termo o associando ao *caciquismo*⁴⁸ hispano-americano, referindo-se “a existência local de estruturas oligárquicas e personalizadas de poder” (p. 2). Para esclarecer melhor seu ponto de vista, o autor segue:

o mandão, o potentado, o chefe, ou mesmo o coronel como indivíduo, é aquele que, em função do controle de algum recurso estratégico, em geral a posse da terra, exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso ao mercado e à sociedade política. O mandonismo não é um sistema, é uma característica da política tradicional (CARVALHO, 1997, p. 2).

Desta maneira, Carvalho (1997) associa o mandonismo ao coronelismo, colocando o fator do personalismo figurado no coronel como uma característica deste sistema em uma conjuntura política.

⁴⁸Não sendo nosso objetivo adentrar neste conceito, seguimos o indicado pelo Dicionário da Real Academia Espanhola (RAE) em sua referência para a palavra *caciquismo*: Dominação ou influência do cacique de um povoado ou comarca; intromissão abusiva de uma pessoa ou uma autoridade em determinados assuntos, valendo-se de seu poder ou influência. *Diccionario de la lengua española (DRAE)*, 22ª edição, versão digital. Disponível em: <<http://www.rae.es>>. Acesso em 17 Dez. 2014.

Finalizando esta revisão de conceitos oportunizada por José Murilo de Carvalho (1997), o autor adentra as competências do clientelismo. Que sobreposta ao próprio coronelismo “indica um tipo de relação entre atores políticos que envolve concessão de benefícios públicos, na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto” (CARVALHO, 1997, p. 2).

No entanto, o autor menciona que “o clientelismo pode mudar de parceiros constantemente, sem necessitar prioritariamente de um “coronel” para efetuar esta ligação, onde o próprio governo pode agir diretamente para com a população”, principalmente com os setores menos favorecidos da sociedade através de benfeitorias diversas que orbitam desde empregos a serviços públicos. Neste caso existe uma transferência da clientela, pois os políticos profissionais passam a exercer esta influência sobre a população, perpetuando assim o clientelismo que outrora havia sido fortalecido pela ação dos coroneis (CARVALHO, 1997, p. 3).

Assim, Carvalho (1997) sugere que os “três conceitos estão relacionados, no entanto, não são sinônimos onde cada um destes conceitos guarda uma série de especificidades” (p. 3). O autor conclui seu artigo reforçando a necessidade básica de uma maior precisão no estudo destes conceitos, detectar pontos característicos e distintos em cada um deles amplia a sua dinâmica e revigora o estudo a ponto de se produzirem outros olhares e reflexões acerca dos temas (CARVALHO, 1997, pp. 6-7).

Partindo destas visões de âmbito mais geral acerca do coronelismo brasileiro, direcionamos agora nossa perspectiva para o Estado do Rio Grande do Sul. Neste sentido, registramos o trabalho de Gunter Axt (2007) “Coronelismo Indomável: o sistema de relações de poder”, onde o autor, além de promover uma discussão acerca do tema revisitando as análises de diversos autores, também aponta as especificidades do coronelismo no Rio Grande do Sul.

E é nesta última colocação que vamos nos debruçar, visto a importância destas para a reflexão de nosso trabalho. Assim, Axt (2007) inicia sua reflexão explicando as estruturas de poder no Rio Grande do Sul a partir do período republicano castilhistas e a sedimentação do Partido Republicano Riograndense (PRR) no controle do Estado com o fim da Revolução Federalista (1893-1895), afirmando assim a “liderança unipessoal” do Presidente do Estado, Júlio de Castilhos (p. 97).

Acerca da hegemonia republicano-castilhistas o autor assinala que,

com a derrota e o quase extermínio da oposição, Júlio de Castilhos afirmou-se como liderança unipessoal no Rio grande do Sul, controlando o PRR, a administração pública, a política estadual e as situações municipais. Castilhos empunhou a presidência do Estado até 25 de janeiro de 1898, quando o desembargador Antônio Augusto Borges de Medeiros o sucedeu, por indicação sua. Borges foi reeleito para um segundo mandato, por força do manifesto de Júlio de Castilhos de 2 de outubro de 1902, que proclamou essa candidatura aos republicanos. Nas eleições desferidas em 25 de novembro, o Partido Federalista de absteve, e os candidatos discidentes, entre os quais já se encontrava Fernando Abbott, republicano histórico e um dos primeiros presidentes do estado, alcançaram uma margem insignificante (AXT, 2007, p. 97).

De acordo com Axt (2007), foi com a sedimentação do PRR no comando do Estado é que se iniciaram as práticas coronelistas voltadas para distribuição de poderes, um jogo de trocas entre o poder estadual e os poderes locais, e nesta “permanente tensão” é que surgiram as concorrências pela autonomia local por parte dos coroneis republicanos. O autor coloca que esta luta foi a principal especificidade da prática coronelista no Rio Grande do Sul, onde o governo central, necessitando de seus coroneis acabava bancando uma série de concessões, permitindo assim, certa autonomia de poderes a estes coroneis (p. 96).

Assim, o autor segue com sua reflexão ponderando que,

no Rio Grande do Sul, o comando político regional – também emerso de uma rede de compromissos coronelísticos – pretendia sedimentar cada vez mais o controle sobre o estado, enquanto que os poderes locais aspiravam escapar do jugo comprimido e forjar chefias relativamente autônomas. Esse embate constituiu-se como guerra de posições, aquilando vitórias parciais ora para um, ora para outro lado (AXT, 2007, p. 96).

Axt (2007), conclui seu texto reforçando esta principal distinção que permeava o coronelismo sul- rio-grandense, isto é, dizendo que o aparato burocrático do Estado não era suficientemente forte para garantir uma ditadura efetiva no controle dos poderes, obrigando a elite dirigente a negociar e a fazer concessões aos coroneis locais (p. 125).

Em obra publicada anterior a de Axt (2007), Loiva Otero Félix (1996), em seu “Coronelismo, borgismo e cooptação política”, que foi publicado em sua primeira edição no ano de 1987, aprofunda a questão acerca do coronelismo, afunilando sua análise a partir da região serrana do Estado, tomando como ponto de estudo o coronelismo nos Municípios de Cruz Alta e Palmeira das Missões.

No entanto, direcionamos nossa atenção para os dois primeiros capítulos, onde Félix (1996) aborda “as origens do coronelismo gaúcho” (p. 34) e o “coronelismo no enquadramento castilhistaborgista” (p. 63). No entanto, antes de partirmos para estes dois temas, se faz pertinente a definição de coronelismo por parte da autora:

entendemos por coronelismo o poder exercido por chefes políticos sobre certo número de pessoas que deles dependem. Tal situação visa objetivos eleitorais que permitam aos coroneis a imposição de nomes para cargos que eles indicam. Tem sua autoridade reconhecida pelo consenso do grupo social de base local, distrital ou municipal e, algumas vezes regional, geralmente devido a seu poder econômico de grandes estancieiros ou grandes proprietários (FÉLIX, 1996, p. 28).

Assim, no primeiro capítulo, Félix (1996) remonta as “origens do coronelismo gaúcho” (p. 34), mencionando a questão do “ciclo pastoril-militar”⁴⁹ como um dos expoentes da prática coronelista no Estado.

A partir do conceito de “ciclo pastoril-militar” a autora traça duas linhas de explicação no sentido de compreender as “relações sociais de dominação”, os “traços de personalidade dos líderes” e os fatores de “aceitação/adesão das massas rurais”. Em referência a estas duas linhas explicativas a autora coloca “o próprio processo de ocupação e de formação do Rio Grande do Sul e de que forma, dentro do “ciclo pastoril-militar”, definiram-se as relações com o Prata⁵⁰, permitindo a modelagem do caudilho gaúcho”, como também, “as relações desse caudilho em três níveis: com seus dominados, ao nível local; com a oligarquia da qual fazia parte e, por último, as relações desta com poder estadual e o central” (FÉLIX, 1996, p. 36).

Desta maneira a autora assenta as bases do coronelismo sul-riograndense em seu estrato militar, assim como na sua relação com outros líderes locais platinos em um processo de fortalecimento dos poderes locais e/ou regionais. Neste aspecto de relações entre os coroneis do Império e os caudilhos platinos é que segundo a autora surge um tipo específico dentro das relações e estruturas de poder, o caudilho sul-riograndense (FÉLIX, 1996, p. 45).

Ao nosso entender, este aspecto levantado por Félix (1996) também gerou um modo peculiar na atuação dos caudilhos platinos, especialmente aqueles provenientes do Estado Oriental, visto o intenso contato promovido na região fronteira, pois as características de um, ora apareciam em outro, sugestionando assim a espécie de um coronel ou caudilho fronteiro.

Pautadas estas interessantes considerações acerca da formação do coronel sul-riograndense, partimos para o segundo capítulo, em que a autora aborda o fundamental papel

⁴⁹“Por “ciclo pastoril-militar” entende-se o período posterior às Guerras da Cisplatina que ao mesmo tempo que trouxe a desagregação do ciclo agrícola da colonização açoriana, serviu para configurar na mesma fronteira sul e do oeste uma nova estrutura social, que assinalou na história rio-grandense por uma influência predominante: o “ciclo pastoril-militar” (FRANCO, apud FÉLIX, 1996, p. 35).

⁵⁰Por “relações com o Prata” entendemos a afinidade, seja ela política, social ou econômica que certos líderes sul-riograndenses mantinham com outros chefes políticos das Províncias Unidas do Rio da Prata, sobretudo, com os caudilhos da chamada Banda Oriental do Uruguai.

da doutrina positivista do castilhismo-borgismo⁵¹ na concepção do coronel republicano, onde o poder do Partido Republicano Riograndense (PRR) somado ao poder de governo redefiniram as bases do poder local (FÉLIX, 1996, p. 64).

Ao longo do capítulo, Félix (1996) nos mostra a necessidade do Partido Republicano em consolidar suas bases políticas com o fim da Revolução Federalista (1893-1895), articulando com os chefes locais o novo “pacto político” posto em vigor. Estes coroneis, “sob o controle do aparato estadual, passaram a servir de sustentáculo para o poder do PRR, especialmente de Borges de Medeiros” (p.72).

Fundamentado sua posição, a autora nos demonstra como este novo “pacto político” funcionava a sombra do positivismo em sua interpretação castilhistaborgista, pois, a partir da reestruturação do aparelho estatal outra articulação foi posta em prática para com os poderes locais, desta vez o poder executivo estadual proporcionou um novo papel aos coroneis, o que a autora denomina de “coronelismo de modelo borgista” (FÉLIX, 1996, p. 73).

Assim, a partir deste novo papel atribuído aos coroneis, muitos transformaram-se em políticos capacitados a assumirem cargos públicos, adentrando desta forma no mecanismo partidário de cooptação. Por este aspecto a autora traz como exemplo um dos fundamentos políticos do positivismo em que se refere ao exercício e a atuação no campo da política; este diz: “a destinação da ação política é a de se tornar uma atividade científica e, conseqüentemente, fazer do líder político um especialista neste campo de conhecimentos” (FÉLIX, 1996, pp.74-75).

A partir disso, o coronel tornou-se de certa forma um agente político legalizado pelo regime de estado, atuando na esfera pública e ainda apoiando-se em sua base local de poder, neste aspecto, Félix conclui acerca do “coronel de modelo borgista”:

o encaminhamento autoritário do castilhismo usou as bases coronelistas num arranjo próprio, especialmente sob Borges de Medeiros, que lhe permitiu um sólido suporte de legitimidade ao sistema – o que fez através de uma montagem político-administrativa nos municípios e regiões do Estado (FÉLIX, 1996, p. 94).

⁵¹De acordo com Ricardo Vélez Rodríguez (2007) a doutrina positivista encontrada no castilhismo-borgismo era de cunho heterodoxo, isto é, tinha base no sistema desenvolvido pelo filósofo francês Auguste Comte, porém, contava com outros atenuantes para modelar-se a realidade vivida no Rio Grande do Sul. A principal característica do castilhismo-borgismo residia na imposição da doutrina positivista na sociedade por meio de uma inspiração autoritária liderada por uma “minoridade esclarecida” em detrimento ao empenho na “educação dos espíritos” para que o positivismo se instaurasse como um “fruto do esclarecimento” em meio à sociedade. Para mais, ver: RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. O castilhismo e as outras ideologias. In: AXT, Gunter; RECKZIEGEL, Ana (Orgs.). *História Geral do Rio Grande do Sul. República Velha (1889-1930)*, Tomo 1. Passo Fundo: Méritos, v. 3, 2007, pp. 57-88.

Visto que começamos esta subdivisão com explicações gerais sobre o coronelismo (Leal, 2012; Faoro, 2001; Carvalho, 1997), passando por casos próprios para o Rio Grande do Sul (Axt, 2007; Félix, 1996) até chegarmos a um estudo que parte da análise de um sujeito envolvido nas questões de relações de poder e coronelistas. Assim, finalizando os apontamentos acerca do tema, apresentamos o trabalho de Mariza dos Santos (1998) “Honório Lemes: um líder carismático”, com o objetivo de direcionar ainda mais nosso olhar sobre o tópico a partir de um ponto específico, onde a autora “destaca o papel político-revolucionário de Honório Lemes⁵² concomitante às relações de poder desenvolvidas durante a República Velha no Rio Grande do Sul” (p. 15).

No entanto, não daremos ênfase desta vez aos aspectos estruturais do coronelismo brasileiro, assim como a parte em que a autora aborda os coroneis burocratas do Partido Republicano Riograndense, visto que isso já fora feito anteriormente. Voltamos nossa atenção a dois aspectos interessantes, como a liderança de Honório Lemes (p. 42) e a composição de suas forças durante a Revolução de 1923 (p. 66).

No capítulo intitulado “A liderança carismática de Honório Lemes da Silva” (p. 42), Santos (1998), faz uma análise de viés weberiano⁵³ acerca da liderança de Honório valorizando seu acervo de fontes que contou até mesmo com entrevistas de contemporâneos deste chefe político. A autora recorre justamente a estas entrevistas para dimensionar e validar a liderança de Honório pelos seguintes pressupostos colocados por seus depoentes: honestidade, lealdade e coragem (p. 42).

Já na parte da composição das forças revolucionárias de Honório Lemes percebemos uma questão destacada e que de certa forma tem a ver com o nosso trabalho. Lemes, como homem fronteiriço que era, possuía uma série de boas relações ao longo da fronteira Brasil-Uruguaí, especialmente na região de Santana do Livramento-Rivera. Estas relações lhe deram

⁵²Honório Lemes da Silva nasceu no município de Cachoeira do Sul na localidade conhecida como Barro Vermelho no ano de 1864. Desde muito cedo começou a tropear cavalos juntamente com seu pai para a Fazenda Nacional de Saicã no município de Rosário do Sul. Em uma dessas viagens que com doze anos conheceu o veterano coronel Maneco Machado, o qual viria a arregimentar-se em 1893 na Revolução Federalista. Porém, antes de se juntar à luta de 1893, Honório teve seus primeiros contatos com a política através dos irmãos Francisco e Rafael Cabeda, ambos federalistas e seguidores de Gaspar Silveira Martins. Essas amizades foram de certa forma, a catequese política de Honório Lemes, onde se formaria o ativista inconformado pela situação dos amigos perseguidos, afrontados e até assassinados sob a proteção da lei feita por Júlio de Castilhos. Em 1923, já como general da Divisão da Fronteira do Exército Libertador, participou com protagonismo do levante armado impulsionado por um grupo de opositores do Partido Republicano Riograndense encabeçados por Joaquim Francisco de Assis Brasil, neste meio tempo também ocupou a direção do diretório do Partido Federalista na cidade de Rosário do Sul. Veio a falecer no ano de 1930 por motivo de uma pneumonia, estando prestes a pôr-se em marcha mais uma vez em apoio a Getúlio Vargas na chamada “Revolução de 30” (DOBKE, 2012, p. 29).

⁵³“A sociologia weberiana atribui ao carisma o significado de dom da graça, e aponta o demagogo, o profeta e o herói guerreiro como líderes carismáticos, dotados de qualidades especiais de coragem, ousadia e heroísmo. Essa denominação está fundamentada na dedicação daqueles que os seguem ou ouvem porque neles acreditam” (SANTOS, 1998, p. 43).

total liberdade para manejar suas tropas e até mesmo cooptar indivíduos no lado Oriental, onde o Comitê Revolucionário de Rivera teve fundamental importância neste sentido (SANTOS, 1998, p. 67).

Outra questão importante reside no conhecimento que Lemes detinha acerca do espaço por ele transitado durante os intentos revolucionários. Este conhecimento era devido ao seu ofício de tropeiro, o que lhe deu grande vantagem de mobilidade sobre as tropas governistas, principalmente nos momentos de ataque e fuga, fatores preponderantes para a estratégia de guerrilhas (SANTOS, 1998, pp. 71-75).

A contar destes aspectos levantados por nós e contidos na obra de Mariza Santos (1998), podemos perceber mais uma vez o quanto as relações pessoais, o reconhecimento da liderança por distintos predicados e o conhecimento de uma determinada região podem influenciar no momento de precisão, principalmente se percebermos que diferentemente de outras características apontadas neste trabalho, Lemes não possuía grandes propriedades e nem figurava dentre os poderosos.

No entanto, de modo óbvio, Lemes fazia parte de uma elite política vinculada ao Partido Federalista, mas, sobretudo, o fato de ser tropeiro de ofício é que denotou prestígio ao general, pois de um lado estavam seus companheiros de profissão que mantinham nele total confiança por talvez notarem em Honório um semelhante, e de outro seus contratantes que também lhe depositavam boa reputação, como pode ser confirmado por Santos (p. 45).

As situações levantadas a partir desta síntese bibliográfica sobre o coronelismo nos fizeram pensar que nosso objeto tão bem poderia estar inserido nesta conjuntura política, visto o contato em meio à região fronteira de Brasil e Uruguai, região esta que abrangia relações coronelísticas e caudilhescas e que Aparício estava completamente imerso na virada do século XIX para o XX. Outra questão importante diz respeito ao fato do coronel estar atrelado a um determinado partido que respalda e lhe consede poder. No caso de Aparício Saraiva, além de representar o Partido Nacional, se fazia “*ser*” o próprio partido, isto é, o seu poder como agente em nome do partido confundia-se com a própria agremiação política do qual era representante.

Visto a complexidade do tema e o grande índice de interpretações feitas pela historiografia ao longo dos anos, para nós, a abordagem sobre a atuação tanto dos caudilhos como dos coroneis pode ser balizada em quatro vias: inserção social, relações familiares, representação política e territorialidade, sendo todas estas pautadas pelas relações sociais de poder construídas ao longo da trajetória de determinado chefe.

O poder como concepção, imbricado das mais diversas estratégias amplia seu conceito, passando a ser fundamental para a compreensão do caudilhismo e do coronelismo como fenômenos político-sociais, a partir desta estruturação nos amparamos no texto de Francisco Falcon (1997), onde este autor coloca que o poder pode ser visto como um objeto de investigação histórica e agente instrumentalizador da própria história, onde o conhecimento histórico se converte em seu objeto.

Sendo assim, a partir desta colocação é que podemos nos balizar para uma melhor análise do que ocorreu no período por nós estudado, isto é, o fim do século XIX e princípio do XX; focando nossa atenção principalmente naquilo que toca o poder e suas estratégias para o fortalecimento das alianças e conformidade da liderança caudilhesca, que como podemos observar possuía uma gama diversificada de situações que notoriamente vem sendo abordadas pela historiografia.

Pensando nesta perspectiva, passaremos a abordar o poder ampliando-o ao conceito de territorialidade, pois, no nosso entendimento, a principal força política de Aparício estava justamente no território por ele transitado, fazendo uma análise da representatividade deste como célula principal dentro de uma sociedade, o que para Paolo Semama (1981) reproduz uma estrutura de poder à medida que demais unidades vão incorporando-se ao seu encadeamento, formando um organismo vivo que permeado de códigos compuseram suas redes no referido espaço permitindo assim, sua atuação.

E neste contexto é que desejamos trabalhar, dando ênfase a estas propriedades que no nosso entender expressam as características apresentadas por Saraiva no período de 1896 a 1904, agindo em um o espaço social, político e geográfico que ao alcance de suas aspirações consolidou uma trama calcada na multiplicidade das relações dentro da região fronteira, pois, como uma estratégia de poder Aparício acabou por territorializar o seu espaço.

Desta maneira, pretendemos demonstrar o caudilhismo exercido por Saraiva a partir de um viés de territorialização através das relações sociais de poder por ele mantidas, onde as conexões com o Estado do Rio Grande do Sul e os acordos institucionais mantidos com o governo uruguaio possibilitaram uma reterritorialização no espaço fronteiro, permitindo a Saraiva o estabelecimento de sua liderança.

A partir das quatro balizas que citamos anteriormente (inserção social, relações familiares, representação política e territorialidade) é que nos guiaremos para tratar e analisar o nosso objeto, no entanto, nos dedicaremos com maior profundidade ao último aspecto levantado e que já fora citado outras vezes neste trabalho, a territorialização de um espaço.

Neste sentido, a territorialização da região fronteiriça entre Brasil e Uruguai cometida por Saraiva, se mostra um interessante aspecto para compreendermos as ações caudilhescas a fins do século XIX e início do XX. Territorialização esta que está diretamente vinculada às relações sociais de poder que nosso objeto mantinha neste espaço, fazendo com que este comportamento em meio à sociedade fronteiriça se ampliasse de tal forma que o não reconhecimento dos Estados-nacionais em questão se tornassem a maior força do caudilho.

No próximo capítulo, traremos o momento político vivido por Saraiva, tanto na República Oriental do Uruguai, como no Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil. Neste, procuramos nos cercar de ambos contextos políticos e sociais para depois tecermos nossos comentários, vinculando assim, Aparício ao momento e ao espaço estudado o que possibilitará a nossa sequente interpretação deste caudilho.

CAPÍTULO 3

APARÍCIO SARAIVA E O CONTEXTO POLÍTICO URUGUAIO E SUL-RIOGRANDENSE NO PERÍODO DE 1896 A 1904

Neste capítulo, apresentamos o contexto histórico no qual Aparício Saraiva estava inserido, fazendo um apanhado acerca da conjuntura política e social na qual passava a República Oriental do Uruguai e o estado brasileiro do Rio Grande do Sul.

No primeiro momento, nos acercamos das questões referentes ao Uruguai, tratando principalmente de seu contexto político, em seguida passaremos ao Rio Grande do Sul, onde abordamos de maneira mais sucinta o panorama político com a consolidação do Partido Republicano Riograndense no poder. Para que no terceiro momento, a partir de uma análise da região fronteiriça da qual Saraiva era originário, possamos compreender sua atuação frente à territorialização deste espaço.

Este aspecto condiz, sobretudo, as relações sociais mantidas por Saraiva, onde uma trama foi costurada justamente para dar sustentação aos objetivos do chefe *blanco*, territorializando assim o espaço de fronteira entre Uruguai e Rio Grande do Sul para sua melhor mobilidade.

As situações levantadas neste capítulo servirão para balizar a atuação política de Saraiva, contribuindo não só para nosso objetivo de análise acerca do caudilhismo a fins do século XIX e início do XX, para como também, fornecer subsídios para uma discussão naquilo que toca a assuntos referentes às relações de poder fronteiriças, pois a nosso ver, a atuação de Aparício estava inteiramente ligada a estas.

Outro ponto interessante e que nos remete ao capítulo anterior são os estágios políticos de transição que passam o Uruguai e o estado do Rio Grande do Sul, onde ambos necessitaram de uma estrutura de poder local para firmarem a nova conjectura de poder central, isto é, fortalecendo a participação de caudilhos e coroneis no estrato político vigente, obsevando certamente as características de cada circunstância.

3.1 O contexto político-social no Uruguai

Durante o período estudado, os tradicionais Partidos, Nacional e Colorado, assumiram um grande protagonismo nas lutas políticas. Estes dois Partidos que tinham como características fundamentais o pensamento liberal, mas que, no entanto conservavam grandes distinções entre si. Enquanto o Partido Nacional primava pela descentralização econômica e governamental, priorizando assim o desenvolvimento do interior do País, os do Partido Colorado primavam justamente o contrário, eram adeptos do centralismo na capital Montevideú, defendendo o livre comércio, calcados principalmente nos vínculos com o exterior.

No entanto, também se destacaram fazendo parte da esfera política uruguaia outras duas agremiações. Uma delas foi o Partido Constitucional (1880-1903), criado durante o período do “Militarismo”, tinha como base a inserção da sociedade civil na política, primando por princípios fundamentais como a liberdade individual e a liberdade política (REYES ABADIE; VÁZQUEZ ROMERO, 2000, p. 187).

A outra, conhecida com *Unión Cívica*, fundada na década de 1890. Esta reunia alguns partidários constitucionalistas e nacionalistas mais radicais, ambos tinham como objetivo o combate às abstenções que figuravam nas referidas votações, proclamando a necessidade moral que todo cidadão tem de expressar-se em oposição aos setores oligarcas (REYES ABADIE; VÁZQUEZ ROMERO, 2000, p. 326).

Agora, partimos para um panorama acerca do período estudado, iniciando pelo momento denominado pela historiografia uruguaia de “Militarismo”⁵⁴, momento este que foi marcado pela tentativa de lograr uma modernização do Estado uruguaio em diversos setores.

Dentre esta modernização, podemos destacar a reforma escolar⁵⁵ introduzida pelo Diretor de Instrução Pública José Pedro Varela, com forte teor positivista em seu aspecto organizacional a partir dos princípios de laicização da educação, gratuidade e obrigatoriedade.

⁵⁴Segundo Benjamin Nahum (2013), o período chamado de “Militarismo” de 1875 a 1890, foi iniciado com a ascensão do coronel Lorenzo Latorre ao poder para um governo provisório com o objetivo de substituição dos caudilhos e dos partidos políticos. Por sua vez, o coronel Latorre aproveitou-se do Exército para impor uma autoridade estatal, aplicando assim um método ditatorial de governo (p. 59). [Tradução nossa].

⁵⁵A lei de “Educação Comum” proposta em junho de 1876 tinha por objetivo maior o de superar a problemática política do país através da educação, onde os grupos escolares serviriam tanto na reordenação social como no caráter organizacional de direitos e deveres do cidadão. Esta lei, baseada no positivismo filosófico, foi de sentido inovador, visto que ia desde os métodos de ensino até a formação dos professores como um instrumento de eliminar a ignorância política e o “primitivismo rural” afim do já mencionando ordenamento social (NAHUM, 2013, p. 61) [Tradução nossa].

A defesa da propriedade privada da terra e dos rebanhos a partir do “Código Rural”⁵⁶ defendido pelo presidente Latorre, que além de tudo incentivou o cercamento das propriedades pondo um ponto final nas disputas pela terra, consolidando assim o grande proprietário em detrimento ao pequeno. Assim como a estabilidade econômica que passou a figurar a partir de 1880, e principalmente sob o governo do general Máximo Santos (NAHUM, 2013; MÉNDEZ VIVES, 2007; REYES ABADIE, 2000).

Frente ao governo de Máximo Santos (1882-1886), o Uruguai provou de dois momentos distintos referente à sua economia. O primeiro trata de uma evolução econômico-financeira a partir da produção agropecuária, que desordenada, inundou o comércio exterior gerando a chamada “crise de super produção”. O segundo momento se refere justamente a esta crise, que ocasionou uma grande inflação pelo motivo do baixo custo de venda da produção em contraponto a suba dos preços de bens de consumo internos (MÉNDEZ VIVES, 2007, pp. 20-24).

Esta crise foi remediada pelo incentivo dos próprios produtores em melhorarem principalmente seus rebanhos ovinos e bovinos, podendo oferecer assim ao mercado internacional produtos de melhor qualidade. No entanto, esta ação apenas remediou por ora as finanças internas que ainda sem uma efetiva organização econômica voltaram a sofrer nova queda nos anos de 1890, principalmente no governo de Julio Herrera y Obes (NAHUM, 2013, p. 207).

Já na parte final dos governos militares, o Uruguai vivencia a um processo de reabertura partidária. O último governo “militarista”, que tinha como presidente o general Máximo Tajes (1886-1890), contribuiu para esta abertura à participação civil que já vinha sendo organizada pelo Ministro de Governo Julio Herrera y Obes, que viria a ser o futuro presidente uruguaio.

Com a abertura da última década do século XIX, os anos de bonança vividos durante o “Militarismo” deram lugar a um mar de incertezas nas quais o presidente recém eleito, o *colorado* Herrera y Obes foi obrigado a enfrentar. Questões políticas e econômicas são as principais pautas do governo neste momento que é conhecido pela historiografia como

⁵⁶Segundo Nahum (2013), o “Código Rural” criado em 1876 e incrementado em 1879, foi um projeto apresentado pela Associação Rural a fim de assegurar a posse da terra, estabelecendo pautas sobre demarcações e títulos, também assegurava a propriedade sobre o gado mediante normas baseadas em marcas e sinais prevendo multa e prisão por abigeato e por fim, garantia a ordem no campo com disposições sobre a possibilidade da criação de policiamento privado, regulamentação de armazéns de víveres além das regras trabalhistas para os peões das propriedades (NAHUM, 2013, p. 190). [Tradução nossa].

“Civilismo”⁵⁷, que faz parte de um grande período de “modernização” que vai de 1876 a 1933.

No entanto, não abordaremos aqui período tão longo, direcionamos nossa atenção, obviamente, ao espaço condizente à nossa análise, e este se faz principalmente a partir do ano de 1890 para que possamos compreender o que se passou no momento estudado e então aprofundando a partir do ano de 1896 até 1904.

O governo de Julio Herrera y Obes (1891-1894) foi marcado por uma grave crise financeira, devida principalmente a precária estrutura econômica uruguaia que dependente do capital estrangeiro foi obrigada a reestruturar-se mediante a intervenção do Estado. Além da crise financeira⁵⁸ que já se arrastava desde os últimos governos militares, o governo de Herrera y Obes destacou-se também pelo forte teor autoritário e o incremento de atribuições centralizadoras de poder ao presidente.

Quanto a este último aspecto, podemos destacar a medida de governo que chamada de “influência diretriz” tinha por conceito que o povo inculto não tinha capacidade intelectual para eleger seus governantes e que estes deveriam ser propostos pelo próprio governo que convertia-se assim em eleitor, isolando deste modo a vigência da democracia política (NAHUM, 2013, p. 69).

Desta maneira, calcado na “influência diretriz” que seguiu a política uruguaia, não abrindo brechas para os *blancos*, seja durante o governo de Herrera y Obes como na seguinte legislatura de Juan Idiarte Borda (1894-1897), que valeu-se desta para apropriar ainda mais poder ao Partido Colorado.

A luta por uma participação mais igualitária quanto à política uruguaia era resultado de um longo processo, pois, já entre os anos de 1870 a 1872 o Partido Blanco se pôs em armas exigindo uma maior participação no governo, este levantamento liderado pelo caudilho Timoteo Aparicio recebeu o nome de “*Revolución de las Lanzas*”. Esta culminaria com a Paz de Abril de 1872, na qual os *blancos* lograram quatro chefaturas departamentais (*San José, Canelones, Florida e Cerro Largo*), o que marcaria o começo da “Política de Coparticipação”, além de significar uma regionalização, esta abria um perigoso processo de dualidade do poder (NAHUM, 2013, p. 39).

⁵⁷De acordo com Nahum (2013), o “Civilismo” foi a afirmação dos civis na condução do Estado, no entanto, esta condução de caráter civil não significou uma democratização política, pelo contrário, serviu ainda mais para o Partido Colorado consolidar-se no poder por meio da “influência diretriz” (p. 79). [Tradução nossa].

⁵⁸Segundo Nahum (2013), a crise financeira de 1890 ocorreu por motivo de uma discrepância referente ao saldo da balança comercial, onde o Uruguai importou mais do que exportou, gerando assim um *déficit* de 21 milhões de pesos nos cofres públicos (p. 233).

Esta política de favorecimentos imposta pelos *colorados* colocava em cheque a discutida, porém aceitável “Política de Coparticipação”. Esta avançava provocando uma série de descontentamentos, principalmente em um setor específico do Partido Nacional que já não via mais com bons olhos o círculo vicioso no qual a parte majoritária do Partido Colorado havia colocado o País onde o presidente tinha poderes para nomear os representantes no parlamento e o parlamento por sua vez, poderia eleger o presidente (MENA SEGARRA, 1998, p. 40).

Desta maneira, no dia 1º de março de 1894 iniciam-se as eleições presidenciais. Tendo esta, ficado conhecida como “eleição de 21 dias”, devido ao tamanho número de problemas que se deram durante o pleito. Mesmo assim, foi eleito presidente o antigo senador – também *colorado* – Juan Idiarte Borda, que não contava com a aprovação geral de seu partido, principalmente a de seu antecessor Julio Herrera y Obes, que via com maus olhos o projeto de Idiarte Borda de acabar com a “influência diretriz” (MENA SEGARRA, 1998, p. 39).

Porém, Idiarte Borda assegurou a política imposta por seu antecessor ocasionando uma série de antipatias que iam desde as classes conservadoras, formada principalmente por membros do alto comércio e banqueiros, passando pelo setor *colorado* liderado por José Batlle y Ordóñez que defendia a participação dos setores populares na política, além da exacerbada oposição do Partido Nacional. Cabe mencionar a participação do efêmero Partido Constitucional na organização opositora a Idiarte Borda, pois, mesmo com suas fileiras já praticamente desmobilizadas, estes procuraram vincular-se aos tradicionais Partidos Colorado e Nacional na esperança de uma melhor eficácia de atuação (MÉNDEZ VIVES, 2007, p. 82).

O Partido Nacional em sua oposição era composto por dois núcleos formados principalmente por dirigentes urbanos. Um tinha como base certo grupo de imigrados em Buenos Aires que em 1889 haviam organizado uma “Comissão Diretiva Provisória” a fim de eleger uma “Comissão Diretiva Departamental”, esta eleita, tratou de organizar um segundo evento, a chamada Convenção Nacional em 20 de julho de 1890 que substituiria a comissão provisória por um novo diretório.

O outro núcleo era formado basicamente pela juventude em ascendência política, aglutinados ao redor do periódico *El Nacional* que tinha como um de seus principais agentes o escritor e jornalista Eduardo Acevedo Diaz, importante figura política na virada do século XIX para o XX (REYES ABADIE; VÁZQUEZ ROMERO, 2000, p. 319-320).

Assim se formava uma nova geração de nacionalistas com o intuito de reorganizar o partido. Estes, fundaram no ano de 1893 o “*Club Bernardo Berro*” com o objetivo de obter bancas legislativas na respectiva eleição, porém as abstenções foram a maioria devido a falta

de garantias governistas. Estas abstenções acabaram por dar origem a outro grupo político, a *Unión Cívica* (REYES ABADIE; VÁZQUEZ ROMERO, 2000, p. 326).

Como já havíamos mencionado, o pleito presidencial de 1894 ocorreu em meio a alguns distúrbios, nada diferente foi o governo do então presidente eleito de Idiarte Borda, que antes mesmo de eleger-se já havia contraído problemas e dissidências dentro de seu próprio partido. Problemas econômicos, improbidades administrativas e a decorrente fraude fizeram parte deste governo, ocasião perfeita para uma nova coalizão nacionalista, deste modo organizaram-se uma série de conferências e destas reuniões surgiram os clubes políticos que em sua maioria exaltavam o orgulho de ser *blanco*, revitalizando assim o ambiente político da capital. Contudo, a ideia dos clubes se alastra por todo país e em 1896 já existem 25 clubes políticos espalhados pelo interior uruguaio (MENA SEGARRA, 1998, p. 41-42).

A necessidade de oposição se difunde pela campanha uruguaia onde centenas de partidários agrupam-se com a finalidade de por um fim a intransigência *colorada*, seu centralismo político e a sua economia voltada para a capital do País que gerava um grande mal àqueles que dependiam do substrato rural para sobreviver, principalmente naquilo que tocava a pecuária tradicional ocasionando assim um grande contraste entre o campo e a cidade-porto de Montevideu (DOBKE, 2012, p. 16-17).

Chegado o ano de 1896 e as sucessivas fundações de clubes políticos pelo interior, grande parte do País já encontrava-se mobilizada e possibilitando a inserção de um novo líder. A partir de então que a figura de Aparício Saraiva se faz importante para compreender o processo que se deu com a fundação do “*Club Gumersindo Saravia*” em março de 1896, e as seguintes insurgências políticas que se sucederam sob a chefia deste líder nacionalista.

Até então, a liderança nacionalista da campanha uruguaia possuía um caráter fragmentário, sendo cada Departamento tutelado por um chefe. No caso de *Cerro Largo*, esta tutela estava a cargo do general *blanco* Justino Muniz⁵⁹ que inserido na “Política de Coparticipação” era manejado em prol do governo *colorado* desde os tempos do “Militarismo”. Com a chegada de Aparício, Muniz viu sua hegemonia combalida pelos clamores que o general a pouco chegado do Brasil causou mobilizando as esferas partidárias (REYES ABADIE; VÁZQUEZ ROMERO, 2000, p. 334).

⁵⁹Nascido no Departamento de *Treinta y Tres* no ano de 1838, formou-se primeiramente no trabalho de campo em companhia de seu pai Julian Ramirez, um pequeno proprietário dedicado a pecuária na região conhecida como *Sauce de Olimar*; no entanto, o irmão da mãe de Justino, o caudilho nacionalista Ángel Muniz, procurou orientar os passos de seu sobrinho, assim, Justino seguiu a senda de seu tio e desde cedo se integrou a carreira militar participando de várias ações bélicas, contudo, sua constituição como líder político se dá a partir da sua nomeação para o cargo de comissário do Departamento de *Cerro Largo*, o que em seguida lhe proporcionaria o posto de comandante geral da fronteira. Faleceu no mesmo Departamento de *Treinta y Tres* em sua estância na localidade conhecida como *Bañado de Medina* no ano de 1914.

Segundo John Chasteen (2003), o poder político de Saraiva era calcado em sua imagem nativista, como uma reencarnação dos caudilhos do passado, o que acabou provocando uma entusiasmada resposta por parte de seus partidários, e que alavancou Aparício sobre dezenas de líderes mais experientes no âmbito do Partido Nacional, como também o tornando o segundo homem mais poderoso do Uruguai na virada do século XIX para o XX (CHASTEEN, 2003, p. 198).

Esta questão vale-se muito a partir da fundação do mencionado “*Club Gumersindo Saravia*”, onde o Partido Nacional conseguiu de certa forma sua reunificação a partir da imagem de Aparício, muito mais que um líder, a função de aglutinador simbólico foi capaz de reunir campo e cidade, fazendo reviver o mito da *patriada* (CHASTEEN, 2003, p. 175).

No entanto, o dito clube e o alçamento de Aparício como chefe não seria possível, acreditamos, sem o prestígio local que possuía seu irmão maior, Antonio Floricio, conhecido apenas por *Chiquito*. Este exercia até meados de 1896 o cargo de comissário de polícia na 9ª seção do Departamento de *Cerro Largo*, função na qual ficou reconhecido entre os habitantes da campanha, principalmente entre os “*gauchos*” que muitas vezes procuravam sua proteção em detrimento a algum aproveitador. Fazendo uso desta situação, *Chiquito* também já vinha reorganizando e mobilizando partidários pela região na qual exercia influência, esquematizando assim o pano de fundo perfeito para a insurreição *blanca* (MENA SEGARRA, 1998, p. 45).

Sendo assim, no dia 25 de agosto de 1896 mais de mil pessoas compareceram a fundação do referido clube, junto a *Chiquito*, Aparício recebeu os participantes vindos dos Departamentos vizinhos de *Durazno* e *Treinta y Tres*, como também representantes do Diretório Central de Montevideú. Parece claro neste caso a maneira como a influência de *Chiquito* projetou a imagem de Aparício entre os *paisanos*, seja por sua atuação como comissário de polícia na concessão de favores e aplicando uma tática clientelista ou a partir do discurso político-partidário que denegria a imagem de Justino Muniz o chamando de “marca borrada” e ovacionava Aparício, vinculando-o ao nacionalismo tradicional (GÁLVEZ, 1957, p. 152).

Neste sentido, trazemos a ata fundacional do clube “Gumersindo Saravia” com suas distintas resoluções:

En la Cañada Brava a 27 de agosto de 1896, reunidos los miembros de la Comisión permanente del club “General Gumersindo Saravia”, creado en esta sección, después de cambiar ideas sobre distintos puntos que se trataron en esta sesión, resolvieron: 1º- Que el club “General Gumersindo Saravia” quedaba instalado definitivamente en la costa de la Cañada Brava, casa de don Antonio Floricio Saravia, debiendo

comunicarse esta resolución por medio de la prensa para conocimiento de sus afiliados. 2º- Que desde el primer domingo del mes de octubre del corriente año queda abierta la sección de ejercicios doctrinales para los socios y todos los correligionarios, debiendo tener éstos lugar, en lo sucesivo, el domingo de cada semana, a las 9a.m. 3º- Nómbrase para instructor de los ejercicios militares al comandante don Lidoro Pereira y comuníquese por nota el cometido que le ha asignado este centro. 4º- Comuníquese por nota a la comisaría de esta sección la resolución del club en cuanto se refiera a los días y horas en que tendrán lugar los ejercicios doctrinales. 5º- Para el debido conocimiento de todos los correligionarios que quisieran tomar parte en la instrucción mencionada, ordénese la publicación de la presente acta en “El Nacional”, órgano de nuestra colectividad que con tanto acierto dirige el doctor don Eduardo Acevedo Díaz. No siendo para más, se dió por terminada la sesión y firmaron ante el infrascripto secretario, Ceferino A. Costa, Plácido Muñoz, Máximo Mederos, Luis Apolo y Nicolás Rivero (RELA, 2004, p. 31)⁶⁰.

Neste momento, as forças do Partido Nacional a mando de Saraiva mobilizavam-se no intuito de uma revolução reivindicatória com base na “liberdade institucional” reclamada pelo caudilho na proclamação de 25 de novembro de 1896. Vide trecho:

Ciudadanos: ha llegado pues el momento imprescindible de combatir con las armas en la mano el oprobioso gobierno que rige los destinos del país; ha llegado la hora de levantar la bandera de la reacción armada para combatir con denuedo, en nombre de la **libertad institucional**. Esta es la misión que la fuerza de las circunstancias presentes le reservan al Partido Nacional, el mismo que tiene que cumplir, sean cuales fueren los obstáculos con que luche y sean cuales fueran las fuerzas de los dilapidadores de la fortuna pública que salgan a nuestro encuentro⁶¹ (SARAIVA, 1896). [Grifo nosso].

No entanto, o chamamento revolucionário de 1896 não surtiria em grandes acontecimentos devido à baixa adesão ao Exército Nacionalista. Contudo, o primeiro passo para o que viria a seguir havia sido dado. A falta de habilidade administrativa do presidente

⁶⁰Na *Cañada Brava*, a 27 de agosto de 1896, reunidos os membros da Comissão permanente do clube “*General Gumersindo Saravia*”, criado nesta seção, depois de discutir ideias sobre distintos pontos que se trataram nesta sessão, resolveram: 1º- Que o clube “*General Gumersindo Saravia*” ficaria instalado definitivamente na costa da *Cañada Brava*, casa de dom Antonio Floricio Saravia, devendo comunicar esta resolução por meio da imprensa para conhecimento de seus afiliados. 2º- Que desde o primeiro domingo do mês de outubro do corrente ano fica aberta a seção de exercícios doutrinais para os sócios e todos os correligionários, que deve ocorrer no futuro domingo de cada semana as 9 a.m. 3º- Nomeia-se para instrutor dos exercícios militares ao comandante dom Lidoro Pereira e comunique-se por nota o papel que lhe é atribuído este centro. 4º- Comunique-se por nota a delegacia desta seção a resolução do clube ao que se refere aos dias e horas em que terão lugar os exercícios doutrinais. 5º- Para o devido conhecimento de todos os correligionários que quiserem tomar parte na instrução mencionada, ordene-se a publicação da presente ata no “*El Nacional*”, órgão de nossa coletividade e que tão bem dirige dom Eduardo Acevedo Díaz. Sem mais, se dá por terminada a sessão e assinaram ante o abaixo-assinado, secretário, Ceferino A. Costa, Plácido Muñoz, Máximo Mederos, Luis Apolo e Nicolás Rivero. [Tradução Nossa].

⁶¹Cidadãos: pois é chegado o momento imprescritível para combater com as armas nas mãos o governo vergonhoso que rege os destinos do país; é chegada a hora de levantar a bandeira da reação armada para lutar bravamente em nome da **liberdade institucional**. Esta é a missão que a força das circunstâncias presentes reservam ao o Partido Nacional, que ele mesmo tem que cumprir, sejam quais forem os obstáculos com que lute e sejam quais forem as forças dos desperdiçadores da fortuna pública que saiam contra nós. [Tradução e grifo nosso]. SARAIVA, Aparício. **Proclamação em La Coronilla**, 25 de novembro de 1896. Centro de Documentación Histórica del Río de la Plata y Brasil. Dr. Walter Rela. Disponibilizado na forma de arquivo digital, sob o título de “Aparício Saraiva, 1896-1904”.

Idiarte Borda somada as denúncias de fraudes, o mau manejo do dinheiro público e a intransigente ausência de diálogo com os *blancos* foram o estopim para a Revolução que viria em 1897.

Talvez a “liberdade institucional” da qual falava Saraiva seria justamente a falta de decoro do presidente, algo que restringia, sobretudo uma participação política mais engajada por parte do Partido Nacional e como este vinha por anos a sombra de seu antagonista, via neste o momento chave para suas exigências políticas.

Assim, o ano de 1897 iniciou com forte atividade política de ambos os partidos. Os *colorados* organizaram diversas reuniões na capital Montevideu com o objetivo de firmarem alianças internas e manterem o foco no inimigo que lhes era comum, o Partido Nacional. No mesmo compasso, os *blancos* já se organizavam para a atuação militar a partir do Comitê de Guerra que funcionava em Buenos Aires. Este produziu um documento onde continham os motivos da insurreição assim como nomeação do Estado-Maior, este recaindo sobre os coronéis Diego Lamas e José Núñez e do General em Chefe Aparício Saraiva (RELA, 2004, p. 33).

A ação do presidente Idiarte Borda foi enérgica ao saber da proclamação do Comitê de Guerra nacionalista, assim, tratou de mobilizar a Guarda Nacional e organizar o Exército com um maior efetivo, visto que este não gozava de um número suficiente de componentes, para isso, instituiu a chamada “leva”, que era um método de inscrição forçado de modo que todo cidadão apto poderia ser levado. Além deste ato, o presidente também atentou contra a liberdade de imprensa, jornais passaram a ser fiscalizados e toda informação vinculada às conturbações políticas necessariamente passava por um crivo (RELA, 2004, p. 33).

Neste sentido, não poderíamos deixar de mencionar um trecho de mais uma proclamação de Saraiva as vésperas de eclodir a revolução:

Hace infinidad de años que nuestro país, cuyos destinos han sido usurpados por una agrupación de malos ciudadanos, viene sufriendo una situación desesperante, tanto en el orden público como en el orden civil. La libertad no existe absolutamente en nuestra república; ningún ciudadano independiente tiene derecho a tomar participación en la vida pública, y hasta la libertad individual, la más sagrada de todas las libertades democráticas, ha sido y es violada constantemente, como sucede en la actualidad con las levas organizadas en todos los departamentos para aumentar los batallones de línea, los asesinatos contra indefensos paisanos y las persecuciones de todo género que sufren en general los habitantes de la nación⁶² (SARAIVA, 1897).

⁶²Faz infinidade de anos que nosso país, cujos destinos têm sido usurpados por uma agrupação de maus cidadãos, vem sofrendo uma situação desesperadora, tanto na ordem pública como na ordem civil. A liberdade não existe absolutamente em nossa República; nenhum cidadão independente tem direito de tomar participação na vida pública, e até a liberdade individual, a mais sagrada de todas as liberdades democráticas tem sido e é violada

Saraiva, ao longo do restante deste manifesto dá continuidade a sua indignação fazendo duras críticas ao modo de condução do País, a corrupção e principalmente a miséria em que vivia a população. Foram então nestes moldes que se deram as beligerâncias entre *blancos* e *colorados* no ano de 1897, enquanto uns mostravam-se voltados a defesa de uma maior participação política da população e com isso, de seu próprio partido, outros faziam de tudo para manterem-se no poder, apelando até mesmo para o alistamento militar forçado.

Com o assassinato do presidente Idiarte Borda a 25 de agosto, a situação política uruguaia toma outros rumos. A posse do novo presidente, o senador Lindolfo Cuestas, fez com que abrisse uma brecha ao diálogo, ocasionando assim o pacto de “*La Cruz*” em 18 de setembro de 1897. Além das sete cláusulas que estabeleciam direitos e deveres de ambas as partes, ficou também acordada a manutenção da “coparticipação”, esta sem constar diretamente no pacto, tratada apenas de forma verbal, tinha a palavra do poder executivo em liberar seis chefaturas departamentais nas mãos de cidadãos nacionalistas. Estes Departamentos foram os de *Cerro Largo*, *Treinta y Tres*, *Rivera*, *Maldonado*, *Flores* e *San José* (RELA, 2004, p. 40).

Para o historiador Enrique Mena Segarra (1998), a escolha destes Departamentos foi de forma proposital, pois os três primeiros agiriam de forma estratégica na linha de fronteira com o Rio Grande do Sul, sendo facilitada a recepção de provisões, principalmente de armas, que atravessariam sem problemas a fronteira seca no caso de *Rivera* e *Cerro Largo*; para *Treinta y Tres* a travessia se tornava mais difícil, porém, não impossível, pois necessitaria da barca para cruzar a costa da Lagoa Mirim. Na situação dos outros três Departamentos, a escolha foi pela proximidade da capital, como uma forma de cercar o principal distrito eleitoral, seja para cooptação de votos ou para uma eventual atividade bélica, nunca descartada pelos nacionalistas.

Desde então, o chefe político do Partido Nacional, Aparício Saraiva, detinha o controle total dentre os citados Departamentos, direcionando sua influência administrativa, fazendo que até mesmo a polícia fosse ligada ao partido, estabelecendo assim um exército *blanco* permanente sob o seu comando.

Para Ana Reckziegel (1999), o pacto firmado entre governistas e rebeldes ia muito mais além do que a simples outorga de seis Departamentos aos *blancos*, pois, este implicava

constantemente, como sucede na atualidade com as leva em todos os Departamentos para aumentar os batalhões de linha, os assassinatos contra indefesos paisanos e as perseguições de todo o gênero que sofrem em geral os habitantes da nação. [Tradução nossa]. SARAIVA, Aparício. **Proclamação dirigida aos correligionários**, 5 de março de 1897. Centro de Documentación Histórica del Río de la Plata y Brasil. Dr. Walter Rela. Disponibilizado na forma de arquivo digital, sob o título de “Aparício Saraiva, 1896-1904”.

na coexistência de dois governos: Cuestas em Montevideu e Saraiva em *El Cordobés*. Daí a instabilidade do acordo, pois bastava que o presidente quisesse governar, de fato, o País para que a guerra civil se tornasse uma ameaça iminente.

Politicamente, a Revolução de 1897 obteve melhor efeito para o lado nacionalista, visto que a manutenção da “política de coparticipação” foi ampliada com a inclusão de mais duas chefaturas e a consolidação de uma liderança importante para o futuro do Partido. Por outro lado, o Partido Colorado saía de certa maneira desgastado internamente. A facção liderada pelo então presidente Lindolfo Cuestas era duramente criticada por propiciar aos *blancos* o comando de mais dois Departamentos, o que geraria posteriormente a desconfortável situação na qual Cuestas era acusado pela ala encabeçada pelo futuro presidente José Batlle y Ordóñez, o de gerar dois países, um a mando do governo *colorado* e outro baixo as ordens de Saraiva (MENA SEGARRA, 1998; RELA, 2004).

No entanto, apesar de debilitada, a presidência de Cuestas seguiu sem maiores entraves, o presidente conseguiu a duras penas com que o País se mantivesse em paz, o que era almejado pela grande maioria da população. Desta maneira, não só os acirramentos políticos tiveram seus ânimos acalmados, a economia uruguaia teve um momento de alta, podendo respirar em alguns setores fundamentais estabilizando assim a balança comercial do país, que se apoiava principalmente na criação de rebanhos ovinos e bovinos⁶³.

A formação de uma soberania por parte do Partido Nacional nos distintos Departamentos citados e a identificação de Aparício Saraiva como o líder *blanco* que precisava ser respeitado, fez com que o Partido Colorado se desequilibrasse internamente ocasionando uma série de dificuldades para o então presidente Lindolfo Cuestas que para os *colorados* insistia em uma política de dialogo com os nacionalistas, respeitando o enclave governamental que existia no País. Da mesma maneira, o Partido Nacional, neste momento não detinha uma unidade em suas fileiras, a divisão setorizada traria problemas futuros ao partido, a união de 1897 se tornava efêmera e preocupante (MÉNDEZ VIVES, 2007).

Com a proximidade das eleições senatoriais de 1900, a inquietação de Aparício referente à lei de “livre” sufrágio era evidente, pois somente os alfabetizados teriam direito ao voto, desta maneira, o caudilho fez com que o envolvimento partidário nacionalista fomentasse a adesão cívica promovendo cursos de alfabetização, onde na verdade, se ensinava a escrever somente o nome para a firma na hora do voto. O fruto dessa mobilização foi

⁶³Para um nível maior de elucidação acerca da conjuntura econômica rural uruguaia, indicamos a obra *Historia Rural del Uruguay Moderno* (Tomo III) de José Barrán e Benjamin Nahum (1973). Especialmente a primeira parte intitulada “*La recuperacion de la economia rural*” (p. 13-27).

demonstrado nas urnas, a chance de vitória por parte dos nacionalistas sem um acordo com os *colorados* parecia por demais favorável, e assim se fez; os Departamentos de *Rivera, Treinta y Tres, Flores, Rio Negro e Rocha* ganhavam senadorias *blancas*, em *Tacuarembó* o partido foi derrotado por uma escassa margem (MENA SEGARRA, 1998).

Os *colorados* temiam por este desfecho, principalmente o antigo presidente do senado, José Batlle y Ordóñez, que havia perdido o cargo devido ao voto do diretório nacionalista em Juan Carlos Blanco, desta forma, Batlle ficou alijado do poder exclusivo que o Partido Colorado o dispunha, no entanto, abriu as portas para que o mesmo se pusesse como pré-candidato à presidência da República, se lançando de forma determinada contra o Partido Nacional. Em protesto, logo após a derrota de 1900, Batlle declarou que “haveria de acabar com as contemplações ao Partido Nacional e que sua meta, de qualquer maneira, seria a reconquista dos Departamentos perdidos” (UMPIÉRREZ, 2007, p. 16).

A análise de um período eleitoral seja ele qual for, é sempre uma tarefa difícil, as opiniões projetadas nem sempre satisfazem os entusiastas partidários, principalmente ao tratar-se do caso uruguaio. No entanto, não nos cabe aqui esse tipo de análise e sim uma descrição que visa contribuir para um melhor entendimento do proposto pelo trabalho⁶⁴.

Finalizada as eleições de 1901, as chamadas “classes conservadoras”, em sua maior parte formada por grandes fazendeiros e comerciantes, fez valer sua influência em meio aos dirigentes de ambos os partidos em favorecimento de um novo acordo para manter a qualquer custo a paz. Segundo Mena Segarra, essas tratativas só trouxeram benefícios para o lado *colorado*, principalmente para o presidente Cuestas que “esperava terminar tranquilamente seu mandato” (MENA SEGARRA, 1998).

A fórmula da paz que propunha o novo acordo eleitoral teria ainda de passar pela Convenção do Partido Nacional. Saraiva fez com que o diretório soubesse de sua opinião referente ao tema, o caudilho não aceitaria um trato feito sob pressão, baixo essa decisão o diretório se dividiu, o que gerou a renúncia de Saraiva da presidência honorária do Partido. Por fim, o acordo obteve aceitação da maioria, isto é, o Partido Nacional, mesmo com plenos direitos, não colocaria um candidato para disputar a presidência; em meio às desilusões provocadas pelos bastidores da política, o caudilho decide por retirar-se de cena momentaneamente (RECKZIEGEL, 1999, p. 234).

⁶⁴Para uma avaliação histórica acerca do estudo das eleições e a compreensão dos comportamentos eleitorais, ver: RÉMOND, René. As eleições. In: _____ *Por uma história política*. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003. P. 37-55.

Neste momento, as disputas internas tornaram-se ainda mais acirradas, Aparício recebia as mais diversas acusações, as relações entre civis e militares dentro do Partido chegaram ao seu ponto mais baixo. Aparício não entendia como depois de tanta luta pelo direito ao voto, o Partido nem sequer se atrevia a exercê-lo. Por outro lado, o caudilho recebia duras críticas de alguns partidários, feitos principalmente pelo escritor e jornalista Eduardo Acevedo Díaz, que acusava Aparício de tentar converter-se em um ditador do Partido Nacional (MENA SEGARRA, 1998).

As vésperas das eleições presidenciais, os colorados possuíam três candidatos: o Ministro de Governo Eduardo Mac Eachen, o Ex-presidente do Senado José Batlle – apontado como favorito pela maior parte da bancada do Partido Colorado – e o preferido pela nacionalista, Juan Carlos Blanco. Com a divisão interna do Partido Nacional, os votos da minoria se bifurcaram entre Mac Eachen e Batlle – apoiado principalmente pela ala de Eduardo Acevedo Díaz – dessa maneira, com 55 votos foi eleito José Batlle a presidência da República, a contragosto da maioria dos *blancos* (MÉNDEZ VIVES, 2007, p. 115).

José Batlle y Ordóñez; ex-deputado e senador, começou sua carreira política durante o movimento contra o governo “militarista” de Máximo Santos, participando inclusive da Revolução do *Quebracho* (1886)⁶⁵, no mesmo ano fundou o jornal *El Dia*, difusor oposicionista e ideológico acerca de uma nova organização para o Partido Colorado. Como chefe político, apoiou Julio Herrera y Obes a presidência, vindo em seguida a desvincular-se do mesmo, alegando que o presidente praticava uma política aristocratizante e que o partido deveria ampliar a participação popular, criando assim os clubes populares seccionais que passaram a ser conhecidos como *coletivistas* (NAHUM, 2007, p. 50).

O presidente eleito tinha como principal objetivo a eliminação do governo bicéfalo no qual se encontrava o Uruguai, desafiando claramente os poderes de Saraiva. Para isso, tratou logo de consolidar suas forças com a maioria *colorada* e alguns dissidentes *blancos* que já haviam se mostrado contra o poder de Aparício, assim, José Batlle desconheceu as tratativas de 1897 no pacto de *La Cruz*, negando aos adversários as conquistas obtidas anteriormente (RECKZIEGEL, 1999, p. 239).

O grupo situacionista, que almejava implantar o seu regime de governo reformista voltado às classes sociais emergentes, industriais e urbanas, via o Partido Nacional e sua oligarquia pecuarista tradicional como um verdadeiro embaraço para seus planos, semelhante

⁶⁵A Revolução do *Quebracho* foi um curto movimento de oposição contra o presidente Máximo Santos; mesmo que derrotado militarmente, teve forte impacto político, contribuindo assim para a crise final do governo de Santos (MÉNDEZ VIVES, 2007, p. 32).

à representação adotada por Raymond Williams (1989) no clássico “Campo e Cidade”, onde o Partido Colorado representava a cidade como evoluída e modernizada, enquanto o Partido Nacional ficaria com o campo, tido como atrasado política e socialmente, tendo como base a antiga elite caudilhesca (DOBKE, 2012, p. 25).

Para isso, Batlle procurou por em prática seu plano de desalojamento *blanco* das chefias departamentais, ignorando a gravidade de tal ação, nomeou novos chefes para os Departamentos de *San José* e *Rivera*, estes ligados aos *blancos* dissidentes de Eduardo Acevedo Díaz. Ao tomar conhecimento da designação, Abelardo Márquez, chefe político de *Rivera* consultou Aparício acerca da atitude a ser tomada, tendo telegrafado ao caudilho. Como resposta, Aparício ordenou que Márquez não entregasse a cidade, sendo esse o estopim de um novo movimento armado (RECKZIEGEL, 1999, p. 240).

Assim, o caudilho *blanco* tratou logo de reorganizar suas tropas e em menos de uma semana já se achavam mais de 1500 cavaleiros a sua disposição e em um ato de exibicionismo passou a tropa de *paisanos* em revista aos grito de “*viva el general, viva los gauchos!*” (CHASTEEN, 2003, p. 211). Clara alusão à divisão que se fazia presente no país, Aparício o representante das massas rurais da campanha, por sua vez, Batlle, o representante da metrópole Montevideu.

No entanto, os nacionalistas viram seus planos de uma nova revolução adiados. Alfonso Lamas, secretário do Diretório Geral do Partido Nacional e o mediador José Pedro Ramírez foram até o acampamento de Aparício com um novo acordo (RELA, 2004, p. 54).

O pacto de *Nico Pérez* (22 de março de 1903), assim chamado por ter sido celebrado na localidade de mesmo nome, trazia três pontos básicos para que a paz se mantivesse: Que as chefaturas dos cinco Departamentos *blancos* (*Maldonado, Flores, Cerro Largo, Treinta y Tres e Rivera*) continuassem na mão de membros filiados ao Partido Nacional; que o Departamento de *San José* fosse também chefiado por um nacionalista, porém, sem a intromissão do partido, isto é, poderia ser um escolhido pelo Partido Colorado; e por fim, que o acordo só teria validade durante o período presidencial de José Batlle (MÉNDEZ VIVES, 2007, p. 116).

Ainda segundo Méndez Vives (2007), havia um ponto duvidoso no acordo, pois os nacionalistas diziam que verbalmente o presidente Batlle havia firmado que não moveria tropas do Exército para os mencionados Departamentos. Contudo, segundo os *colorados*, Batlle se comprometeu a não mover mais suas tropas em caso de uma mudança eleitoral, deixando a chefia com os nacionalistas, por tanto, qualquer outra situação seria passível de uma “invasão” por parte do presidente.

O pacto de *Nico Pérez* soou muito mais como uma trégua do que propriamente um acordo. A fins de 1903, Batlle já havia equipado e reorganizado as tropas do Exército regular, postando estrategicamente seus generais em posições privilegiadas para um ataque. Aparício tenta certificar-se com o Diretório Geral do partido em Montevideu acerca do que deveria ser feito perante a mobilização *colorada*, pois ele mesmo ouvira que hostes do partido rival haviam reunido grande número de pessoas e cavalcadas, preparando-se assim para um futuro combate (UMPIÉRREZ, 2007, p. 17).

Esta situação foi imediatamente comunicada ao ministro de guerra uruguaio pelo chefe *blanco* de Cerro Largo, Villamil y Casas, porém o ministro Campisteguy disse que nada poderia fazer, visto que a revolução era iminente. Mais uma vez estava tudo nas mãos do general, que sem perder tempo reorganizou os chefes políticos locais, suas milícias e acima de tudo, chamou para si mais uma vez o comando geral da insurreição (UMPIÉRREZ, 2007, p. 18).

As vésperas de eclodir a revolução, Aparício reunira-se com um delegado do partido, Rodríguez Larreta e com o delegado do Diretório Geral, Alfonso Lamas. Para assim decidirem o caminho a ser tomado dentro deste truncado jogo político que se deu as vésperas da última guerra civil em solo uruguaio. Para Saraiva era uma decisão simples a ser tomada, visto que o pacto de 1903 deveria manter sua continuidade, porém, os *blancos* ouviram a negativa vinda diretamente do presidente da República, assim, a sorte seria lançada (UMPIÉRREZ, 2007, p. 16).

Em suma, a Revolução de 1904 teve como mote, além de uma solução definitiva para os problemas da economia pastoril, a preservação das garantias obtidas pelos *blancos* nos tratados anteriormente citados. A sublevação ocorreu quando Batlle quebrou o firmado no último acordo, ocasionando com isso a forte mobilização do Partido Nacional em todas suas esferas. Após inúmeras batalhas, a decisão de um tratado de paz partiu somente após a morte de Aparício, ocasionada por um ferimento a bala na batalha de *Masoller*, em 1º de setembro de 1904.

Com isso, um triunvirato *blanco* tomou a decisão de firmar a paz, visto que com a morte de Saraiva, seu exército perdia sentido. A chamada *Paz de Aceguá* foi firmada em 24 de setembro de 1904 na cidade fronteira de *Aceguá* no Departamento de *Cerro Largo*. Neste conturbado acordo os revoltosos obtiveram além de anistias, uma vaga promessa de reforma na constituição, algo que só aconteceria em 1918 (RELA, 2004, p. 59).

Desta forma, o Partido Nacional aguardaria por anos a prometida democracia parlamentar, marca registrada da luta de Aparício e do Partido Nacional, que desde 1897

vinha lutando constantemente a favor das garantias eleitorais nos Departamentos e acima de tudo, da transparência administrativa.

3.2 O contexto político-social no Rio Grande do Sul

Com o fim do Império, o Rio Grande do Sul adotou de forma imediata uma política republicana moldada pelo Partido Republicano Riograndense (PRR) baseando-se nas teorias positivistas de Auguste Comte. Com a Constituição assinada por Júlio de Castilhos – patriarca do PRR – em 1891, o Rio Grande do Sul adotou não só uma forma de governar baseada em uma filosofia republicana centralista e sim uma doutrina partidária que levaria 29 anos até dissolver-se.

Desta maneira, durante os anos finais do século XIX e ao longo da primeira década do século XX, o PRR provou ser uma máquina política imbatível fazendo com que se estabelecesse por completo em meio a sociedade riograndense. Porém, do ano de 1893 a 1895, o Estado entra em uma revolta armada muito sangrenta, a conhecida Revolução Federalista⁶⁶.

Nesse meio tempo, a energia imposta pelo PRR fez com que os federalistas liderados pelo antigo tribuno do Império, Gaspar Silveira Martins fossem aniquilados, afirmando assim a soberania do PRR tanto nas urnas como nas armas. Castilhos comandava o partido e o governo do Estado com mão de ferro, até vir a falecer prematuramente em 1903, fazendo com que Antônio Augusto Borges de Medeiros, seu sucessor no comando do partido viesse a também assumir a presidência do Estado por cinco vezes.

Assim como na vizinha República Oriental do Uruguai, o Rio Grande do Sul notabilizou-se pelo acirrado bipartidarismo vigente desde o início da Primeira República, onde o PRR surgia com força, destroçando o antigo regime partidário vigorante no período imperial. Com o PRR comandando todas as ações políticas do Estado, surge então, em 1892, fundado pelo tribuno Gaspar Silveira Martins, o Partido Federalista, com a ideia justamente de se opor ao republicanismo positivista de Júlio de Castilhos, imposto na Constituição de 1891. (FRANCO, S/D, p. 7).

⁶⁶Evento político-militar que teve como base a luta entre Federalistas, capitaneados pelo tribuno Gaspar Silveira Martins e por Republicanos, estes sob a tutela do Presidente do Estado do Rio Grande do Sul, Júlio de Castilhos. (KÜHN, 2007, p. 106). Segundo a historiadora Helga Piccolo, a Revolução Federalista foi significativa para o processo histórico brasileiro, no momento de transição entre a Monarquia para a República, transformando assim a conjuntura social do país. (PICCOLO, 1993, p. 65).

Com a reviravolta dada por Castilhos no pleito seguinte ao depor por meio do voto o chamado “Governicho”⁶⁷, e assumir novamente a presidência do Estado em 25 de janeiro de 1893, os opositores não tiveram outra escolha a não ser reunir-se novamente; o movimento revolucionário estava por formar-se.

Com a eclosão da Revolução Federalista, a dualidade partidária no Rio Grande do Sul tornou-se ainda mais evidente, pois, assim como no Uruguai, os partidos identificavam-se com as duas cores já tradicionais no vizinho País: o branco e o vermelho. O Partido Republicano Riograndense adotou o lenço branco, enquanto o Partido Federalista vestiu o lenço rubro.

Neste cenário de divisões ambos os lados trataram de menosprezar os rivais, sendo que os castilhistas ficaram conhecidos como “pica-paus”, devido ao formato do *cap* militar que usavam, o qual se assemelhava ao bico de um pica-pau. Já o lado gasparista ficou conhecido como “maragato”, alcunha esta que fazia menção ao grandioso número de uruguaios que pertenciam às hostes revolucionárias, vindos em sua maioria dos Departamentos localizados ao norte do Uruguai. Estes eram em sua maioria descendentes de espanhóis provenientes da região da Maragateria na província de León, daí a associação. (FERREIRA FILHO, 1986, p. 34).

O fato curioso desta agregação uruguaia ao corpo revolucionário, é que praticamente todos Orientais eram de certa forma vinculados ao Partido Nacional, reunidos em torno dos irmãos Saraiva – Gumercindo e Aparício – fazendo com que houvesse certa disparidade na hora da identificação corporativa militar, pois, como já antes mencionado, os membros do Partido Nacional usavam o branco, enquanto os “maragatos” ostentavam o vermelho.

Com a derrota dos Federalistas em 1895, o PRR tornou-se ainda mais hegemônico, porém, a divisão do Rio Grande do Sul em duas cores não havia terminado. A oposição ao partido fundado por Castilhos, e a partir de 1903 – por motivo da morte do patriarca - capitaneado por Borges de Medeiros crescia cada vez mais, e novamente, no pleito eleitoral de 1922 e por sequência, na Revolução de 1923 o bipartidarismo riograndense reaparecia por última vez em sua forma clássica.

⁶⁷“O chamado “Governicho” – sequência de juntas governativas e governantes provisórios - que se achava no poder desde a derrubada de Castilhos em 12 de novembro de 1891 - marcara eleições para uma “Convenção Rio-Grandense”, porém, o pleito foi sucessivamente adiado. Designado inicialmente para 25 de fevereiro, a eclosão de um motim castilhista em 4 do mesmo mês, na capital do Estado, determinou seu adiamento para 21 de março, depois, para 13 de maio, e, ao final, para 21 de junho. Antes disso, porém, o “Governicho” foi derrubado, a 17 de junho, e Júlio de Castilhos reposto no poder.” (FRANCO, S/D, p. 7).

Desta vez os republicanos receberam o apelido de “chimangos”, devido ao poemeto intitulado “Antônio Chimango”, no qual o político Ramiro Barcellos – sob a alcunha de Amaro Juvenal – satirizou a figura de Borges de Medeiros, assemelhando a imagem do líder republicano com a ave falconídea típica do pampa, o gavião chimango (CARDOSO, 2007, p. 71).

Com o advento do movimento político de 1930 e por continuação, o fim da Primeira República, a dualidade partidária do Rio Grande do Sul deu-se por encerrada quando o PRR e o PL – Partido Libertador, fundando em 1928 por Assis Brasil, reunindo antigos federalistas e republicanos dissidentes – uniram-se na Frente Única Gaúcha, em prol da eleição de Getúlio Vargas a presidência da República, somando-se a Aliança Liberal, movimento já organizado em consonância com outros partidos do Brasil.

Finalizada a Revolução Federalista (1893-95) em solo brasileiro, na qual Aparício havia acompanhado seu irmão mais velho, Gumercindo, e com a morte deste em 10 de agosto de 1894, Aparício é nomeado como novo Comandante em Chefe do Primeiro Exército Libertador, designação dada pelo Diretório da Revolução que neste momento se encontrava em Buenos Aires (MENA SEGARRA, 1998, p. 32).

O então nomeado Comandante em Chefe da Revolução Federalista retorna ao Uruguai, e encontra o país mergulhado em uma crise administrativa que já se arrastava por anos e um mecanismo de governo que não abria brechas, calcado no conceito da “influência diretriz”, criado pelo anterior presidente da República, o colorado Julio Herrera y Obes.

Neste contexto, como vimos anteriormente, o Partido Nacional ansiava por algo que fizesse tremer a hegemonia *colorada*, buscando no recém-chegado Aparício Saraiva a solução para tal incômodo.

Com a exclusão de seus antigos aliados do poder, os federalistas, e a nova configuração política do Estado do Rio Grande do Sul sendo comandada com mão de ferro por Castilhos e os demais membros do PRR, obriga Saraiva a buscar algo que o relaciona-se aos novos “donos” do Rio Grande. Para isto, procura então o auxílio de dois agentes de fundamental importância para suas ambições na política uruguaia, estes são, o chefe político local de Rivera, Abelardo Márquez e o comandante geral da fronteira sul-riograndense, João Francisco Pereira de Souza (CAGGIANI, 1997, p. 87).

A nova conformação política do Rio Grande do Sul, de fato, modificou as estruturas vigentes desde o Império, principalmente, na base social de apoio ao governo. Assim destaca Fábio Kühn (2007):

diferente dos governos liberais do Império, que tinham seu poder assentado no latifúndio pecuarista da região da campanha, os republicanos buscaram respaldo nos novos setores da oligarquia rural, estabelecidos na região litorânea e na serra, e nos profissionais liberais, comerciantes e funcionários públicos das zonas urbanas (p. 107).

No entanto, a preocupação do PRR com a região da campanha era algo latente, pois, lá, ainda residia a maioria de seus desafetos políticos e uma reorganização das relações precisava ser feita, daí então a importância de articularem-se com Aparício nesta via de duas mãos. Onde Saraiva necessitava dos subsídios provindos do Rio Grande para impulsionar seus objetivos políticos e os *perrepistas*⁶⁸ careciam de fortalecerem-se para um melhor controle da região.

Ao tratar-se da mediação de Abelardo Márquez, mais do que por em contato antigos rivais, permitiu uma maior interação entre estes dois agentes, chegando às vias de uma relação de grande amistosidade. Márquez, foi um reconhecido chefe *blanco* na região de *Rivera*, com grande participação nas mobilizações de 1896-97 e 1903-04, sendo nomeado Comandante Geral da fronteira durante os períodos belicosos.

Após a tentativa de impedir as eleições de 1896, Aparício procura a ajuda de seu amigo pessoal e companheiro político Abelardo Márquez, para então refugiar-se em território brasileiro, fixando moradia na cidade de Bagé. No entanto, o receio de ser perseguido em solo brasileiro devido à participação na Revolução Federalista em oposição ao PRR fez com que Aparício solicitasse a proteção de João Francisco sendo intermediado por Márquez, visto que estes há anos já vinham mantendo estreita relação referente a negociações envolvendo, principalmente, cavalos (CAGGIANI, 1997, p. 87).

Recebendo as devidas garantias de João Francisco, Aparício começa a articular seu plano, posto de forma efetiva em 1897 com o estourar de mais uma contenda *blanca*. No entanto, vale lembrar a importância deste contato para a política do Partido Nacional personificada neste momento pelo caudilho Aparício Saraiva, assim como para os objetivos sul-rio-grandenses. Para compreender mais destas ações, o trabalho de Ana Luiza Reckziegel (1999), aponta diversos fatores que contribuíram para este enlace entre os chefes fronteiriços, analisando a conjuntura política vivida no momento igualmente, como as questões que fizeram desta relação dita pela autora como uma “diplomacia marginal” um importante subsídio para ambas aspirações.

Outro trabalho interessante e que tem basicamente o mesmo objetivo – o de mostrar as relações mantidas entre os insurgentes *blancos* e os governistas sul-rio-grandenses – é o de

⁶⁸Assim chamados os correligionários do Partido Republicano Riograndense.

Luis Eduardo Coronel Maldonado (2009). Neste, o autor expande o estudo também para a fronteira argentina, porém, no entanto, limita-se apenas a elencar os fatos ocorridos relativos à revolução uruguaia de 1904. Quanto à abordagem, o autor opta por um olhar da diplomacia, trazendo suas tratativas, assim como um anexo documental que colabora para a compreensão dos episódios.

Em ambos os trabalhos citados acima, o destaque está justamente na relação mantida entre Saraiva e João Francisco, sendo esta relação consentida pelo governo republicano do Rio Grande do Sul. Com o objetivo de elucidar a conjuntura das relações sociais mantidas por Aparício na região fronteira, é que partimos para a próxima subdivisão, onde mostraremos algumas reflexões fundamentais que basearam a atuação político-revolucionária de Aparício Saraiva, conformando assim uma estrutura que possibilitava uma confortável mobilidade de ação.

3.3 Aparício Saraiva no contexto das relações

Inicialmente, não podemos deixar de mencionar o prestígio que Aparício possuía na região fronteira formada por Uruguai e Brasil, este, não só vinculado a sua participação na Revolução Federalista, como também por ser um homem de fronteira e principalmente por sua família já estar sedimentada nesta região desde a primeira metade do século XIX. A possibilidade que a fronteira proporcionou pondo em contato territórios dos dois Estados Nacionais em construção, permitiu que a família Saraiva/Saravia construísse vínculos sociais, sentimento de pertencimento e identificação com a região fronteira (DOBKE; PADOIN, 2013, p. 170).

Neste sentido, Padoin (2000) reitera que, “a região é o espaço de jogo de forças e de poder no qual é produzida uma realidade particular que irá dar sentido às relações de poder” (p.3). A autora ainda segue mencionando que este espaço “produziu uma integração peculiar” servindo como uma espécie de “vazo comunicante” onde circulavam pessoas, produtos e sobretudo, ideias (p. 3-4).

E foi nesse espaço que Aparício Saraiva procurou organizar sua vida; a estreita relação com o Rio Grande do Sul ia muito mais além das posses e dos parentescos, fazendo com que o estancieiro de *El Cordobés* percebesse o valor da região tanto para seus negócios quanto para suas guerras.

O espaço fronteiriço entre Uruguai e Brasil desde longo tempo é caracterizado por uma profunda e dinâmica interação, aspecto este que o coloca em uma posição distinta onde a construção das relações e das identidades se faz de uma maneira peculiar, assim é importante enfatizar o colocado pela historiadora Ana Luiza Reckziegel (2010) no que toca essa relação entre o estado brasileiro Rio Grande do Sul e o Uruguai:

é importante destacar que o relacionamento entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai foi estruturado em uma região na qual se reconhece uma identidade comum, se bem que subordinada a Estados distintos. Esta área compartilhada desde os primórdios de sua ocupação fez esta região uma zona comum, não propriamente pelo espaço que ocupa, mas sim pela história que as une. Para tanto, a noção conceitual de região com a qual imaginamos esta interação não pode ser vista como algo previamente estabelecido, mas a partir de uma perspectiva de que esta região foi construída ao longo do processo histórico concreto. Nesse sentido, verificamos que se formou nessa zona um espaço de autodeterminação que só pode ser completamente apreendido se levarmos em conta a posição diferenciada do Rio Grande do Sul em relação ao restante do país seja por seu modelo econômico, seja pela peculiaridade de sua fronteira viva em constante movimento (p. 1).

A autora menciona a questão da identidade em comum que permeia este espaço, assim como sua intensa interação que aparece conflituosa em determinados momentos, fazendo com que nossos agentes emergissem neste cenário, agindo tanto de um lado como de outro, dependendo da questão, atuando principalmente em momentos específicos de conturbação política (RECKZIEGEL, 2010, p. 2).

Levando em conta estes fatores que envolvem o aspecto regional acerca do poder político e as redes de relações, tomamos como ponto de reflexão o trabalho de Márcia da Silva (2010) “A rede social como metodologia e como categoria investigativa: possibilidades para o estudo dos “territórios conservadores de poder”; neste, a autora aponta debates sobre a formação destes territórios, onde a contextualização está justamente no dinamismo das relações de poder, não limitando-se a fronteiras político-administrativas legitimando as bases da construção e organização de um espaço conjunto.

Desta maneira, as relações de poder constituem-se a partir de um determinado espaço, fazendo que a interação relacional seja complexa, agindo de forma desigual em determinados casos; assim,

as relações de poder decorrem de interações intencionais ou fortuitas (pessoais e institucionais) entre diversos atores que definem instrumentos de poder diferenciados para os atores políticos potenciais, tornando alguns deles mais capazes de fazer valer seus interesses do que outros, além de conduzir alguns atores potenciais em direção à irrelevância (MARQUES, 2003; apud SILVA, 2010, p. 40).

Ainda acerca deste aspecto regional, naquilo que toca os habitantes da fronteira, buscamos como parâmetro a definição contida no texto “*Propuesta de definición histórica*

para región” de Arturo Taracena (2008); onde o autor coloca que a região não é determinada pelo Estado-Nação e sim por um território com características próprias, um espaço construído no âmbito social, muitas vezes antecedente ao Estado consolidado. Outra questão importante levantada pelo autor é de que a região de fronteira não possui um limite precisamente definido, pois ela está sujeita à temporalidade e a capacidade de sua territorialização, principalmente naquilo que tange as elites regionais e os grupos sociais dominantes.

Retomando a questão acerca das conexões de Aparício e João Francisco, vinculadas estreitamente ao amigo em comum – Abelardo Márquez – podemos perceber o quanto este foi importante para a consagração da citada relação, convertendo seus atributos, principalmente àqueles ligados a política e a interação que mantinha no dito espaço, em crédito na contribuição para a aproximação dos dois chefes, os quais souberam tirar proveito de tal situação para esquematizar seus projetos.

É impossível pensar nesta questão sem mencionar os estudos de Pierre Bourdieu (2008) acerca da “Produção da Crença”, pois com a legitimação das prerrogativas amistosas, Márquez transfere a crença obtida de ambos gerando o “Capital Simbólico” necessário para que a relação de Aparício e João Francisco se solidifique; produzido o mecanismo, este garante certos atributos que não podem ser destruídos, pois, a partir deste sistema – os produtores da crença – desempenham a função ideológica da força, reproduzindo assim a ordem social e a permanência destas relações. No entanto, cada relação é o produto de estratégias complexas, cuja eficácia não depende só da força material e simbólica das partes envolvidas, mas também na habilidade de mobilizar determinado grupo, seja suscitando a compaixão ou a indignação.

Assim, o espaço fronteiriço, além de conformar por si só uma série de relações que ao longo do tempo vão se tornando características deste ambiente, permite que seus habitantes se relacionem em uma dinâmica diferente de outros locais fazendo com que práticas sociais distintas e neste caso, em uma esfera que abarca as relações de poder em prol de objetivos que por sua vez acabam por abarcar um elo de situações que se apresentam de diferentes maneiras, sendo a principal delas, a política.

Desta maneira, podemos nos balizar no historiador francês Pierre Rosanvallon (2010); onde este define o político e sua relação política como múltiplos fios que tecem uma trama e assim conferem um quadro geral envolvendo discursos e ações, remetendo a um todo dentro de uma sociedade, além de uma compreensão do político como seguimento da política através do que é denominado como “racionalidade política”, onde todo o sistema é operado por via das representações adquirindo um caráter complementar à História das Mentalidades, das

Ideias e mesmo dos acontecimentos, com os quais reconhece a necessidade de dialogar e interagir.

A partir destas prerrogativas é que partiremos para o próximo capítulo, objetivando demonstrar o quanto as amplas relações sociais associadas a um processo de territorialização, garantiram a liderança de Saraiva na referida região fronteiriça entre Brasil e Uruguai.

CAPÍTULO 4

A “FRONTEIRA-INDIVÍDUO”: A TERRITORIALIZAÇÃO DO PODER A PARTIR/ATRAVÉS DO SUJEITO

Muitos trabalhos já abordaram o aspecto regional fronteiriço em suas mais diferentes formas. O caso da fronteira entre o estado brasileiro do Rio Grande do Sul e a nação vizinha da República Oriental do Uruguai fomentou durante os últimos anos um número expressivo de pesquisas, que de modo geral refletiram acerca do papel político e social desta fronteira, acordando a mesma como um espaço de intenso movimento e conflitos constantes.

O que pretendemos demonstrar nesta parte foi desenvolvido a partir de uma interpretação nossa que direcionada ao objeto estudado contribuirá de certa maneira na ampliação e reflexão sobre o conceito de fronteira, principalmente naquilo que diz respeito às territorialidades ligadas às relações de poder.

Como é bem sabido, os *blancos* de Aparício Saraiva mantinham total controle sobre três dos cinco Departamentos fronteiriços entre Uruguai e Rio Grande do Sul, isto dava ao chefe nacionalista uma profunda mobilidade neste espaço, capaz de articular-se nos mais diversos setores, desde os negócios com o gado até os subsídios revolucionários.

Para isto, Saraiva precisou organizar uma rede de relações que ultrapassava a linha imaginária do Estado-Nação que divide Uruguai e Brasil, passando a fazer parte de uma trama na qual o capacitava a territorializar esta região fronteiriça.

Neste sentido, a trama de contatos desenhada nesta região conforma um tecido de influências que movidos em torno de distintos objetivos configuram nódulos de poder e neste contexto é que se configuram as relações sociais sendo profundamente marcadas por um discurso relacional condescendente a este determinado espaço social-geográfico onde as representações adquirem um importante papel dentro destas relações, sejam ela do cunho político, econômico ou meramente associativo.

Em suma, abordaremos aquilo que tange nosso objeto acerca do fenômeno social no qual estava inserido, o caudilhismo. Proporcionando uma análise que traga uma melhor compreensão no que diz respeito à configuração das relações sociais que pautadas por um

sistema de redes integradas a região fronteira entre Brasil e Uruguai tornaram possível à liderança de Aparício Saraiva a partir da territorialização deste espaço.

Neste sentido, cabe aqui mencionar a modo de exemplificação, a relação que se formou entre Aparício Saraiva e o comandante do 2º Regimento de Cavalaria e responsável pela guarda da fronteira, João Francisco Pereira de Souza, relação esta intermediada por outro agente de significativa importância, o chefe político da cidade de Rivera, Abelardo Márquez.

A relação entre Aparício e João Francisco foi amplamente investigada e discutida por Luis Eduardo Coronel Maldonado (2009). Em sua obra, o autor disponibiliza um apêndice documental referente à “*Memoria de la Legación de Uruguay en Brasil haciendo referencia a su actuación durante el alzamiento de 1903 y la guerra civil de 1904*”⁶⁹, escrito então pelo Ministro Plenipotenciário do Uruguai no Brasil, o Dr. Federico Susviela Guarch para o Ministro de Relações Exteriores do Uruguai, o Dr. José Romeo a 17 de dezembro de 1904.

Neste documento, elaborado pelo Ministro Susviela Guarch no ano de 1904 e disponibilizado por Coronel Maldonado (2009), está constituído de um relatório de suas atividades durante as referidas insurgências, tratando principalmente de conferenciar-se com o comandante João Francisco. No documento, Susviela Guarch (1904 [2009]) escreve que as relações de Aparício e João Francisco são de “pública notoriedade” (p. 201), pois desde meados de 1896 esta amistosidade já vinha sendo traçada e que João Francisco “apoia decididamente a revolução, a prestando todo gênero de auxílios” (p.202).

Apesar dos diversos encontros entre o Ministro Susviela Guarch e o comandante João Francisco na cidade de Santana do Livramento, as cobranças de neutralidade feitas pelo então Ministro não surtiram o efeito desejado, visto que no decorrer da campanha de 1904, os auxílios provenientes do quartel do Caty continuavam a prover as tropas rebeldes de Aparício. Ainda segundo este relatório, a intensão do então presidente do Rio Grande do Sul, Antônio Augusto Borges de Medeiros, era de se manter neutro à revolução uruguaia, chegando até mesmo a convocar por diversas vezes o comandante João Francisco a prestar esclarecimentos em Porto Alegre (SUSVIELA GURACH, 1904 apud. CORONEL MALDONADO, 2009).

No entanto, a cobrança de Borges de Medeiros não surtiu o efeito desejado, visto que João Francisco havia também territorializado seu espaço de poder, controlando assim a região fronteira com o respaldo de ser membro do Partido Republicano Riograndense, prestando desta maneira, os supracitados auxílios a Aparício Saraiva e seus exércitos.

⁶⁹Memória da Legação do Uruguai no Brasil fazendo referência a sua atuação durante o alçamento de 1903 e a guerra civil de 1904 [Tradução nossa]. In: CORONEL MALDONADO, Luis E. 1904: *Aparício y los diplomáticos*. Montevideo: Trandico, 2009, p. 195-231.

Através da territorialização do poder no espaço fronteiriço obtida por Saraiva, a influência do caudilho passou a ser inconteste, até quando o mesmo não se fazia presente, pois a partir das costuras feitas por outros agentes a situação representada na pessoa de Aparício já era o suficiente para ampliar e difundir a “soberania” do caudilho sobre o território.

Mesmo que o território “dominado” por Saraiva seja representado por uma nesga no espaço fronteiriço entre Uruguai e Brasil, este poder estava passível de uma extensão, visto a capacidade de atuação do caudilho no jogo de influências. Neste caso, chamaremos esta situação de “relação costurada”, pois mesmo sem conhecer pessoalmente os Presidentes do estado do Rio Grande do Sul em seus distintos momentos (Júlio de Castilhos e posteriormente, Borges de Medeiros).

Aparício fez-se conhecer por uma costura alinhavada por João Francisco, onde este atuava como um elo, unido os dois pontos convergentes de poder, fazendo com que Saraiva agisse sem maiores entraves em sua área de influência, apesar da discrepância de ideias entre Borges de Medeiros e João Francisco, onde este segundo agia livremente conforme mencionamos acima, apesar das contestações do presidente do Estado.

No trabalho de Ivo Gaggiani (1997), o autor relata um encontro entre João Francisco e Aparício sob o intermédio de Márquez ocorrido no ano de 1896. Este encontro tinha por objetivo estreitar as relações entre os dois agentes, permitindo que ambos obtivessem vantagens em prol de seus interesses. Para Aparício, estas vantagens seriam o apoio e complacência do governo de Júlio de Castilhos no Rio Grande do Sul e o fornecimento de subsídios militares por João Francisco (CAGGIANI, 1997, pp. 87-89).

Feito isto, João Francisco deu ciência do caso a Júlio de Castilhos que por sua vez aprovou o apoio ao chefe *blanco* dando total liberdade para que Aparício se movesse também pelo território sul-riograndense, assim como o provimento de armas e munições por parte de João Francisco. No caso desta última concessão, Caggiani (1997) menciona um carregamento de “dez mil tiros” presenteados a Saraiva por parte de João Francisco (pp. 90-91).

Desta maneira, tratamos o caso como uma “fronteira-indivíduo”, onde o próprio sujeito, a partir de suas relações pode balizar sua atuação dentro de uma territorialização do poder, que ao mesmo tempo que estanque, concentrada em um determinado ponto, pode ser elástica e estendida por meio de elos conformadores de relações.

Indiferente às fronteiras nacionais, Aparício tratou de territorializar seu próprio espaço, atuando a partir de um centro e ampliando seu campo de influência, fazendo com que sua pessoa fosse reconhecida em outros pontos através de uma representação de liderança,

seja ela validada por outros líderes locais ou até estaduais como no caso do Rio Grande do Sul, mesmo que este reconhecimento não seja oficial perante a nação brasileira.

O que vale destacar então é esta trama estendida configurada por Saraiva e demais agentes, onde o caudilho não reconhecia a fronteira propriamente dita como um empecilho para si já que este espaço estava mantido sob uma configuração a parte dos Estados-Nacionais, um território conformado por inúmeras relações sociais, representativas, simbólicas e de reconhecimento, fazendo com o que resolvemos chamar aqui de “fronteira-indivíduo” fosse o maior trunfo de Saraiva referente à sua atuação, onde a fronteira se ampliava até onde a influência do caudilho se alargava.

Deste modo, propomos nesta parte uma reflexão teórica a partir do conceito de territorialização calcado nas relações sociais de poder. A análise deste aspecto foi de suma importância para compreendermos e ampliarmos o entendimento acerca do fenômeno social conhecido como caudilhismo. Neste ponto, além da aplicação ao caso de Aparício Saraiva, pretendemos que a meditação sobre a “Fronteira-Indivíduo” se estenda e sirva de mote de análise em outros casos se pertinentes forem.

A “Fronteira-Indivíduo” perpassa por uma simples lógica. Muito além do espaço fronteiro entre Brasil e Uruguai transitado por Saraiva, a “fronteira”, se encontra no próprio sujeito, isto é, o ator, através de suas relações tem a capacidade de ampliar sua malha territorial, mesmo que não esteja pessoalmente em referido território.

Neste sentido, as relações sociais são fator culminante neste aporte, já que são delas que provêm o “*mana*”⁷⁰ da territorialização de um determinado espaço. No entanto, antes de aprofundarmos mais nossa análise, se faz necessária uma conceitualização entre estes dois termos que frequentemente usamos ao longo deste trabalho, território e espaço.

Para a geografia humana, a conceitualização destes dois termos é bem simples. Enquanto o espaço é gerado naturalmente, o território é formado a partir de uma ação humana, seja ela em forma de instituição, comunidade ou indivíduo. Uma boa explicação acerca do que comentamos sobre território é dada por Álvaro Heidrich (2010), onde este escreve que “a consideração de que as relações estruturantes da territorialidade nem sempre são políticas, mas antes destas, sociais, cotidianas, diferindo a análise das tradicionais compreensões da territorialidade vinculadas ao Estado-nação” (p. 27).

⁷⁰Por “*mana*”, tomamos o conceito desenvolvido por Marcel Mauss (2003), onde qualquer relação social pode atribuir um determinado aspecto, que se aplicado a distintas situações reproduz a essência necessária, o aporte estrutural para o desenvolvimento e ações de um agente (p. 47-178).

Um exemplo interessante para ser dado ainda acerca de espaço e território, e que não foge de nosso meio de estudo é a questão referente ao espaço platino, visto que este é natural e abrange grande parte da América do Sul pelo extenso número de afluentes que formam uma cadeia que de uma maneira ou de outra tem no Rio da Prata sua foz. Neste caso, a territorialização pode ficar por conta da mesma questão natural, produzindo uma fronteira com outros espaços naturais e o mais comum que é a territorialização institucional por conta dos Estados nacionais.

Já havíamos mencionado que o território ultrapassa a questão institucional e que as relações sociais são a base para nossa análise, não obstante, outro ponto importante para compreendermos a liderança de Aparício Saraiva se relaciona a paisagem habitada pelo caudilho, o pampa.

A imensa paisagem de estepes gramíneas que compreende o sul do Estado brasileiro do Rio Grande do Sul e que abrange em sua totalidade a República Oriental do Uruguai estendendo-se por grande parte da República Argentina não é somente um formidável criadouro de rebanhos, se não, um lugar de imensa interação entre pessoas e animais, interação esta que por motivos semelhantes nos três países, ajudou a conformar o tipo humano habitante destas pradarias, o gaúcho ou *gaucho*.

Entender o território como um fio condutor daquilo que pretendemos com base nas relações sociais de poder e na paisagem, onde estas criam vínculos entre homens e natureza produzindo assim o esquema necessário de liderança a partir de um liame de representações que dentro de um espaço territorializado vai formando conexões gradativas ponderadas especialmente a uma matriz que Paulo César da Costa Gomes (2002) chama de “genoespaço”, isto é, a relativa à vivência comunitária e orgânica (GOMES, 2002, p. 83).

Para Raffestin (1993), “toda relação é campo para o surgimento do poder”, nele são organizados os elementos e as configurações para que em determinado momento se possa experimentá-lo, neste sentido o poder é medido através de uma linha de energia desprendida para fortalecer os laços somados a um conjunto de informações, sendo assim, a malha tecida por meio destas relações tende a ser uma combinação caracterizada por um exercício constante de tensão e intensão (p. 53).

4.1 Família, comunidade e partido

O aporte familiar foi de fundamental importância na consolidação da liderança de Aparício frente à comunidade na qual este estava inserido. Este processo deu-se

especialmente ao grande número de familiares envolvidos em suas contendas. De 1896 a 1904 os irmãos Saraiva envolveram-se profundamente na política uruguaia, sobretudo, na região fronteiriça entre Brasil e Uruguai.

Não nos deteremos aqui aos irmãos Basilio e José Saraiva, pois ambos eram afiliados ao Partido Colorado, sendo assim, antagonistas aos outros irmãos. O que nos interessa são os demais irmãos de Aparício; Gumercindo, Antônio Florício (*Chiquito*), Francisco (*Pancho*) e Mariano, que, de certa forma, garantiram sua liderança política em meio à comunidade na qual viviam e exerciam forte influência.

Gumercindo, mesmo que já falecido, continuou a fornecer o elo que mantinha Aparício ligado a seus antigos companheiros sul-riograndenses. Por meio de Gumercindo que Aparício aproximou-se de figuras como Torquato Severo, Estácio Azambuja e Manuel Macedo, personagens estes que se tornariam de fundamental importância durante as campanhas militares de Aparício, como também, nas questões comerciais abarcando os rebanhos equinos e bovinos.

Para elucidar um pouco deste envolvimento, trouxemos momentos distintos onde aparecem envolvidos estes três personagens. O primeiro a ser referido é o general Torquato Severo, que no decorrer da Revolução Federalista (1893-95) comandou a vanguarda de Aparício Saraiva durante o cerco da cidade paranaense da Lapa.

Em carta de 12 de maio de 1897, a esposa de Aparício, a senhora Cândida Diaz, se diz preocupada com o alto índice de furtos as cavalcadas na região e que se Aparício precisar ela entrará em contato com Torquato para enviar-lhe uma tropilha. Assim ela escreve: “*los caballos si tu quieres yo hablo con Torcuato y mando para ya*”⁷¹ (DIAZ, 1897). Reforçando a participação de Severo na contenda de 1897, o documento intitulado “*Lista de la distribución de ropa a las fuerzas de Saravia*”⁷², mostra uma relação de roupas e apetrechos a serem enviados para o exército de Aparício, juntamente com 160 homens, supostamente para inserirem-se na luta.

É sabido, que a família de Aparício possuía uma chácara nas cercanias da cidade de Bagé, adquirida ainda em 1896 para organizar o levante armado daquele ano e que para gozar de tranquilidade no lado brasileiro, Aparício deveria estabelecer novos contatos, como no caso de sua aproximação com o comandante de fronteira João Francisco Pereira de Souza

⁷¹Os cavalos se tu quiseses eu falo com Torquato e os mando para já [Tradução nossa]. DIAZ, Cândida. **Carta a Aparício Saraiva**, 12 de maio de 1897. *Archivo General de la Nación* (AGN). Arquivo Aparício Saraiva. Caixa família de Aparício Saraiva, pasta correspondências. Documento sem número de indicação.

⁷²Lista de distribuição de roupas as forças de Saraiva [Tradução nossa]. SEVERO, Torquato. **Lista de roupas e apetrechos**, 1897. *Archivo General de la Nación* (AGN). Arquivo Aparício Saraiva. Pasta 2, documento 49. Na lista, estão presentes artigos como: camisas, bombachas, alpargatas, ceroulas, ponchos e arreios.

(MENA SEGARRA, 1998, p. 60), assim como reafirmar antigos vínculos, especialmente no que toca ao chefe Federalista da região, o pedritense, Torquato Severo.

O tenente-coronel Federalista Estácio Azambuja, figura destacada nas revoluções de 1893 e 1923, de maneira mais discreta, mantinha relações comerciais com Aparício, principalmente ao se tratar da reprodução e criação de cavalos. Em carta de sua estância na Carpintaria⁷³ datada de 25 de junho de 1897, Azambuja solicita a Aparício um bom reprodutor para procriação, e ao que tudo indica, seus reprodutores haviam sido levados para servirem de montaria na revolução do lado uruguaio (AZAMBUJA, 1897).

No entanto, o intuito da correspondência não refere-se em primeiro momento a mencionada solicitação. Azambuja pede para que Aparício lhe envie uma portaria, autorizando o transporte de uma carroça com “miudezas” da casa de seu sogro na localidade de *Mangrullo*⁷⁴ em *Cerro Largo* até a sua estância na Carpintaria. Neste sentido, Azambuja escreve:

tenho necessidade de mandar até a estância de meu sogro, nos Mangrulhos, uma carroça para trazer-me umas miudezas que lá tenho. Rogo-vos, pois, mandar-me uma portaria para que gente de vosso exército respeitem o condutor e os cavalos que a puxam⁷⁵ (AZAMBUJA, 1897).

Esta situação evidencia com clareza o poder de Aparício sobre a região, e até onde as relações sociais de poder estão aptas a ir. Pois, além dos tramites comerciais relativos à procriação de equinos, Estácio Azambuja, notado chefe Federalista, reconhecendo o “domínio” de Aparício solicita a segurança do mesmo para mover-se em seu território, reconhecendo assim sua influência.

Por último, trazemos como exemplo, e talvez, o mais significativo deles a respeito da efetiva participação de Federalistas ligados primeiramente a Gumerindo nas insurreições de Aparício no Estado Oriental, trata-se do coronel Manuel Macedo, conhecido como Fulião. Macedo participou ativamente da Revolução de 1904, chegando até mesmo a ser destaque em reportagem da revista argentina *Caras y Caretas* de 7 de maio de 1904.

Na reportagem intitulada “*La Revolución Oriental*”, o coronel Fulião aparece de forma realçada em foto solo e em outra juntamente com seus três filhos, como podemos observar nas imagens a seguir:

⁷³Localidade situada no Município de Bagé, na margem direita do Rio Negro.

⁷⁴Localidade próxima ao hoje Município de Aceguá.

⁷⁵AZAMBUJA, Estácio. **Carta a Aparício Saraiva**, 25 de junho de 1897. *Museo Historico Nacional* (MHN). Coleção Diego Lamas. Tomo 275, documento 106.



EL COMANDANTE MANUEL J. MACEDO
(FULIÃO)

Figura 2: Coronel Manuel Macedo (Fulião).

In: **Caras y Caretas**. 7 de maio de 1904, nº 292, Ano VII, p. 46. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional da Espanha. Fonte: <<http://hemerotecadigital.bne.es/issue.vm?id=0004175896&page=46&search=&lang=es>>. Acesso em 06 jan. 2015.



EL CORONEL FULIÃO Y SUS HIJOS

Figura 3: Coronel Manuel Macedo (Fulião) e seus filhos.

In: **Caras y Caretas**. 7 de maio de 1904, nº 292, Ano VII, p. 46. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional da Espanha. Fonte: <<http://hemerotecadigital.bne.es/issue.vm?id=0004175896&page=46&search=&lang=es>>. Acesso em 06 jan. 2015.

Estes elos construídos primeiramente por Gumercindo foram herdados e mantidos por Aparício como uma maneira de continuidade no estabelecimento das relações. Mesmo que o poder houvesse trocado de lado no Rio Grande do Sul com a vitória Republicana sobre os Federalistas, e a fronteira fosse controlada com mão de ferro pelo comandante João Francisco Pereira de Souza, os líderes e chefes Maragatos continuavam a exercer sua influência mesmo que de maneira reduzida, porém, com eficácia e ativa participação.

Durante o período estudado, os irmãos Saraiva gozavam de grande prestígio em meio à região fronteiriça. Possuidores de estâncias tanto no Uruguai como no Brasil, a influência destes irmãos também alastrava-se, principalmente pelos Departamentos uruguaios de *Treinta y Tres*, *Cerro Largo* e *Rivera* e seus adjacentes Municípios fronteiriços em solo brasileiro, Santa Vitória do Palmar, Arroio Grande, Bagé, Dom Pedrito e Santana do Livramento. Referente à grande quantidade de terra mantida pelos Saraiva, John Chasteen (2003) revela o modo como estas foram obtidas pelo patriarca Francisco Saraiva, gerando assim posteriormente, as estâncias dos irmãos Saraiva (p. 130).

No entanto, depois de Gumercindo, o irmão mais logrado de prestígio junto à comunidade fronteiriça era Antônio Florício, o popular *Chiquito*. Uma vez delegado de polícia na 9ª seção de *Cerro Largo*, *Chiquito* adquiriu enorme prestígio junto aos camponeses da região, prestígio este que foi fundamental em 1896 para a organização do “*Club Gumersindo Saravia*” e posteriormente na coordenação militar da Revolução de 1897.

Assim, José Virginio Díaz (1920) escreve que,

Chiquito Saravia, con el objeto de secundar los trabajos políticos de Aparício, habia renunciado el cargo de comissário de policia que ejercia en la sección del Departamento de Cerro Largo, donde tenían su establecimiento de campo tanto él como Aparicio. Varios años habia desempeñado Chiquito el puesto oficial que renunciara, habiéndose captado la estima de todo el vecindario, por sus bellas prendas personales, y por ser en extremo caritativo con el pobrério de los ranchos de su sección, para el cual mensualmente carneaba algunas reses de su estancia. Protegía a los individuos desocupados, recomendándolos a los hacendados con quienes mantenía relaciones, a fin de darles trabajo en yerras, apartes, trazado de alambrados, tropas, cortes de pajonales, etc⁷⁶ (p. 51).

Virginio Díaz (1920) ainda segue mencionando o profundo prestígio de *Chiquito* junto aos camponeses e aos *blancos* insatisfeitos com a chefia departamental de Justino Muniz e que eram raras as pessoas que conheciam os feitos de Aparício na campanha pelo Brasil. No entanto, a insatisfação da maioria da sociedade junto a Muniz, somada ao prestígio de *Chiquito*, consagraram Aparício como o novo chefe *blanco*, sobretudo daqueles partidários dissidentes que viam em Aparício a chance de confrontar Muniz e a hegemonia colorada (p.52-53).

⁷⁶Chiquito Saraiva, com o objetivo de colaborar com os trabalhos políticos de Aparício, havia renunciado o cargo de delegado de polícia que exercia na seção do Departamento de Cerro Largo, onde possuíam seus campos, tanto ele como Aparício. Chiquito, havia desempenhado por vários anos o posto oficial que renunciara, havendo-se captado a estima de toda vizinhança por seus belos dotes pessoais e por ser extremamente caridoso com os pobres dos ranchos de sua seção, para os quais mensalmente carneava algumas reses de sua estância. Protegia os indivíduos desocupados, recomendando-os aos fazendeiros com quem mantinha relações, a fim de dar-lhes trabalhos em marcações, apartes, traçados de arames, tropas, cortes de pastagens etc. [Tradução nossa].

Chiquito veio a falecer na Revolução de 1897, no combate conhecido como “*Batalla de Arbolito*”, contudo, a ele se deve a organização, coordenação e recrutamento do numeroso exército de Aparício e principalmente, o estabelecimento da chefia deste na região fronteiriça (MENA SEGARRA, 1998, p. 60).

Outro irmão que merece ser referenciado é Francisco Saraiva, conhecido por *Pancho*. Tido como o menos envolvido militarmente durante as insurreições, *Pancho* notabilizou-se pelo seu compromisso frente ao diretório do Partido Nacional em *Cerro Largo* e em *Treinta y Tres*, onde acabou tornando-se o chefe político deste último após 1897, ficando assim reconhecido pela forte mobilização política nos distintos Departamentos⁷⁷.

No entanto, assim como os demais irmãos, acabou por aderir militarmente às revoluções de 1897 e 1904. Em 1897 comandou a Divisão departamental de *Treinta y Tres*, e em 1904, ficou a cargo da 10ª Divisão do Exército Nacional. *Pancho* faleceu logo após a Revolução de 1904 em decorrência de ferimentos em combate⁷⁸.

Dos irmãos Saraiva que apoiaram Aparício em suas sublevações, Mariano era o mais jovem. Assim como *Chiquito*, acompanhou Aparício e Gumercindo durante a Revolução Federalista (1893-95). Sua área de concentração de influência era o Departamento de *Tacurembó* e de lá que arregimentou e comandou em 1897 e 1904 a 11ª Divisão do Exército Nacional (UMPIÉRREZ, 2007, 34).

Em carta de 1897, supostamente no decorrer da revolução organizada por Aparício e *Chiquito*, Mariano ainda se mostrava ativo em sua mobilização, comunicando a Aparício suas adesões, no entanto, os contratempos para as incorporações também aparecem na mensagem. Neste sentido ele escreve que,

[...] le diré que hay mucha gente que quiere ir pero no tienen caballos y se no sale la paz yo buscaré los recursos para yebarlos [sic] conmigo y uma bez [sic] baya [sic] enseguida yebaré [sic] como unos quince que estan aqui. Sin mas, espero sus ordenes⁷⁹ (SARAIVA, 1896).

Depois da malograda Revolução de 1904 e do falecimento de Aparício, Mariano mudou-se para sua estância de Poncho Verde no Município de Dom Pedrito no Rio Grande do

⁷⁷Informações obtidas junto ao sítio da família Saraiva na internet. Disponível em: <<http://www.sitiosaravia.com/biografias6.html>>. Acesso em 06 jan. de 2015.

⁷⁸Idem.

⁷⁹Direi-lhe que há muita gente que quer ir, porém, não possuem cavalos e se não sair a paz eu vou buscar recursos para levá-los comigo e uma vez vaia, em seguida levarei como uns quinze que estão aqui [Tradução nossa]. SARAIVA, Mariano. **Carta a Aparício Saraiva**, S/D 1897. *Museo Historico Nacional* (MHN). Coleção Diego Lamas. Tomo 275, documento 138.

Sul onde dedicou-se as tarefas rurais de sua propriedade. Faleceu aos 49 anos de idade em 1917 na cidade de Santana do Livramento, onde também foi sepultado⁸⁰.

Além dos irmãos de Aparício, seus filhos também participaram ativamente de seus movimentos armados, sobretudo, Nepomuceno e Aparício Filho. Ambos comandaram a 9ª Divisão que em sua maior parte trazia gente do Departamento de *Cerro Largo*, supostamente já conhecidos da família (UMPIÉRREZ, 2007, p. 33).

A participação familiar nos levantes armados comandados por Aparício, a base de relações mantidas a partir de sua participação na Revolução Federalista (1893-95), assim como as novas relações construídas com apoio na reconfiguração política do Estado do Rio Grande do Sul nos fazem perceber que as estratégias de poder adotadas pelo líder *blanco* baseava-se na conformação de um grupo composto por membros da sociedade fronteiriça entre Uruguai e Brasil.

Mesmo que os membros, em tese, não interagissem diretamente entre si, estes faziam parte de uma estrutura multilateral no exercício do poder, assim, Raffestin (1993) admite que existam “uma infinidade de campos de poder em um sistema social em razão da multiplicidade das relações possíveis” (p.64). Neste sentido, a rede construída por Aparício perpassa por várias linhas de relacionamento, onde cada uma necessita de um exercício diferente do poder.

Seguindo este raciocínio e atribuindo uma conotação política a sociedade fronteiriça, que no referido período passava por um momento conturbado tanto no Uruguai como no Brasil, percebemos que as relações entre Saraiva e os demais são meramente comuns ao tempo que a conformação humana em um território ou espaço constitui determinada sociedade.

A associação entre família e sociedade faz evocar um bem comum em nome do Partido Nacional, que simbolizado por Aparício é revestido de distintas interpretações políticas, faz da comunidade um agente atuante por via das relações sociais, reconhecendo então esta atitude política diante dos acontecimentos, sendo então, o partido político “um elemento de reconhecimento de ideais” e formador do poder e afinidades que dele emanam (CHARLOT, 1982, p. 13).

⁸⁰Informações obtidas junto ao sítio da família Saraiva na internet. Disponível em: <<http://www.sitiosaravia.com/biografias4.html>>. Acesso em 06 jan. de 2015.

O historiador francês Pierre Rosanvallon (2010) esboça com segurança esta reflexão partindo do ponto de uma compreensão das ações políticas na compreensão do *político* como agente comum da vida cotidiana, assim, o autor assinala,

compreendo o político ao mesmo tempo a um campo e a um trabalho. Como campo, ele designa o lugar em que se entrelaçam os múltiplos fios da vida dos homens e mulheres; aquilo que confere um quadro geral a seus discursos e ações; ele remete à existência de uma “sociedade” que, aos olhos de seus partícipes, aparece como um todo dotado de sentido. Ao passo que, como trabalho, o político qualifica o processo pelo qual um agrupamento humano, que em si mesmo não passa de mera “população”, adquire progressivamente as características de uma verdadeira comunidade (p. 71-72).

E com esta reflexão de Rosanvallon (2010) onde se atribuem traços políticos a uma sociedade é que passamos para a próxima parte, onde discutiremos a relação de Aparício com o meio em que vivia, aprofundando assim nossa perspectiva de territorialização de espaço com base no eixo estrutural “sociedade e paisagem”, atribuindo os valores das relações sociais de poder, dos aspectos simbólico-culturais e da própria formação natural pampeana da qual a região fronteiriça faz parte.

4.2 Das relações sujeito, sociedade, paisagem: território e relações sociais de poder

O efeito que a imagem de Aparício produzia frente aos seus correligionários foi por diversas vezes citado em inúmeros trabalhos, algumas destas obras já demonstramos no primeiro capítulo deste trabalho. No entanto, o que pretendemos aqui é relacionar a imagem de Aparício não apenas a de seus partidários, como também ao meio natural em que ambos são frutos, o espaço pampeano que conforma a região fronteiriça entre Brasil e Uruguai, local este onde Aparício e seus *paisanos* atuaram.

Para melhor explicar o condicionamento do poder de Aparício frente as suas hostes, utilizamos a já citada obra de Claude Raffestin (1993), onde este aborda as formas de poder de acordo com o tipo populacional de uma sociedade. O autor coloca que o primeiro domínio do poder é justamente representar um tipo específico de população e neste sentido, Raffestin (1993) destaca a importância desta dizendo que a mesma, “é concebida como um recurso, um trunfo, portanto, mas também como um elemento atuante. A população é mesmo o fundamento e a fonte de todos os atores sociais, de todas as organizações” (p. 67).

O autor ainda menciona que a população é um “estoque de energia” pronto para ser utilizado quando conveniente for, porém, para este “estoque” estar sempre à disposição do mantenedor do poder, este deve investir um “alto custo” em sua manutenção (RAFFESTIN, 1993, p. 69).

No caso de Saraiva, o “custo” a ser desprendido era o de se legitimar como representante político da população camponesa em meio à sociedade fronteiriça, fazendo da incitação cultural imbricada no modo de vida campesino de seus *paisanos* a organização homogeneizadora de estruturação do poder, validando assim sua liderança em meio aos demais.

O aspecto de homem do campo incorporado a Aparício tinha um alto valor frente à população fronteiriça. Este era reconhecido e autenticado, corroborando assim para uma economia de bens simbólicos como expressa Pierre Bourdieu (2008) em sua obra “A produção da crença”. Neste, o autor menciona aspectos como o carisma e a graça como bens pessoais, percebidas como propriedades do próprio indivíduo, “a qualidade própria de um ser que atrai para ele a confiança e se exerce, sob a forma de autoridade protetora sobre quem se fia nele” (p. 208).

Neste campo, conforme Bourdieu (2001), o exercício do poder se realiza por meio de uma competência de atuar em nome de outros, agindo como um porta voz do grupo e em retribuição, este grupo o legitima e reconhece sua palavra no meio político, fazendo disto uma mobilização conjunta (p. 88).

Assim, o líder político obtém seu poder e influência sobre determinando grupo através da crença nele empregada atribuindo-lhe os créditos necessários para tal “domínio” o que para Bourdieu (2001) se resume no “capital político”, assim,

o capital político é uma forma de capital simbólico, crédito fundado nas inúmeras operações de crédito pelos quais os agentes conferem a uma pessoa (ou a um objeto), socialmente designada como digna de confiança dos poderes que lhe reconhecem (p. 90).

Este efeito fazia com que Saraiva atraísse um grande número de sectários para suas empreitadas, agindo por muitas vezes de forma emblemática a ponto de conquistar os mais diversos tipos de pessoas, desde intelectuais montevideanos aos *paisanos* da campanha. No entanto, nosso objetivo aqui não é o de demonstrar o quanto de pessoas Aparício aglutinou em sua volta, mesmo que isso seja de fundamental importância ao analisarmos questões referentes ao caudilhismo, o que nos toca sim, é a emblemática relação que se produziu entre

o caudilho e seus partidários permeados pela paisagem e o *modus vivendi* pampeano fronteiriço.

Durante o processo histórico que envolve a fronteira uruguaio-brasileira, o recrutamento e mobilização de tropas militares em torno de um caudilho possui um papel destacado. Líderes político-militares de ambos os países com frequência buscaram na região fronteiriça um meio de fortalecerem suas hostes, fazendo desta zona um lugar de constante inquietação e violência, como afirma Chasteen (2003, p. 47).

O modo de vida do fronteiriço facilitava essa aptidão para a guerra. A rudeza em que viviam isolados pela campanha, fez do gaúcho/*gaucho* fronteiriço o sujeito eficaz para o tipo de guerra empregada nas revoluções, pois, a “guerrilha a moda gaúcha” necessitava, sobretudo de homens com agilidade na montaria e boa quantidade de cavalos. Assim, Chasteen (2003) ressalta que,

as habilidades exigidas de um homem nas estâncias na década de 1890, domínio e resistência no dorso de um cavalo e destreza no manejo de uma lâmina, eram exatamente as exigidas na estratégia das cavalarias ligeiras da “guerra gaúcha” das *montoneras* [...] e como sempre, a própria fronteira já era um refúgio e uma base de operações para os insurretos (p. 52).

Sendo assim, vista essa consideração, passamos então ao aspecto de atuação dos fronteiriços nas revoluções de Aparício Saraiva. Nesta relação para com os correligionários tomamos como exemplo alguns subchefes do interior uruguaio e suas tropas que se organizaram em torno de Aparício durante seus levantes armados.

Como já fora mencionado, a figura do chefe político de *Rivera*, Abelardo Márquez foi de fundamental importância nas sublevações de Aparício, atuando como comandante geral da fronteira em tempos de guerra. Além do chefe *riverense*, o coronel Enrique Yarza representante do Departamento de *Rocha*, comandou o esquadrão *rochense* em 1897 e em 1904 comandou a Divisão *Cerro Largo*, ajudou a Aparício na organização do Exército Nacionalista no Brasil; em 1901, foi designado chefe político de *Cerro Largo* (UMPIÉRREZ, 2007, p. 99).

Daremos também destaque aos coroneis Juan Francisco e Antonio Mena, especialmente durante a insurreição de 1897. Os irmãos Mena foram fundamentais agentes, sobretudo no Departamento de *Treinta y Tres*, atuando também nas cidades sul-riograndenses de Bagé e Santana do Livramento onde possuíam propriedades e familiares no intuito de levantarem recursos para o movimento nacionalista (FERNANDEZ SALDAÑA, 1945, p. 828).

Estes agentes envolveram-se e mobilizaram recursos diversos para as revoluções comandadas por Aparício, objetivamos compreender desta maneira o intercâmbio de relações existente na sociedade fronteiriça e de como elas se afunilaram até convergirem na pessoa do general Aparício Saraiva.

Como já antes dito, Abelardo Márquez atuou de forma profícua junto a Aparício na conformação de estratégias e arrecadação de recursos, chegando até mesmo a ser considerado “amigo” do Rio Grande do Sul e a conceder entrevista à folha oficial do Estado, como bem expõe este jornal órgão do Partido Republicano Riograndense, *A Federação*⁸¹.

Abelardo também recorria às cidades no Rio Grande do Sul livremente atrás de subsídios para a revolução. Em carta a Aparício, o chefe *riverense* diz estar a caminho de Pelotas e Rio Grande para conseguir munições. Assim, Márquez escreve:

inmediatamente iré a Bagé para conseguir de un amigo de alli transporte sin perdida de tiempo a Pelotas o Rio Grande em busca de diez mil tiros de winchester que me aseguraron habia en una de estas ciudades. Dada la emergencia con que he hecho este pedido, espero tener esos tiros en Guavijú dentro de seis dias o poco más⁸² (MÁRQUEZ, 1897).

Outra ação de Márquez era o recolhimento do dinheiro enviado pelo Comitê Revolucionário⁸³ sediado em Buenos Aires e respectivamente o seu uso comprando os víveres necessários para a ocasião. Em outra correspondência a Aparício, Márquez escreve neste sentido:

hoy a las 4 pm recebi contestación a mi telegrama a Golfarini diciendome él que se remitía la suma pedida a Pelotas por no haber sucursal de banco en esta. Estoy disponiendo entonces la compra de los artículos que consisten en frezadas, bombachas, calzoncillos, camisas y tricotas cuyas clases y precios conocerá Su Excelencia cuando le lleve los detalles⁸⁴ (MÁRQUEZ, 1897).

⁸¹A manchete noticia a compra de uma estância por parte de Márquez, mencionando que este é “amigo de nossa terra” (A Fazenda do Umbú. *A Federação*, 5 de janeiro de 1904, nº 4, p. 1). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&PagFis=14535&Pesq=abelardo%20marquez>>. Acesso em 10 jan. 2015. A entrevista de Abelardo Márquez concedida em visita a Porto Alegre pode ser vista em Emigrados Orientaes. *A Federação*, 11 de fevereiro de 1904, nº 35, p. 2. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&PagFis=15019&Pesq=abelardo%20marquez>>. Acesso em 10 jan. 2015.

⁸²Imediatamente irei a Bagé para conseguir de um amigo dali transporte sem perda de tempo para Pelotas ou Rio Grande em busca de dez mil tiros de *winchester* que me asseguraram que haveria em uma destas cidades. Dada à emergência com que fiz o pedido, espero ter estes tiros em *Guavijú* dentro de seis dias ou pouco mais [Tradução nossa]. MÁRQUEZ, Abelardo. **Carta a Aparício Saraiva**, Serrilhada, 17 de maio de 1897. *Museo Historico Nacional* (MHN). Coleção Diego Lamas. Tomo 275, documento 057.

⁸³O Comitê Revolucionário sediado em Buenos Aires durante a Revolução de 1897 foi presidido por Juan Angel Golfarini e tinha por objetivo reunir fundos e tratar politicamente as ações da revolução (FERNANDEZ SALDAÑA, 1945, p. 567).

⁸⁴Hoje às 16:00 recebi resposta ao meu telegrama para Golfarini dizendo-me que a soma pedida foi depositada em Pelotas por não haver agência bancária aqui. Então, começarei a organizar a compra dos artigos que

Estes exemplos mostram tanto o envolvimento de Márquez com o movimento como também suas bem quistas relações com o Rio Grande do Sul. A nosso ver, o comandante geral da fronteira Abelardo Márquez foi peça de fundamental importância para as ações político-militares de Aparício, atuando como um verdadeiro “relações públicas” em prol do nacionalismo.

O coronel Enrique Yarza foi outro destes agentes fundamentais no processo “saraivista”. Oriundo do Departamento do *Rocha*, Yarza possuía grande influência sobre a zona, sobretudo por pertencer a uma família tradicional, vinculada a fundação da vila de *Nuestra Señora de los Remedios de Rocha* em 1793 (FERNANDEZ SALDAÑA, 1945, p. 1352; UMPIÉRREZ, 2007, p. 93).

Em 1897, Yarza atuou como um dos organizadores da sublevação e subseqüentemente comandou o Esquadrão nº 5 de *Rocha*. Findada esta, foi responsável pela distribuição do chamado “gastos de pacificação”⁸⁵ entre os combatentes. A partir do *Pacto de La Cruz* em 1897, o Departamento de *Rocha* ficou fora da partilha destinada aos *blancos*, então, devido a seu prestígio e préstimos a causa, foi nomeado por Saraiva como chefe político do Departamento de *Cerro Largo* em 1901, trasladando-se assim para a cidade de *Melo*, capital daquele Departamento. Em 1904, comandou a Divisão nº 1 de *Cerro Largo*, vindo a falecer na batalha de *Masoller*, em setembro do mesmo ano (UMPIÉRREZ, 2007, pp. 99-104).

Devido ao prestígio tanto em *Rocha* como em *Cerro Largo*, Yarza recorria à região fronteira que percorre estes dois Departamentos em sua linha divisória com o Rio Grande do Sul em busca de novas adesões ao Exército Nacionalista, e principalmente, com o intuito de mobilizar a tropa. Em correspondência para Saraiva no ano de 1897, quando ainda era responsável pela Divisão de *Rocha*, Yarza revela sua vontade de ir até a cidade do *Chuy*, fronteira ao Rio Grande do Sul, para reorganizar seu contingente e buscar mais cavalos; assim ele escreve:

en cuanto mi ejercito que se hallaba en Melo y que aseguro estar muy mal montado, hace tres dias que me puso en marcha con rumbo al Chuy para reorganizacion de mis fuerzas y adicionar nuevas armas, municiones y cabalgaduras⁸⁶ (YARZA, 1897).

consistem em cobertores, bombachas, roupas de baixo, camisas e blusas cujos modelos e preços conhecerá Sua Excelência quando eu lhe levar os detalhes [Tradução nossa]. MÁRQUEZ, Abelardo. **Carta a Aparício Saraiva**, Santana, 24 de maio de 1897. *Museo Historico Nacional* (MHN). Coleção Diego Lamas. Tomo 275, documento 077.

⁸⁵Segundo Umpiérrez (2007), este seria uma soma em dinheiro dada pelo governo uruguaio aos revolucionários como um modo de prover-lhes uma indenização pelo tempo prestado em serviço da revolução (p. 98).

⁸⁶Enquanto meu exército se achava em Melo e que asseguro estar muito mal montado, faz três dias que me pus em marcha rumo ao Chuí para reorganização de minhas forças e adicionar novas armas, munições e cavalcaduras

Com esta correspondência, Yarza mostra a confiança em sua base de influência que era o Departamento de *Rocha*, não necessitando de intermediários para o arranjo de sua tropa naquilo que lhe confere os utensílios necessários para manter-se na luta. A credibilidade depositada por Saraiva no chefe *rochense*, assim como a autonomia e mobilidade do mesmo, nos fazem compreender a importância de Yarza na composição do movimento “saraivista”, principalmente por este manter a autoridade em *Rocha* – que tacitamente não era um Departamento *blanco* – utilizando sua estrutura e reconhecimento nos devidos fins.

Os irmãos Mena, Juan Francisco e Antônio foram outras figuras destacadas das revoluções comandadas por Aparício Saraiva. Oriundos do Departamento de *Treinta y Tres* e com grande influência na região de Bagé no Rio Grande do Sul, tomaram parte na Revolução de 1897, tendo Juan Francisco deixado a insurreição após o combate de Aceguá a 8 de julho daquele ano por motivo de divergências com Aparício. Posteriormente, em 1903 juntou-se ao movimento liderado por Eduardo Acevedo Díaz em dissidência aos demais *blancos* que apoiavam Aparício a uma nova contenda, ladeando-se então ao governo do *colorado* José Batlle y Ordóñez (FERNÁNDEZ SALDAÑA, 1945, p. 828).

No entanto, Antônio, foi figura atuante em ambas as revoluções comandando a Divisão nº 17 de *Rivera* em conjunto com o coronel Antônio Saavedra. Por motivo de um tiro levado no pé, passou a acompanhar as tropas a bordo de uma charrete jardineira, como bem menciona Luis Alberto de Herrera (1898, p. 35).

O coronel Antônio, assim como Enrique Yarza, mostrava-se como um agente independente, seguro de seus “domínios” e influências atuando por vezes na função de angariar recursos para a revolução. Em correspondência a Abelardo Márquez, Antônio comunica que está por mandar mais recursos do Brasil e pede que Márquez avise a Aparício sobre o caso. Assim Antônio escreve:

por mi parte ya está todo listo, abice (sic) el general que en cuanto tratan del armisticio me encuentro en Bracil (sic) reunindo recursos para darles al general y mis demás compañeros de causa. Quedo como siempre a sus ordenes⁸⁷ (MENA, 1897).

[Tradução nossa]. YARZA, Enrique. **Carta a Aparício Saraiva**, Aceguá, 25 de abril de 1897. *Museo Historico Nacional* (MHN). Coleção Diego Lamas. Tomo 275, documento 025.

⁸⁷Da minha parte já está tudo pronto, avise o general que enquanto tratam do armistício em encontro no Brasil reunindo recursos para dar-lhes ao general e aos demais companheiros de causa. Fico como sempre a suas ordens [Tradução nossa]. MENA, Antônio. **Carta a Abelardo Márquez**, Bagé, 18 de julho de 1897. *Museo Historico Nacional* (MHN). Coleção Diego Lamas. Tomo 275, documento 096.

Além disso, por gozar de estabilidade, principalmente na cidade de Bagé, Antônio por muitas vezes agia como espião, avisando o Estado-Maior da revolução de alguma possível movimentação colorada pela região fronteira brasileira. Em telegrama, Antônio sugere a Aparício que se vigiem algumas estações férreas por motivo de uma remessa de munições a ser recebida por Justino Muniz vinda do Brasil.

Neste sentido, Antônio observa:

cuanto a la munición que puede recibir Muniz por via Rio Grande, supongo debe venir a esta o a estación Rio Negro. Digame se debo adoptar alguna medida de observación para comunicarle en seguida. Creo que seria muy conveniente se tuviera observación sobre la casas de Juan Francisco Barboza, Policarpo Barboza y Constantino Olano, en caso que las municiones para Muniz vengan por la estación Rio Negro o por esta. En caso de venir por la estación Santa Rosa o por Candiota la vigilancia debe tenerse sobre la casa de Hilácio dos Santos⁸⁸ (MENA, 1897).

A comunicação entre Antônio e Aparício acerca das munições continua por mais alguns dias, exatamente até o dia 30 de julho, quando Antônio comunica que as munições vieram pela estação de Candiota e que iria seguir a escolta para enfim subtraí-la no meio do caminho com o intuito de mandar parte para a divisão comandada por Ismael Velasquez no Rincão de Artigas, atual Município de Rio Branco⁸⁹.

O que pretendemos mostrar aqui é justamente a articulação de Antônio Mena a serviço da revolução, tanto na captação de recursos como na qualidade de espião. Valendo-se de em um ponto estratégico, suas observações permitiram que o Exército Nacionalista mantivesse o controle sobre a região fronteira, regulando assim seu trânsito.

Os exemplos mostrados aqui elucidam a constituição de uma sociedade imbuída a uma atuação comum e notadamente estruturada em uma esfera de poder local que dotada de estratégias canalizava em si a influência necessária para agir conforme a situação. No entanto, esta canalização convergia a um ponto que para compreendê-lo não basta apenas o exercício do poder por ele mesmo. Para Márcia da Silva (2008), “entender o local e as relações de poder nele existentes, não basta identificá-lo ao poder político. É preciso conceituá-lo como o poder exercido econômico, social, cultural e simbolicamente” (p.70).

⁸⁸Quanto a munição que Muniz pode receber via Rio Grande, suponho que deva de vir por esta ou pela estação Rio Negro. Diga-me se devo adotar alguma medida de observação para comunicar-lhe em seguida. Creio que seria muito conveniente se houvesse observação sobre as casas de Juan Francisco Barboza, Policarpo Barboza e Constantino Olano, caso as munições para Muniz venham pela estação Rio Negro ou por esta. No caso de vir pela estação Santa Rosa ou Candiota a vigilância deve ser feita sobre a casa de Hilacio dos Santos [Tradução nossa]. MENA, Antônio. **Carta a Aparício Saraiva**, Bagé, 21 de julho de 1897. *Museo Historico Nacional* (MHN). Coleção Diego Lamas. Tomo 275, documento 100.

⁸⁹MENA, Antônio. **Carta a Aparício Saraiva**, Bagé, 30 de julho de 1897. *Museo Historico Nacional* (MHN). Coleção Diego Lamas. Tomo 275, documento 110.

Os agentes mencionados acima se valeram destes atributos sem sombra de dúvida, no entanto, o exercício de poder atribuído ao contexto social, cultural e simbólico possui papel elementar no nosso caso, pois o meio em que viviam os mais distintos agentes conformava um só plano, fazendo da paisagem pampeana e fronteiriça o subsidio das questões sociais e humanas atribuindo a elas o valor simbólico que influenciou no caudilhismo de Saraiva.

A paisagem do pampa produziu uma relação entre individuo e natureza, um efeito simbólico “onde os seus habitantes desenvolveram culturas típicas, modos de pensar e de agir distintos” (GOLIN, 1999, p. 13). A composição destes fatores fez do chamado gaúcho/*gaucho* o tipo perfeito para as insurreições ainda mais se sua autoimagem fosse representada na forma de seu líder.

O modo de vida da sociedade pampeana fronteiriça, calcada na rudeza do trabalho nas estâncias possibilitou com que Aparício formasse um exército inteiramente habituado às agruras da guerra. Os gaúchos/*gauchos*, já acostumados a difícil vida no campo, e a estar em constante movimento, conheciam com maestria a topografia fronteiriça, aliando estes a sua habilidade no manejo das armas brancas e a destreza na montaria.

A imagem de Aparício representava a população⁹⁰ que nele depositava confiança, conservando assim um nível de controle através de uma estrutura mantida por inúmeras relações. Neste sentido, Raffestin (1993) coloca que a “imagem ou representação da população é necessária à ação das organizações que vão manter relações múltiplas com a coletividade” (p. 76).

Desta maneira, a afirmação de Bronislaw Baczko (1985) explicita com clareza a relação de poder exercida entre Aparício e os demais agentes, atribuindo às representações coletivas um símbolo que exerce tamanha força que a própria coletividade se reconhece nele, assim o autor explica que,

na maioria das representações coletivas, não se trata da representação única de uma coisa única, mas sim de uma representação escolhida mais ou menos arbitrariamente a fim de significar outras e de exercer um comando sobre as práticas. Frequentemente, os comportamentos sociais não se dirigem tanto as coisas em si, mas aos símbolos dessas coisas. As representações coletivas exprimem sempre, num grau qualquer um estado do grupo social, traduzem sua estrutura atual e a maneira como ele reage frente a tal ou tal acontecimento, a tal ou tal perigo externo ou violência interna (p. 306).

⁹⁰A partir do substantivo “população” compreendemos todo o rol de correligionários de Aparício, sejam os subchefes detentores de poderes locais ou aqueles dependentes e agregados que acompanharam as revoluções.

Ainda neste aspecto, Tania Swain (1994) desenvolve uma reflexão acerca do imaginário, demonstrando o modo como ele habita as sociedades e a maneira de como é exercido pelas mesmas.

o imaginário trabalha um horizonte psíquico habitado por representações e imagens canalizadoras de afetos, desejos, emoções, esperanças, emulações; o próprio tecido social é urdido pelo imaginário – suas cores, matizes, desenhos reproduzem a trama do fio que os engendrou. O imaginário seria condição de possibilidade da realidade instituída, solo sobre o qual se instaura e instrumento de sua transformação (p. 48).

A partir destas reflexões, percebemos que a interação entre Aparício Saraiva e a sociedade fronteiriça habitante do pampa se deu a partir de uma série de símbolos que absorvidos pelos distintos núcleos sociais tomou diferentes significados. Pois, ao mesmo tempo em que para os *paisanos*, Aparício poderia ser mais um gaúcho alçado contra a intransigência *colorada*, para outros líderes do Partido Nacional, ele representava o mito da *patriada* já antes mencionada.

Depois das reflexões pautadas acima, percebemos os aspectos que culminaram para um domínio territorial calcado nas relações sociais de poder onde estas operaram como chave integralizadora da influência e prestígio de Aparício junto aos agentes envolvidos em sua atuação como líder e caudilho nacionalista.

Desta maneira, priorizar a análise acerca dos aspectos de territorialização do poder local a partir das relações sociais conformadas nestes se faz fundamental, sobretudo a partir das aspirações deste trabalho. Para isto, nos aproximamos de estudos vinculados à geografia humana que já há algum tempo vem obtendo resultados quanto à investigação das relações de poder e territorialização.

Conforme podemos observar na obra de Marcos Aurélio Saquet (2013), a discussão acerca do tema é bem concorrida, tendo início no século XIX na Alemanha, onde estudiosos como Friedrich Ratzel e Karl Ritter começaram uma tendência metodológica de apropriação dos procedimentos das ciências naturais com enfoque na territorialização dando base assim a um processo geopolítico baseado na antropogeografia, isto é, o espaço natural habitado pelo homem e territorializado pelo mesmo (p. 30-31).

Este conceito deu início a uma série de outras interpretações onde território e relações de poder permanecem associadas sempre em que há um processo de construção ou desconstrução das estruturas sociais, fazendo das interações humanas um campo conflituoso ao mesmo tempo em que é promissor.

Assim, Saquet (2013) defende que,

o poder significa, nessa perspectiva, relações sociais conflituosas e heterogêneas, variáveis, intencionalidade; relações de forças que extrapolam a atuação do Estado e envolvem e estão envolvidas em outros processos da vida cotidiana [...]. O desvendamento das relações de poder e da ideologia se faz fundamental porque, nesta, age-se na orientação e constituição do eu, do indivíduo, integrando-o à dinâmica sócioespacial através das mais distintas atividades da vida em sociedade (p.32-33).

A influência de Aparício atingiu um plano que extrapolava a organização partidária, a interligação de uma rede constituída através dos vínculos relacionais induzia a conformação tanto do território como de um controle direto e indireto frente aos agentes. Neste sentido, utilizando a afirmação de Robert Dahl (1970), podemos dizer “que a influência é uma relação entre agentes em que um agente induz outros agentes a agirem por uma forma que de outra maneira não agiriam” (p.63).

A influência de Aparício determinou o alargamento de seus “domínios” assim como de sua atuação através da rede que se estendia pela região fronteirça. A reestruturação da fronteira redefiniu seu uso permitindo um maior alcance de atuação do caudilho, neste sentido, Heidrich (2010) detalha a abordagem territorial e o modo de como ela pode ser vista a partir de,

a) à territorialidade das instituições e das sociedades que envolvem o poder político; b) à territorialidade dos indivíduos, grupos e comunidades, que envolvem o poder social; c) às questões territoriais em que se intersectam, se entrelaçam e se conflitam instituições e indivíduos, que envolvem o entrelaço de poderes políticos e sociais (p. 28).

Assim, Aparício constituiu a teia que fez com que ele se movimentasse com autonomia pelos espaços antes proibidos, principalmente ao se tratar do Estado brasileiro do Rio Grande do Sul. As questões abordadas neste trabalho nos fazem perceber o quanto às relações sociais se bem fundamentadas são importantes na construção de um sustentáculo de poder, que no caso aqui resolvemos chamar de “fronteira-indivíduo”.

Esta “fronteira-indivíduo” permitiu a Aparício, assim como aos agentes envolvidos na trama, a mobilidade necessária para atuarem não só na confinada região fronteirça na qual eram autóctones e partícipes da sociedade, como também, permitiu o reconhecimento de instituições maiores, como fora visto durante este texto no caso perpassado pelo chamado “governo de El Cordobés” ou pelas relações amistosas mantidas com os presidentes do Rio Grande do Sul, onde estes faziam vistas grossas à atuação do exército revolucionário de Aparício.

CONCLUSÃO

A partir desta Dissertação desenvolvida e vinculada à Linha de Pesquisa “Integração, Política e Fronteira” do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, entendemos que as relações sociais mantidas por Aparício Saraiva na região fronteiriça entre Uruguai e Brasil possibilitaram a sua atuação como caudilho do Partido Nacional, podendo compreender assim, o quão abrangente foram às interações advindas desta região e o quanto elas influenciaram no modo de se fazer política a fins do século XIX e início do XX.

Neste contexto de relações intra-fronteiriças abrangendo os dois Estados Nacionais em questão, percebemos que os arquétipos de caudilho e coronel se complementaram nesta região de aporte transnacional, gerando assim um caudilho ou coronel fronteiriço com aspectos próprios, tomando de ambos os fenômenos políticos as características compositoras deste agente, que neste caso recai sob a figura de Aparício Saraiva.

As relações sociais de poder desenvolvidas por Aparício Saraiva na região fronteiriça entre a República Oriental do Uruguai e o Estado brasileiro do Rio Grande do Sul, acabaram por determinar a territorialização de sua autoridade. Ao analisarmos o caudilhismo sob o enfoque deste processo de domínio territorial, percebemos o quão importantes foram às dinâmicas relações desenvolvidas nesta região, fazendo com que o alcance de seu poder atingisse uma área maior, onde somente o nome do caudilho bastava para o seu reconhecimento, gerando assim a já mencionada “fronteira-indivíduo”.

Baixo a influência de Saraiva, o Uruguai foi “dividido” em dois a partir do “*Pacto de la Cruz*” de 1897 e a linha divisória entre os dois países, Brasil e Uruguai, era meramente ilustrativa, apenas um ponto de delimitação entre territórios nacionais que por si só não era respeitada devido às múltiplas relações que se deram na destacada região fronteiriça. Este trabalho procurou demonstrar que o caudilhismo exercido por Aparício Saraiva era justamente pautado por estas relações sociais de poder que somados a aspectos simbólicos e de reconhecimento em meio à comunidade pampeano-fronteiriça, na qual o mesmo fazia parte, reproduziram a estrutura necessária para a atuação do referido chefe.

Em síntese, o trabalho propôs agregar o conhecimento obtido através das leituras, principalmente sobre as renovadas abordagens sobre o caudilhismo, a uma teorização a partir de conceitos de territorialização, onde demonstramos o quanto à influência exercida no

território fronteiriço Uruguaio-brasileiro ajudou a consolidar o prestígio de Aparício Saraiva em uma escala mais ampla.

Compreendemos assim, que o caudilhismo exercido por Aparício Saraiva durante o período analisado não só demonstra outras características em relação aos caudilhos do início do século XIX, como também faz parte de outra conjuntura política, onde a centralização dos poderes em âmbito nacional buscava, por fim, sua consolidação, decretando de certo modo o fim dos caudilhos de aporte regional.

Sendo assim, como aspecto fundamental da argumentação de nossa análise está à questão acerca da territorialização, pois o aspecto regional levantado por este trabalho demonstra que as relações sociais de Aparício na região fronteiriça o içaram a liderança política e militar do Partido Nacional, o caudilho de quem os *blancos* necessitavam para porem-se contra os governos *colorados*.

Deste modo, a proposta de analisar a região fronteiriça entre Brasil e Uruguai, baseada em uma territorialidade desenvolvida a partir de uma rede de relações sociais de poder mantidas por Aparício Saraiva demonstradas ao longo deste trabalho, capacitou a interpretação do caudilhismo típico desta região a fins do século XIX e início do XX. Pois a partir dos dados elencados podemos perceber que a liderança de Saraiva ao longo da franja fronteiriça entre os países mencionados foi pautada por uma série de relações que permitiram sua estabilização e reconhecimento como líder do Partido Nacional, mesmo que este, ao fim de 1897 já se encontrasse dividido em suas hostes internas.

A manipulação destas relações de poder fez com que o caudilho *blanco* adentrasse em um outro parâmetro de liderança, sendo reconhecido, por tanto, não só no contexto regional, extrapolando sua rede de relações sociais de poder para além da fronteira citada, permitindo que Aparício pudesse usufruir de uma mobilidade incontestada em seu prestígio, seja ela territorial, como também a partir de um jogo de influências, isto é, expandindo seu eixo de poder para além de sua zona de atuação propriamente dita, o que resolvemos chamar aqui de “fronteira-indivíduo”.

Para chegarmos a esta categoria de análise, primeiramente nos detivemos a analisar a figura de Aparício Saraiva dentro da historiografia, que sendo compreendida por muitas vezes como algo repetitivo, nos viabilizou paralelos e um entre-meios a ser seguido, para que logo após nos prendêssemos a análise de estudos, sobretudo, mais contemporâneos sobre o caudilhismo, fazendo um intercâmbio com aspectos relacionados ao coronelismo, onde, assim, nos foi possível perceber que apesar de pertinentes as questões levantadas, não totalizavam em si a amplitude para uma explicação do que ocorreu com Aparício Saraiva.

Desta maneira, chegamos a conclusão de que Saraiva, sendo ele um caudilho, possuía atributos que o diferenciava dos caudilhos do início do século XIX, colocando-o assim em um outro estrato de análise dentro deste fenômeno político-social.

Neste sentido, a partir da discussão teórico-metodológica acerca do processo de territorialização e relações sociais de poder vinculadas ao caudilhismo de Aparício Saraiva na mencionada região fronteiriça, percebemos que os estudos sobre as práticas do caudilhismo necessitam de um novo enfoque, pois, de maneira geral, os trabalhos sobre esta temática ainda demonstram uma preferência em destacar as atuações caudilhescas dos períodos independentistas e do pós-independências; então, sobretudo, damos destaque a necessidade de que se investigue ainda mais o caudilhismo do final do século XIX e início do XX, de maneira que estes estudos auxiliem na ampliação e na compreensão dos processos de afirmação e consolidação dos Estados Nacionais.

REFERÊNCIAS

Bibliográficas.

AXT, Gunter. Coronelismo Indomável: o sistema de relações de poder. In: Günter Axt; Ana Luiza Setti Reckziegel. (Org.). **História Geral do Rio Grande do Sul. República Velha (1889-1930)**, Tomo 1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 89-128.

AYROLO, Valentina. Hombres armados en lucha por poder. Córdoba de la pos independencia. **Estudios Sociales**, n. 35, ano XVIII, 2008, p. 23-60.

AYROLO, Valentina; MÍGUEZ, Eduardo. Reconstruction of the Socio-Political Order after Independence in Latin America. A Reconsideration of Caudillo Politics in the River Plate. **Jahrbuchfür Geschichte Lateinamerikas**, n. 49, 2012, p. 107-131.

AZÉMA, Jean-Pierre. A guerra. In: RÉMOND, Réne. (Org.). **Por uma história política**, 2ª Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 401-439. Tradução: Dora Rocha.

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. In: ROMANO, Ruggiero (org.) **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1985.

BARRÁN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. **História rural del Uruguay moderno. Recuperación y dependência, 1895-1904**. Tomo III. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 1973.

BARRÁN, José Pedro. **Apogeo y crisis del Uruguay pastoril y caudillesco**. Montevidéo: Ediciones de la Banda Oriental, 2011.

BOBBIO, N.; MATEUCCI, N.; PASQUINO, P. (Org.). **Dicionário de Política**. Vol. 1, 11ª edição. Brasília: UNB, 1998, p. 688-689.

BOURDIEU, Pierre. La representación política. In: _____ **El campo político**. La Paz: Plural Editores, 2001, p. 63-104. Tradução: Noemí Larrazabal, Emmanuel Capdepon.

BOURDIEU, Pierre. **A produção da crença: produção para uma economia dos bens simbólicos**, 3ª ed. Porto Alegre: Zouk, 2008. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira, Maria da Graça Jacintho Setton.

BUCHBINDER, Pablo. Caudillos y caudillismo: una perspectiva historiográfica. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo. (Org.). **Caudillismos Rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema**. Buenos Aires: EUDEBA, 1998, p. 31-50.

CAGGIANI, Ivo. **João Francisco: a hiena do Cati**. 2ª edição, Porto Alegre: Martins Livreiro, 1997.

CARDOSO, Heloana. Antônio Chimango e o patrimonialismo gaúcho. **Revista Interdisciplinar de Estudos Ibéricos e Ibero-Americanos**, n. 4, junho, 2007, p. 68-80. Disponível em: <<http://www.estudosibericos.com/arquivos/iberica4/chimangocardoso.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, v. 40, n. 2, 1997, p. 01-10. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003>. Acesso em: 10 out. 2014.

CASTELLANOS, Alfredo. **Timoteo Aparicio, el ocaso de las lanzas**. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 1998.

CASTILLO LINARES, Francisco. Los Andes siglo XIX. Crónicas de guerra y caudillos. **Tierra Firme**, v. 23, n. 90, 2005, p. 01-20. Disponível em: <http://www2.scielo.org.ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0798-29682005000200005&lng=es&nrm=iso>. Acesso em: 03 set. 2014.

CHARLOT, Jean. **Os partidos políticos**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

CHASTEEN, John Charles. **Fronteira rebelde, a vida e a época dos últimos caudilhos gaúchos**. Porto Alegre: Movimento, 2003. Tradução: Rafael Augustus Sêga, Thelma Belmonte, Élvio Funck.

CHIARAMONTE, José Carlos. **Cidades, Províncias, Estados. Origens da nação argentina (1800-1846)**. São Paulo: HUCITEC, 2009. Tradução: Magda Lopes.

CORONEL MALDONADO, Luis Eduardo. **1904: Aparicio Saravia y los diplomáticos**. Montevideu: Trandico, 2009.

DAHL, Robert. **A moderna análise política**. Rio de Janeiro: Lidador, 1970.

DAMASCENO, Hermano. **Ensayo de Historia Patria**. Montevideu: Imprenta artística de Dornaleche y Reyes, 1901. Edição on-line. Disponível em: <<http://www.artigas.org.uy/ensayo.html>>. Acesso em 26 jun. 2014.

DÍAZ, José Virginio. **Historia de Saravia**. Montevideu: Talleres gráficos A. Barreiro y Ramos, 1920.

DI MEGLIO, Gabriel. La Mazorca y el orden rosista. **Prohistoria**, n. 12, 2008, p. 69-90.

DOBKE, Pablo. Entre Rebeldes e Bandidos: As hostes revolucionárias de Aparício Saraiva e Honório Lemes durante as contendas de 1904 e 1923 em uma perspectiva comparada. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas, 2012.

DOBKE, Pablo; PADOIN, Maria Medianeira. Justino Muniz e Aparício Saraiva: relações de poder no Departamento de Cerro Largo, Uruguai. **Anais do VII Fórum de Debates Povos e Culturas das Américas**, Santa Maria: UFSM, 2013, p. 169-178. CD-ROM.

FALCON, Francisco. História e poder. In. CARDOSO, Ciro F. S.; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p. 61-89.

FÉLIX, Loiva Otero. **Coronelismo, borgismo e cooptação política**. Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 1996.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**, 3ª edição. Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FERNÁNDEZ SALDAÑA, José Maria. **Diccionario uruguayo de biografías: 1810-1940**. Montevideu: Amerindia, 1945. Disponível em: <http://www.periodicas.edu.uy/Libros%20sobre%20pp/Fernandez_Saldana_Diccionario_uruguayo_biografias.pdf> Acesso em: 10 jan. 2015.

FERREIRA FILHO, Artur. **Revoluções e caudilhos**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1986.

FRADKIN, Raúl. La revolución en los pueblos del litoral rioplatense. **Estudios Ibero-Americanos**, v. 36, n. 2, 2010, p. 242-265.

FRADKIN, Raúl. Guerra y sociedade en el litoral rio-platense en la primera mitad del siglo XIX. In: GARAVAGLIA, Juan Carlos; PRO RUIZ, Juan. ZIMMERMANN, Eduardo. (Org.). **Las fuerzas de guerra en la construcción del Estado: America Latina, siglo XIX**. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2012, p. 319-356.

FRADKIN, Raúl, RATTO, Silvia. Territorios en disputa. Liderazgos locales en la frontera entre Buenos Aires y Santa Fe (1815-1820). In: FRADKIN, Raúl; GELMAN, Jorge. (Org.). **Desafíos al Orden Política y sociedades rurales durante la Revolución de Independencia**. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2008, p. 37-60.

FRANCO, Sergio da Costa. O Partido Federalista do Rio Grande do Sul (1892-1928). **Cadernos de História Memorial do Rio Grande do Sul**, n. 13. S/D. Disponível em: <<http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/maragatos.pdf>> Acesso em: 10 jun. 2014.

FREGA, Ana. La virtude y el poder. La soberania particular de los pueblos en el proyecto artiguista. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo. (Org.). **Caudillismos Rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema**. Buenos Aires: EUDEBA, 1998, p. 101-133.

FREGA, Ana. Caudillos y montoneras en la revolución radical artiguista. **Andes**, n. 13, 2002. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=12701304>>. Acesso em 26 jun. 2014.

FREIRE, Tabaré. Javier de Viana: del gaúcho al paisano. **La historia de la literatura uruguaya**, n. 18. Montevideu: Centro Editor Latino Americano, 1968.

FUENTE, Ariel de la. “Gauchos”, “Montoneros” y “Montoneras”. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo. (Org.). **Caudillismos Rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema**. Buenos Aires: EUDEBA, 1998. p. 267-291.

GÁLVEZ, Manuel. **Vida de Aparicio Saravia**. Buenos Aires: Editorial TOR, 1942.

GARAVAGLIA, Juan. El teatro del poder: ceremonias, tensiones y conflictos en el estado colonial. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”**, n. 14, 1996. Disponible em: <http://ravignanidigital.com.ar/_bol_ravig/n14/n14a01.pdf>. Acesso em 26 jun. 2014.

GARAVAGLIA, Juan. **Poder, conflicto y relaciones sociales. Río de la Plata, XVIII-XIX**. Rosario: Homo Sapiens Ediciones, 1999.

GARAVAGLIA, Juan. Manifestaciones iniciales de la representación en el Río de la Plata: la revolución en la laboriosa búsqueda de la autonomía del individuo (1810-1812). **Revista de Indias**, v. LXIV, n. 231, 2004, p. 349-382.

GARAVAGLIA, Juan. **Construir el estado, inventar la nación. El Río de la Plata, siglos XVIII-XIX**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

GARAVAGLIA, Juan. Servir al Estado, servir al poder: la burocracia en el proceso de construcción estatal en América Latina. **Almanack**, n. 3, 2012. Disponible em: <<http://www.almanack.unifesp.br/index.php/almanack/article/view/907>>. Acesso em: 26 Jun. 2014.

GELMAN, Jorge. Um gigante con pies de barro. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo. (Org.). **Caudillismos Rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema**. Buenos Aires: EUDEBA, 1998, p. 223-240.

GOLDCHLUK, Graciela. Manuel Gálvez en el campo intelectual argentino. **Trabalho de Conclusão de Curso**. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 1996. Disponible em:

<<http://www.fuentesmemoria.fahce.unlp.edu.ar/tesis/te.158/te.158.pdf>>. Acesso em 21 Set. 2014.

GOLDMAN, Noemí; TEDESCHI, Sonia. Los tejidos formales del poder: caudillos en el interior y el litoral rioplatenses durante la primera mitad del siglo XIX. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo. (Org.). **Caudillismos Rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema**. Buenos Aires: EUDEBA, 1998, p. 135-157.

GOLIN, TAU. **O povo do Pampa**. Passo Fundo: Ediupf; Porto Alegre: Sulina, 1999.

GOMES, Paulo César da Costa. **A Condição Urbana: Ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GUARDIA ROLANDO, Inés. La acción política de los caudillos venezolanos de fines del siglo XIX: un ejercicio pragmático. **Anais do XXIV International Congress of the Latin American Studies Association**, 2003, p. 01-33. Disponível em: <<http://lasa.international.pitt.edu/Lasa2003/GuardiaRolandoInez.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

GUARDIA ROLANDO, Inés. Nicolás Rolando: El caudillo oriental de Venezuela (1899-1914). **Presente y Pasado**, n. 27, 2009, p. 107-128. Disponível em: <<http://www.saber.ula.ve/bitstream/123456789/28990/1/articulo6.pdf>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

HARTOG, François. A testemunha e o historiador. In: _____ **Evidência da história**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 203-228.

HEIDRICH, Álvaro. Espaço e multiterritorialidade entre territórios: reflexões sobre a abordagem territorial. In: PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinos da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 25-35.

HERRERA, Luis Alberto de. **Por la Patria. La Revolución de 1897 y sus antecedentes**. Montevideo: Tipografía uruguaya de Marcos Martinez, 1898.

KÜHN, Fábio. O Rio Grande do Sul durante a República Velha. In: _____. **Breve história do Rio Grande do Sul**, 3ª edição. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007, p. 105-117.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. Tradução: Paulo Neves.

MENA SEGARRA, Enrique. **Aparicio Saravia, las ultimas patriadas**. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 1998.

MÉNDEZ VIVES, Enrique. **El Uruguay de la modernización**. Montevideu: Ediciones de La Banda Oriental, 2007.

Michaelis. **Moderno Dicionário da língua Portuguesa**, 5ª edição, versão digital, 2009. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/>>.

NAHUM, Benjamín. **Estadísticas históricas del Uruguay (1900-1950)**. Montevideu: Departamento de publicaciones – Univerddidad de la Republica, 2007. Disponível em: <<http://www.fcs.edu.uy/archivos/estadisticas%20historicas%201.pdf>>. Acesso em 12 ago. 2014.

NAHUM, Benjamín. **Breve historia del Uruguay independiente**, 9ª edição. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 2013.

NAHUM, Benjamín. **Manual de historia del Uruguay (1830-1903)**, 20ª edição. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 2013.

NAVARRETE, Maria S.; VIÑOLES, Ramón A. Cerro Largo. **Los Departamentos**, n. 18. Montevideu: Nuestra Tierra, 1970.

NÚÑEZ, José. **Manifiesto**. Buenos Aires: Boullosa, 1897.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**, 7ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

PADOIN, Maria Medianeira. O espaço fronteiriço platino, o federalismo e a Revolução Farroupilha. **Primeiras Jornadas de História Regional Comparada**, v. 1. Porto Alegre: FEE e PUC/RS, 2000, p. 01-12. Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s2a12.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

PICOLLO, Helga Iracema Landgraf. A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: considerações historiográficas. In: ALVES, Francisco das Neves; TORRES, Luiz Henrique. (Orgs.). **Pensar a Revolução Federalista**. Rio Grande: Editora da FURG, 1993, p. 65- 82.

PINHEIRO, Joaquim. Efeito retórico das histórias anedóticas na biopsicografia de Plutarco. **Jolie**, n. 2, 2009, p. 213-220.

PIVEL DEVOTO, Juan. El caudillismo y la revolución americana. **Colección de clásicos uruguayos**, n. 110, 1966. Disponível em: <<http://www.artigas.org.uy/bibliotecas/cu/110.%20El%20caudillismo%20y%20la%20revolucion%20americana/Libro.pdf>>. Acesso em 26 jun. 2014.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993. Tradução: Maria Cecília França.

Real Academia Española. **Diccionario de la lengua española** (DRAE), 22ª edição, versão digital, 2012. Disponível em: <<http://www.rae.es>>.

RECKZIEGEL, Ana Luiza. **A diplomacia marginal. Vinculações políticas entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai (1893-1904)**. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

RECKZIEGEL, Ana Luiza. Aparício Saravia: um caudilho de duas pátrias. **Estudios Historicos**. Ano: II, n. 4, Rivera: CDHRP (Edição digital), 2010, p. 1-20. Disponível em: <http://www.estudioshistoricos.org/edicion_4/ana-luiza-setti.pdf>. Acesso 05 Abr. 2014.

RELA, Walter. **El Partido Nacional en la historia política del Uruguay (1872-1907)**. Montevideu: Fundación por la historia del Uruguay, 2004.

RÉMOND, René. As eleições. In: _____ **Por uma história política**. 2ª edição. Rio de Janeiro: FGV, 2003, p. 37-55. Tradução: Dora Rocha.

REYES ABADIE, Washington; VÁZQUEZ ROMERO, Andrés. **Crónica general del Uruguay. La modernización**. Montevideu: Ediciones de la Banda Oriental, 2000.

RODRÍGUEZ, Julio C. Las montoneras y sus caudillos. **Enciclopedia Uruguay** n. 13. Montevideu: Editorial Arca, 1968.

RODRÍGUEZ, Ricardo Vélez. O castilhismo e as outras ideologias. In: AXT, Gunter; RECKZIEGEL, Ana (Orgs.). **História Geral do Rio Grande do Sul. República Velha (1889-1930)**, Tomo 1. Passo Fundo: Méritos, 2007, p. 57-88.

ROSANVALLON, Pierre. **Por uma história do político**. São Paulo: Alameda, 2010. Tradução: Christian Edward Cyril Lynch.

SALVATORE, Ricardo. “Expresiones Federales”: formas políticas del federalismo rosista. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo. (Org.). **Caudillismos Rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema**. Buenos Aires: EUDEBA, 1998, p. 189-222.

SANTOS, Mariza E. Simon dos. **Honório Lemes: Um líder carismático. Relações de poder no Rio Grande do Sul 1889-1930**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. 3ª Edição, São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SARMIENTO, Domingos Faustino. **Facundo ou Civilização e Barbárie**. São Paulo: Cosac Naify, 2010. Tradução: Sérgio Alcides.

SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos de memórias em terras de história: problemas atuais. In: BRESCIANI, Stella; NEXARA, Márcia. **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Unicamp, 2001, p. 37-58.

SEMAMA, Paolo. **Linguagem e poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981. Tradução: Wamberto Hudson Ferreira.

SILVA, Márcia da. Poder local: conceito e exemplos de estudo no Brasil. **Sociedade & Natureza**, vol. 20, n. 2, dezembro, 2008, p. 69-78. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321327193015>>. Acesso em: 08 jan. de 2015.

SILVA, Márcia da. A rede social como metodologia e como categoria investigativa: possibilidades para o estudo dos “territórios conservadores de poder”. In: PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinos da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (Orgs.). **Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais**. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 37-52.

SOUZA, Laura de Mello e. Raymundo Faoro: Os donos do poder. In: MOTA, Lourenço Dantas (Org.). **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico**. São Paulo: Senac, 1999, p. 337-355.

SWAIN, Tânia Navarro. Você disse imaginário? In: _____ **História no plural**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

TARACENA, Arturo. Propuesta de definición histórica para región. **Estúdios de Historia Moderna y Contemporânea de México**, n. 35, Janeiro-Junho, 2008, p. 181-204.

TERNAVASIO, Marcela. Entre la deliberación y la autorización. El régimen rosista frente al dilema de la inestabilidad política. In: GOLDMAN, Noemí; SALVATORE, Ricardo. (Org.). **Caudillismos Rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema**. Buenos Aires: EUDEBA, 1998, p. 159-187.

UMPIÉRREZ, Alejo. **La forja de la libertad**. Montevideu: Ediciones de La Plaza, 2007.

Universidade Federal de Santa Maria. **Estrutura e apresentação de Monografias, Dissertações e Teses. MDT**. 8ª edição, Santa Maria: Editora UFSM, 2012.

VIANA, Javier de. **Con divisa blanca**. Buenos Aires: V. Matera; Montevideu: Antonio de Angeli, 1904.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ZORRILLA, Rubén H. **Extracción social de los caudillos, 1810 – 1870**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1994.

Fontes documentais.

AZAMBUJA, Estácio. **Carta a Aparício Saraiva**, 25 de junho de 1897. *Museo Historico Nacional* (MHN). Coleção Diego Lamas. Tomo 275, documento 106.

DIAZ, Cândida. **Carta a Aparício Saraiva**, 12 de maio de 1897. *Archivo General de la Nación* (AGN). Arquivo Aparício Saraiva. Caixa família de Aparício Saraiva, pasta correspondências. Documento sem número de indicação.

MÁRQUEZ, Abelardo. **Carta a Aparício Saraiva**, Serrilhada, 17 de maio de 1897. *Museo Historico Nacional* (MHN). Coleção Diego Lamas. Tomo 275, documento 057.

MÁRQUEZ, Abelardo. **Carta a Aparício Saraiva**, Santana, 24 de maio de 1897. *Museo Historico Nacional* (MHN). Coleção Diego Lamas. Tomo 275, documento 077.

MENA, Antônio. **Carta a Abelardo Márquez**, Bagé, 18 de julho de 1897. *Museo Historico Nacional* (MHN). Coleção Diego Lamas. Tomo 275, documento 096.

MENA, Antônio. **Carta a Aparício Saraiva**, Bagé, 21 de julho de 1897. *Museo Historico Nacional* (MHN). Coleção Diego Lamas. Tomo 275, documento 100.

MENA, Antônio. **Carta a Aparício Saraiva**, Bagé, 30 de julho de 1897. *Museo Historico Nacional* (MHN). Coleção Diego Lamas. Tomo 275, documento 110.

SARAIVA, Aparício. **Proclamação dirigida aos correligionários**, 5 de março de 1897. *Centro de Documentación Histórica del Río de la Plata y Brasil*. “Dr. Walter Rela”. Disponibilizado na forma de arquivo digital, sob o título de “Aparício Saraiva, 1896-1904”.

SARAIVA, Aparício. **Proclamação em La Coronilla**, 25 de novembro de 1896. *Centro de Documentación Histórica del Río de la Plata y Brasil*. “Dr. Walter Rela”. Disponibilizado na forma de arquivo digital, sob o título de “Aparício Saraiva, 1896-1904”.

SARAIVA, Mariano. **Carta a Aparício Saraiva**, S/D 1897. *Museo Historico Nacional* (MHN). Coleção Diego Lamas. Tomo 275, documento 138.

SEVERO, Torquato. **Lista de roupas e apetrechos**, 1897. *Archivo General de la Nación* (AGN). Arquivo Aparício Saraiva. Pasta 2, documento 49.

YARZA, Enrique. **Carta a Aparício Saraiva**, Aceguá, 25 de abril de 1897. *Museo Historico Nacional* (MHN). Coleção Diego Lamas. Tomo 275, documento 025.

Periódicos.

A Fazenda do Umbú. **A Federação**, 5 de janeiro de 1904, nº 4, p. 1. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&PagFis=14535&Pesq=abela%20marquez>>. Acesso em 10 jan. 2015.

Emigrados Orientaes. **A Federação**, 11 de fevereiro de 1904, nº 35, p. 2. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=388653&PagFis=15019&Pesq=abela%20marquez>>. Acesso em 10 jan. 2015.

La Revolución Oriental. **Caras y Caretas**. 7 de maio de 1904, nº 292, Ano VII, p. 46. Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional da Espanha. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bne.es/issue.vm?id=0004175896&page=46&search=&lang=es>>. Acesso em 06 jan. 2015.